

# Cadernos PET

Artigos Acadêmicos

Ano 06 - Vol. 06 - Nº06 ISSN 1980-5284



Em parceria com o Pet-Letras/UFCG

Gelfa de Maria Costa Aguiar  
Rita de Cássia Vasconcelos Pedrosa  
Thais Marculino da Silva  
Organizadoras



# Cadernos PET

Gelfa de Maria Costa Aguiar  
Rita de Cássia Vasconcelos Pedrosa  
Thais Marculino da Silva

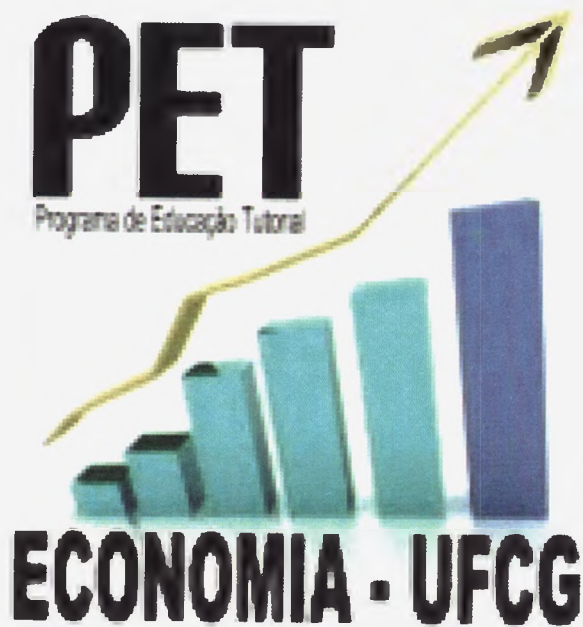
## Integrantes do PET - Economia:

**Professora Tutora - Economia**  
Dra. Gelfa de Maria Costa Aguiar

Adolfo de Luna Matias  
Arcenor Gomes Neto  
Cryslaine Flavia da Silva Rodrigues  
Camila Liliam Andrade Chang  
Camila Alves Noronha  
Danilo Santos Vasconcelos  
Edna Porto da Silva  
Hebber Kennady Martins  
João Marinho de Araújo Neto  
Kyones Costa Andrade  
Markson Byan Medeiros Aguiar  
Rita de Cássia de Vasconcelos Pedrosa  
Thais Marculino da Silva  
Thayse Andrezza Oliveira Do Bú



**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL**  
**PESQUISA-ENSINO-EXTENSÃO**



# Cadernos PET

**Artigos Acadêmicos**

Ano 06 – Vol. 06 – Nº 06

ISSN 1980-5284



Em parceria com o Pet-Letras/UFCG

**Gelfa de Maria Costa Aguiar  
Rita de Cássia de Vasconcelos Pedrosa  
Thaís Marculino da Silva  
Organizadoras**

 **EDUFCG**  
2015

C122 Cardenos do PET: artigos acadêmicos / Gelfa de Maria Costa Aguiar, Rita de Cássia de Vasconcelos Pedrosa e Thais Marculino da Silva (Org.). — Campina Grande: EDUFCCG, 2015.  
110 p.

Anual  
ISSN: 1980-5284

1. Educação Superior. 2. Periódicos. 3. Economia.  
I. Aguiar, Gelfa de Maria Costa. II. Pedrosa, Rita de Cássia de Vasconcelos. III. Silva, Thais Marculino.

CDU 378

**EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFCCG**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCCG**  
editora@ufccg.edu.br

Prof. Dr José Edilson Amorim  
**Reitor**

Prof. Vicemário Simões  
**Vice-Reitor**

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves  
**Diretor Administrativo da Editora da UFCCG**

Viviana Sousa Ramos  
**Editoração eletrônica**

**CONSELHO EDITORIAL**

Antônia Arisdélia Fonseca Matias Aguiar Feitosa (CFP)  
Benedito Antônio Luciano (CEEI)  
Consuelo Padilha Vilar (CCBS)  
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)  
Janiro da Costa Rego (CTRN)  
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)  
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)  
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)  
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)  
Rogério Humberto Zeferino (CH)  
Valéria Andrade (CDSA)

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>Desindustrialização no Brasil: algumas breves considerações acerca desse processo e das medidas adotadas no primeiro ano do Governo Dilma.</b> Cryslãine Flavia da Silva Rodrigues e Arcenor Gomes	<b>9</b>
<b>A Política Cambial e as implicações da adoção do câmbio flutuante no Governo Dilma.</b> Hebber Kennady Martins, Danilo Santos Vasconcelos e João Marinho Neto	<b>31</b>
<b>PIB e emprego no Brasil: primeiro ano do Governo Dilma.</b> Edna Porto da Silva e Rita de Cássia de Vasconcelos Pedrosa	<b>39</b>
<b>Análise macroeconômica do primeiro ano do Governo Dilma Rousseff: desenvolvimentista ou conservadora?</b> Kyones Costa Andrade e Thaís Marculino da Silva	<b>51</b>
<b>Medidas anticíclicas no primeiro ano do Governo Dilma Rousseff: ortodoxia x heterodoxia.</b> Thayse Andrezza Oliveira Do Bú e Adolfo Matias	<b>67</b>
<b>2012 e as greves? O que esta por tras da greve dos docentes de instituicoes de ensino superior?</b> Jéssica Lôbo Sobreira e Thayse Andrezza Oliveira do Bú	<b>85</b>

# APRESENTAÇÃO

O número 6 da revista CADERNOS DO PET que neste momento estamos apresentando à comunidade acadêmica da UFCG e, a quem mais possa interessar, mantém o esforço de tomar como critério de publicação o material produzido a partir da temática estudada e discutida no CICLO DE DEBATES EM ECONOMIA, em 2011, avançando na inclusão dos estudantes enquanto autores ou co-autores dos artigos que compõe a revista.

Este evento de periodicidade anual é promovido pelo PET-Economia e em sua XVII edição preocupou-se em avaliar a *performance* sócio-econômica da economia brasileira a partir do enfoque conjuntural: “Governo Dilma”.

Neste sentido, o PET-Economia da UFCG propiciou à comunidade acadêmica um ambiente de reflexão acerca da temática.

Objetivando ir além do evento pontual, envidamos esforços para organizar o sexto número da nossa revista CADERNOS DO PET: Artigos Acadêmicos, com material produzido por palestrantes e equipes de estudantes integrantes do Grupo PET-Economia da UFCG, sempre sob a orientação de um professor da UAECON, além de abrir a revista para outros professores que desejassem contribuir sobre a temática.

Assim, apresentamos, nesta revista, 08 artigos sobre a temática acima colocada na seguinte ordem de apresentação: DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: ALGUMAS BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DESSE PROCESSO E DAS MEDIDAS ADOTADAS NO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DILMA por Diego Mendes Lyra (professor orientador); Crysllaine Flavia da Silva Rodrigues e Arcenor Gomes Neto (estudantes integrantes do Grupo PET-Economia - UFCG); A POLÍTICA CAMBIAL E AS IMPLICAÇÕES DA ADOÇÃO DO CÂMBIO FLUTUANTE NO GOVERNO DILMA por Gelfa de Maria Costa Aguiar (professora orientadora); Hebber Kennady Martins; Danilo Santos Vasconcelos e João Marinho Neto (estudantes integrantes do Grupo PET-Economia - UFCG); PIB E EMPREGO NO BRASIL: PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DILMA por Gelfa de Maria Costa Aguiar (professora orientadora); Edna Porto da Silva e Rita de Cássia de Vasconcelos Pedrosa (estudantes integrantes do Grupo PET-Economia – UFCG); ANÁLISE MACROECONÔMICA DO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF: DESENVOLVIMENTISTA OU CONSERVADORA? por Gelfa de Maria Costa Aguiar (professora orientadora); Kyones Costa Andrade e Thaís Marcu-

lino da Silva (estudantes integrantes do Grupo PET-Economia – UFCG); MEDIDAS ANTICÍCLICAS NO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF: ORTODOXIA X HETERODOXIA. Por Águida Cristina Santos Almeida (professora orientadora); Thayse Andrezza Oliveira Do Bú e Adolfo Matias (estudantes integrantes do Grupo PET-Economia – UFCG); AS GREVES E O GOVERNO DILMA: O QUE ESTA POR TRÁS DA GREVE DOS DOCENTES DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR? Por José Bezerra de Araújo (professor orientador); Thayse Andrezza Oliveira do Bú (estudante integrante do Grupo PET-Economia – UFCG) e Jéssica Lôbo Sobreira (Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB).

Agradecemos, encarecidamente a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para o êxito desta atividade, em especial às estudantes Rita de Cássia de Vasconcelos Pedrosa e Thaís Marculino da Silva que juntas desempenharam a árdua atividade de intermediar a edição/publicação deste número que ora vem a público.

# **DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: ALGUMAS BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DESSE PROCESSO E DAS MEDIDAS ADOTADAS NO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DILMA**

**Cryslaine Flavia da Silva Rodrigues**

Discente de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e Integrante bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) /UFCG.

Email: [crys-cg@hotmail.com](mailto:crys-cg@hotmail.com).

**Arcenor Gomes Neto**

Discente de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e Integrante bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) /UFCG.

Email: [arce\\_net@hotmail.com](mailto:arce_net@hotmail.com).

**Diego Mendes Lyra**

Professor Ms. da Unidade Acadêmica de Economia, UFCG.

Email: [diegouaecon@gmail.com](mailto:diegouaecon@gmail.com).

## **RESUMO**

Apesar da formação dos primeiros focos de produção industrial no Brasil ter tido início no último quartel do século XIX – emergindo num contexto de modelo de desenvolvimento agrário-exportador –, foi nos anos compreendidos entre 1930-1970 que o processo de industrialização brasileiro se consolidou, através do chamado Processo de Substituição de Importações (PSI); tendo a participação do valor adicionado pela indústria de transformação no PIB chegado a 33,59%, em 1975. Entretanto, dada a expressiva perda de participação da indústria de transformação no PIB ao longo dos últimos vinte anos, observamos um crescente debate sobre a possibilidade do Brasil está passando por um processo de desindustrialização. Nessa perspectiva, baseando-se numa análise de revisão bibliográfica e de dados secundários, o presente artigo tem como objetivo, a partir do conceito de “desindustrialização” aceito pela literatura econômica, fazer algumas breves considerações acerca da existência desse processo na economia brasileira e da sua relação com o estágio de desenvolvimento do Brasil, bem como acerca das medidas adotadas ao longo do primeiro ano do governo da presidente Dilma Rousseff. Concluimos que o Brasil está passando por um processo de desindustrialização precoce que se adiciona a um processo de primarização crescente do seu padrão de exportação



e da sua estrutura industrial. Além disso, enfatizamos que as medidas adotadas durante o primeiro ano do governo Dilma são insuficientes para reverter o atual processo de desindustrialização em marcha.

**Palavras-chave:** Desindustrialização, Primarização, Governo Dilma.

## **ABSTRACT**

Despite the formation of the first outbreaks of industrial production in Brazil have begun in the last quarter of the nineteenth century - emerging in the context of agro- export development model - , was in the years between 1930-1970, that the Brazilian industrialization process was consolidated , through called Import Substitution Process ( PSI ) ; with the participation of the value added by the manufacturing sector in GDP reached 33.59% in 1975 . Nevertheless , given the significant loss of share of manufacturing in GDP over the last twenty years we have seen a growing debate over whether Brazil is going through a process of deindustrialization . From this perspective , based on a literature review and analysis of secondary data , this paper aims , through the concept of “ deindustrialization “ accepted in the economic literature , make some brief remarks about the existence of this process in the Brazilian economy and its relation to the stage of development of Brazil as well as on the measures adopted during the first year of the government of President Dilma Rousseff . We conclude that Brazil is going through a process of early industrialization that adds to a growing trend towards insourcing of its export standard and its industrial structure . Furthermore , we emphasize that the measures taken during the first year of the Dilma government are insufficient to reverse the current process of deindustrialization in motion .

**Keywords :** De-industrialization , insourcing , Dilma Government .

# 1. INTRODUÇÃO

Conforme ressalta Lacerda et. al. (2000), em meio a um modelo de desenvolvimento brasileiro agrário-exportador que tornava a dinâmica da economia bastante dependente das exportações de produtos primários e das importações de manufaturas, foi a partir do último quartel do século XIX que se começou a verificar, via substituição de importações, a formação dos primeiros focos de produção industrial no Brasil. Apesar disso, até 1929, a formação da indústria brasileira se realizava, principalmente, através do surgimento de empresas de transformação primária de matérias-primas destinadas à exportação ou de empresas que produziam mercadorias para a população com baixo nível de rendimentos (empresas têxteis, de calçados, fábricas de cerveja etc.).

Nessa perspectiva, a Grande Depressão Mundial de 1929, ao levar ao ponto crítico o modelo agrário-exportador brasileiro – isto, sobretudo, quando se leva em consideração a queda na capacidade de importação de manufaturados, bem como a existência de uma economia cafeeira, voltada para a exportação, que já vinha em crise desde 1906 –, representou um divisor de águas na história e na economia brasileira. Isto porque, considerando-se a necessidade de limitar importações a partir de então, logo teve início um significativo aprofundamento do chamado Processo de Substituição de Importações (PSI) brasileiro, o qual, ao direcionar a produção industrial para o mercado interno, gradativamente, iria complementar os elos da cadeia industrial do país até o fim da década de 1970 e logo, tornariam, ainda na década de 1930, a indústria o setor determinante da dinâmica econômica brasileira (LACERDA *et. al.*, 2000).

Apesar do exposto acima, no decorrer dos últimos 20 anos, sobretudo no período posterior ao ano de 2004, com vistas a definir a atual situação da indústria brasileira, observamos um crescente debate sobre a possibilidade de o Brasil estar passando por um processo de desindustrialização. Nessa perspectiva, tomando como ponto de partida a exposição do conceito de “desindustrialização” aceito pela literatura, o presente artigo tem como objetivo fazer algumas breves considerações acerca da existência desse processo na economia brasileira e da sua relação com o estágio de desenvolvimento do Brasil, bem como acerca das medidas adotadas ao longo do primeiro ano do governo da presidente Dilma Rousseff. Para tanto, o estudo se baseou numa análise de revisão bibliográfica e de dados secundários.

## 2. DESINDUSTRIALIZAÇÃO: DEFINIÇÕES

Até meados da década de 1970, a economia brasileira apresentou um vertiginoso crescimento industrial e, apesar de em 1974 ter havido uma desaceleração nas taxas de crescimento da produção industrial brasileira, conforme destaca Cano (2000), o setor cresceu em média 9,8% no período 1976/1980. Entretanto, durante as décadas de 1980 e 1990, observou-se uma quase estagnação do crescimento industrial no Brasil, surgindo um crescente debate sobre a possibilidade de o Brasil estar passando por um processo de desindustrialização. Nesse sentido, antes de confirmar a existência (ou não) desse processo na economia brasileira, torna-se essencial analisar primeiramente o conceito de desindustrialização, apontado pela literatura existente sobre o tema.

Segundo Oreiro e Feijó (2010, p.220), o conceito de desindustrialização foi definido por Rowthorn e Ramaswany (1999) como sendo uma redução da participação do emprego industrial no emprego total. Entretanto, mais recentemente, Tregenna (2009, *apud* OREIRO e FEIJÓ, 2010) redefiniu a desindustrialização como sendo uma situação na qual tanto o emprego industrial quanto o Valor Adicionado (VA) na indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente.

Nesse sentido, dado o conceito colocado acima, Oreiro e Feijó (2010) destacam que a expansão (ou não) da produção industrial (em termos de *quantum*) não constitui um bom indicador para se avaliar uma possível ocorrência de desindustrialização na economia de uma região ou país, uma vez que a presença da mesma é definida como sendo uma redução do VA na indústria e do emprego industrial não em termos absolutos, mas sim, simultaneamente, como proporção do PIB e do emprego total da economia.

Além disso, a desindustrialização nem sempre constitui algo negativo, configurando sinônimo de destruição da indústria, já que para alguns setores o processo de desenvolvimento econômico inevitavelmente levaria todas as economias a se desindustrializarem. Isso porque, conforme ressaltam Oreiro e Feijó (2010, p. 222), ao longo do desenvolvimento econômico, a elasticidade renda da demanda<sup>1</sup> de serviços tende a aumentar significativamente, de modo que: a) se torne maior que a elasticidade renda da demanda por produtos manufaturados [ou seja, a demanda por produtos industrializados tende a diminuir relativamente à demanda por serviços],

---

1 A elasticidade renda da demanda é a variação percentual da quantidade demandada, dada uma variação percentual da renda do consumidor.

b) levando, conseqüentemente, a um aumento da participação do setor de serviços no PIB e, a partir de um certo nível de renda *per capita*, a uma redução da participação da indústria como proporção do PIB. Lembrando também que a produtividade do trabalho cresce bem mais rápido na indústria do que no setor de serviços, o emprego industrial como proporção do emprego total da economia começará a declinar antes da queda da participação da indústria no VA.

Corroborando com tal perspectiva, Lira (2011, p. 4) afirma que as mudanças na estrutura produtiva verificadas em muitas economias de alta renda *per capita* – as quais, apesar de possuírem um robusto parque industrial, começaram a apresentar certa retração do setor – fazem parte do processo de desenvolvimento econômico, sendo este “[...] traduzido na crescente agregação de valor que o setor de serviços [qualificados, e não serviços muito suscetíveis às oscilações da renda como, por exemplo, ocorre na atividade de comércio] passa a dar às manufaturas por meio do *marketing*, da criação de tecnologia, e de design de produto.” Como exemplo de tal fato, o autor cita o caso da companhia norte-americana de calçados *Nike*, a qual, segundo o mesmo, passou a partir da década de 1990, a transferir as fábricas para países como a China – dotados de custos de mão-de-obra, por exemplo, mais vantajosos –, deixando nos Estados Unidos apenas algumas firmas dedicadas a produzir o projeto e o *marketing* do produto.

Conforme dados divulgados pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2011), a participação do valor adicionado (como proporção do PIB) pela indústria de transformação<sup>2</sup> dos EUA (o qual, no ano de 2009, apresentou um PIB *per capita* 42.107 dólares) caiu de 29,2% para 12,7%, enquanto o setor de serviços subiu de 53,0% para 74,4%, entre 1947 e 2009. Tais dados revelam um processo de desindustrialização que claramente pode ser considerado resultado do processo de desenvolvimento da economia norte-americana. Já a China, por exemplo, com uma renda *per capita* ainda baixa (US\$ 6.200 no ano de 2009), possui uma indústria de transformação que apresenta um VA/PIB bem maior que países considerados ricos, com renda superior a US\$30 mil (TAB. 2.1), e que sofrem desindustrialização em decorrência da própria dinâmica de desenvolvimento de suas economias.

Posto isto, a próxima seção deste artigo tem como objetivo apontar as evidências de um processo de desindustrialização no Brasil e sua relação com o estágio de desenvolvimento da economia do país.

---

<sup>2</sup> Dado que a indústria de transformação é vista como a indústria manufatureira propriamente dita, grande parte deste artigo se baseia em dados relativos à indústria de transformação.

**Tabela 2.1 – Valor Adicionado da Indústria de Transformação e PIB Per Capita**

<b>Países</b>	<b>VA/PIB</b>	<b>PIB per capita US\$ PPC</b>
Reino Unido*	13,3	32.731
Estados Unidos****	12,7	42.107
Alemanha**	23,9	33.236
Área do Euro**	18,1	30.966
Japão**	21,2	31.660
Coreia***	27,9	25.517
Índia****	15,9	2.970
China****	33,9	6.200
<b>Média</b>	<b>20,3</b>	<b>23.871</b>

Fonte: dados extraídos de quadro disponível em Nota Técnica nº100, DIEESE (2011, p. 4).

Notas: os dados do DIEESE foram extraídos do IBGE, Banco Mundial e Bureau of Economics Analyses.  
\*2005; \*\*2007; \*\*\*2008; \*\*\*\*2009.

### **3. EVIDÊNCIAS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: SINAL DE MATURIDADE?**

Ao longo das últimas décadas, sobretudo na década de 1990, a estrutura do VA da indústria de transformação brasileira sofreu significativa transformação, tornando-se mais concentrada em um menor número de setores, respondendo por uma parcela maior do produto industrial. Analisando o peso na estrutura industrial dos diferentes setores por intensidade de fator, Feijó e Carvalho (2008) mostram que, em 1996, os cinco principais setores industriais que respondiam por 51,8% do Valor da Transformação Industrial (VTI) eram: Fabricação de alimentos e bebidas (17,2%), Fabricação de produtos químicos (12,7%), Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias (8,1%), Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool (7,0%) e Fabricação de máquinas e equipamentos (6,8%). Dentre estes cinco setores, dois (o de veículos automotores e máquinas e equipamentos) não são bens intermediários e são intensivos em alta tecnologia. Já em 2006, 50,3% do VTI se concentrou em apenas quatro setores: Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool (16,5%), Fabricação de produtos alimentícios e bebidas (16,0%), Fabricação de produtos químicos (9,9%) e Metalurgia Básica (7,9%). Esses setores estão diretamente relacionados ao processamento de recursos naturais, exceto o setor de fabricação de produtos químicos, o qual produz insumos elaborados e bens finais. O setor que obteve maior

ganho de participação no período em destaque foi o de Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool, o qual mais que dobrou o seu peso na indústria, em razão da produção nacional além do preço do petróleo.

No que se refere aos setores: Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática e Fabricação de outros equipamentos de transporte (onde está a indústria aeronáutica), os quais são intensivos em tecnologia e inovação, observamos a manutenção de um peso muito pequeno na estrutura produtiva do país. A participação do primeiro setor no VTI de 0,5% em 1996, para 0,6% em 2006, e apesar de o setor Fabricação de outros equipamentos de transporte ter aumentado a sua participação de 0,8%, em 1996, para 1,9%, em 2006, a mesma ainda é diminuta (TAB. 3.1).

Essas mudanças na estrutura do VTI da indústria estão direcionadas a uma especialização crescente da estrutura produtiva no que diz respeito a setores mais intensivos em recursos naturais. E as mesmas somadas às perdas de participação do VA pela indústria de transformação no PIB, verificadas a partir de meados da década de 80<sup>3</sup>, e em grande parte da década de 90<sup>4</sup> (GRAF. 3.1), vem desenvolvendo um acalorado debate sobre a possibilidade de o Brasil estar passando (ou não) por um processo de desindustrialização, ao longo dos últimos anos.

O debate em questão parece restringir-se ao comportamento da indústria brasileira no período posterior ao ano de 1999<sup>5</sup>, no qual se percebeu

---

3 Durante toda a década de 1980 o Brasil passou por uma grande estagnação econômica, verificando-se uma forte retração da produção industrial, um menor crescimento da economia como um todo, altos índices de inflação, sucessivas elevações da taxa de juros, crise financeira do Estado etc. O processo inflacionário brasileiro somente foi interrompido após a criação, em 1994, do Plano Real – o qual utilizou como instrumento básico de política econômica o regime de âncora cambial (tendo a taxa de câmbio do país permanecido sobrevalorizada durante todo o período de 1994-1998).

4 A década de 90 ficou marcada por uma série de transformações de caráter estrutural e institucional na economia brasileira, ligadas tanto a adoção de um novo conjunto de políticas macroeconômicas (regime de câmbio flutuante, metas de inflação e de superávit primário), quanto à implementação de reformas de cunho liberalizante (intensificação da abertura comercial e financeira, privatizações e redução da participação do Estado na economia).

5 Ano em que o governo FHC adotou o regime de câmbio flutuante com livre mobilidade de capitais, em substituição ao regime de âncora cambial – já que este com o passar do tempo mostrou-se com um elemento danoso que alimentava ainda mais os desequilíbrios externos e internos da economia brasileira (como o aumento da vulnerabilidade externa, perda de competitividade da indústria nacional, comprometimento do desempenho da atividade econômica e elevação da dívida líquida do setor público).

uma expansão da taxa de crescimento do VA da indústria de transformação, relativamente ao período 1995-1999 (OREIRO e FEIJÓ, 2010). Assim, podemos destacar que a taxa média de expansão da produção industrial em quatro anos atingiu algo como 4,5% ao ano, quase três vezes superior à registrada em períodos anteriores. Entretanto, já foi frisado na seção anterior que a expansão (ou não) da produção industrial (em termos de *quantum*) não constitui um bom indicador para se avaliar uma possível ocorrência de desindustrialização na economia de uma região ou país.

**TABELA 3.1 – Composição (%) do VTI da indústria geral – 1996-2006**

Setores / anos	1996	2004	2005	2006	2006-1996	2006-2004
Indústria Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	Diferença em p.p.	
C Indústrias extrativas	2,2	3,4	4,2	4,1	1,8	0,6
D indústrias de transformação	97,8	96,6	95,8	95,9	-1,8	-0,6
15 Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	17,2	15,4	15,8	16,0	-1,3	0,5
16 Fabricação de produtos do fumo	1,1	0,7	0,7	0,7	-0,4	0,0
17 Fabricação de produtos têxteis	3,3	2,2	2,0	2,0	-1,3	-0,2
18 Confeção de artigos do vestuário e acessórios	2,3	1,3	1,4	1,5	-0,8	0,2
19 Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	2,2	1,9	1,6	1,6	-0,7	-0,4
20 Fabricação de produtos de madeira	1,1	1,6	1,4	1,3	0,2	-0,3
21 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	3,7	3,8	3,3	3,4	-0,3	-0,4
22 Edição, impressão e reprodução de gravações	4,9	2,9	2,9	2,9	-2,0	-0,1

Vale destacar que após a adoção do regime de câmbio flutuante, a taxa de câmbio real brasileira sofreu uma forte desvalorização, sendo valorizada novamente somente a partir de 2003.

23 Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	7,0	14,0	16,3	16,5	9,5	2,5
24 Fabricação de produtos químicos	12,7	11,0	10,2	9,9	-2,8	-1,1
25 Fabricação de artigos de borracha e plástico	4,1	3,4	3,4	3,4	-0,7	0,0
26 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	3,4	3,3	2,9	3,2	-0,2	-0,1
27 Metalurgia básica	5,4	9,2	8,1	7,9	2,5	-1,3
28 Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	3,8	3,1	3,6	3,2	-0,6	0,1
29 Fabricação de máquinas e equipamentos	6,8	5,9	5,2	5,4	-1,4	-0,5
30 Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	0,5	0,5	0,5	0,6	0,1	0,1
31 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2,6	1,9	2,4	2,2	-0,5	0,3
32 Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	3,5	2,3	2,0	2,1	-1,5	-0,2
33 Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	0,8	0,7	0,8	0,8	-0,1	0,1
34 Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	8,1	7,8	7,9	7,9	-0,2	0,1
35 Fabricação de outros equipamentos de transporte	0,8	2,0	1,7	1,9	1,0	-0,1
36 Fabricação de móveis e indústrias diversas	2,2	1,6	1,5	1,6	-0,7	0,0
37 Reciclagem	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0

**Fonte:** FEIJÓ e CARVALHO, 2008, p.22.

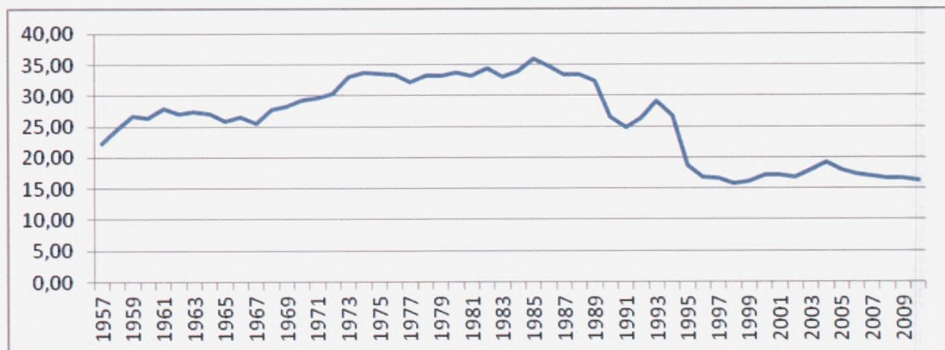
**Nota:** tabela construída a partir de dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) de 2006.

Segundo dados divulgados em setembro de 2010 pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) – através do estudo intitulado “Entraves ao Desenvolvimento da Indústria Brasileira” –, a participação



do pessoal ocupado pela indústria de transformação brasileira passou de 25,4%, em 1985, para 18,8%, em 2007. Além disso, não obstante a mudança da metodologia do cálculo do PIB, implementada pelo IBGE no primeiro trimestre de 2007<sup>6</sup> – sendo inviabilizada a comparação entre as séries da participação do VA pela indústria no PIB nos períodos anteriores e posteriores a 1995 –, analisando o período entre 1999-2010, outro indicio da desindustrialização brasileira (que supostamente teria se iniciado a partir de 1985) consiste na destacada perda de participação da indústria de transformação no PIB nos anos posteriores a 2004 (GRAF. 3.1), isto, conforme destaca Lira (2011, p.8) num contexto de crescimento da economia brasileira, sobretudo nos anos de 2006, 2007 e 2010, já que nos anos supracitados a variação real do PIB, deflacionado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2010 foi de, respectivamente, 6%, 8,51% e 8,92%.

**GRÁFICO 3.1 – Indústria de Transformação – VA – preços básicos (%PIB) – 1947-2010**



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados das Contas Nacionais, extraídos pelo Ipeadata (2011).

6 Em 2007, o IBGE divulgou a série do PIB tendo o ano 2000 como base de referência. Com tal mudança, o IBGE retroagiu a série histórica do PIB trimestral até o 1º trimestre de 1995. Os agregados de 1995 a 1999 foram estimados aplicando-se índices de volume e de preços aos valores estimados para economia no ano 2000, uma vez que as estimativas dos agregados desse ano incorporam pesquisas setoriais com maior representatividade de pequenos e médios estabelecimentos, fazendo com que a estrutura de todos os agregados estimados seja, desse modo, diferenciada das estimativas obtidas antes da mudança da base de referência. Deste modo, ao se estimar a segunda metade dos anos 1990 com base na estrutura da economia em 2000, as séries das Contas Nacionais em valores não são compatíveis com as da primeira metade dos anos 1990, quando as estimativas basearam-se, em muitos casos, em pesquisas com amostras menos robustas (OREIRO e FEIJÓ, 2010).

Ao longo de 2011, o desempenho da indústria de transformação brasileira também não foi animador, uma vez que, segundo dados divulgados pelo IBGE, tal indústria teve o pior resultado desde o primeiro trimestre de 2009. Fazendo a comparação entre o segundo e o terceiro trimestre de 2011, podemos observar que a indústria de transformação recuou 1,4%, diferentemente do primeiro trimestre de 2009, no qual a queda foi de 7,8%, se comparado com o quarto trimestre de 2008. Ainda de acordo com o IBGE, se compararmos o terceiro trimestre de 2011 com o de 2010, notaremos uma baixa de 0,6% na indústria em questão, enquanto que observando o terceiro trimestre de 2009 detectamos uma queda de 9,7% comparada ao mesmo período de 2008.

Nesse sentido, levando em consideração os conceitos de desindustrialização apontados na seção anterior, vemos que os fenômenos supracitados refletem um processo de desindustrialização que não condiz com o atual estágio de desenvolvimento brasileiro e que, portanto, deve ser combatido. De acordo com Rowthorn e Wells<sup>7</sup> (1987, *apud* MILANI, 2011), os países em desenvolvimento não apresentam o processo de diversificação antes e de especialização depois, conforme o avanço do desenvolvimento característico dos países centrais, nos quais a elasticidade-renda da demanda, em relação à indústria, é maior no setor de serviços. Na concepção dos mesmos, os países em desenvolvimento (os quais possuem um nível de renda *per capita* inferior ao dos países desenvolvidos) estão passando por uma desindustrialização prematura em decorrência de uma crescente orientação produtiva que tende a favorecer setores já suficientemente maduros, podendo levar a economia a fomentar setores de menor conteúdo tecnológico, conforme destaca Milani (2011).

Uma forte evidência de que o processo de desindustrialização brasileira não condiz com o atual estágio de desenvolvimento do país pode ser rapidamente percebida, quando se faz uma comparação entre a economia de serviços (excluindo comércio) do Brasil e dos Estados Unidos. Segundo Lira (2011, p.12), no que se refere ao ano de 2008<sup>8</sup>, a população empre-

---

7 MILANI, Ana Maria Rita. Questões para se pensar o desenvolvimento no Brasil: especialização regressiva e pauta exportadora no período 2003-2010. In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO, 2., 2011, Brasília. [*Anais eletrônicos do I Circuito de Debates Acadêmicos*]. Brasília: IPEA; Associações de Pós-graduação em Ciências Humanas, 2011. 1 CD-ROM.

8 Segundo Lira (2011, p.12), a utilização de dados irregulares da Pesquisa Anual de Serviços – cuja realização mais recente foi feita no ano de 2008 – para comparar com os EUA a proporção de mão-de-obra em diferentes serviços (excluindo-se o comércio) deve-se à limitação referente “[...] à metodologia anual da pesquisa de emprego utilizada pelo IBGE, o qual não consegue desagregar os serviços a fim de especificar quais ramos são exatamente qualificados”.

gada no segmento de transportes ocupa, no setor de serviços, um espaço maior no Brasil do que nos EUA, já a população empregada no segmento de serviços técnico-profissionais, os quais incluem pesquisa científica, publicidade, *marketing*, auditoria, perícia judicial, engenharia e arquitetura, ocupa um espaço maior nos EUA, comparativamente ao Brasil (TAB. 3.2).

Posto isto, percebemos que o processo de desindustrialização no Brasil é precoce, pois o setor de serviços brasileiro não apresenta um dinamismo capaz de puxar o crescimento econômico do país, valendo salientar que, dado o baixo nível de renda *per capita* do Brasil, o consumo de serviços no mesmo não ocorre de forma satisfatória.

Nesse sentido, sabendo que uma economia desindustrializada precocemente significa perda de competitividade no mercado internacional<sup>9</sup>, cabe destacar que uma tendência preocupante, na perspectiva de longo prazo, para a indústria brasileira, e assim para a economia como um todo, consiste na crescente concentração da pauta exportadora em direção às *commodities* primárias (as quais entre 2007 e 2010 aumentaram a sua participação em 10 pontos percentuais, alcançando uma participação de 51% das exportações brasileiras) e outros produtos de baixo valor agregado (GRAF. 3.2), uma vez que o dinamismo apresentado pelas exportações líquidas brasileiras (e conseqüentemente, os superávits da balança comercial brasileira verificados desde 2001) está:

[...] relacionado a fatores externos que, por sua vez, reforçam o perfil tecnológico da balança comercial, qual seja: superávit em setores básicos como as *commodities* primárias e em setores intensivos em recursos naturais. Desde a década de 1990, O (*sic*) Brasil vem aumentando a participação dos produtos básicos nos saldos exportáveis, fenômeno que pode estar relacionado ao aumento dos preços no comércio internacional – por exemplo, o preço da soja em média aumentou 60% -, e ao crescimento da China. O crescimento deste país, também explica a maior participação relativa dos bens de baixa intensidade tecnológica, como o aço. (MILANI, 2011, p. 14).

Não há dúvidas de que muitas *commodities* exportadas pelo Brasil incorporam ciência e tecnologia, entretanto, conforme Wilson Cano

<sup>9</sup> Isto porque a maior parte da mudança tecnológica ocorre na indústria, e boa parte do progresso tecnológico que ocorre nos demais setores da economia é difundido a partir do setor manufatureiro.

(2011)<sup>10</sup>, os efeitos de encadeamento em setores como agricultura, pecuária e mineração, são setorialmente muito mais contidos em comparação com o setor industrial que permeia tudo, inclusive determinados compartimentos do setor de serviços: exigindo melhor educação, melhores serviços de engenharia e urbanos, entre outros. No caso da agricultura, por exemplo, Cano (2011) destaca que a mesma desemprega bastante, porque é mecanizada, podendo, assim, induzir o progresso no setor de máquinas agrícolas, mas não no restante da indústria.

**Tabela 3.2 – Composição da economia de serviços no Brasil e nos EUA no ano de 2008**

	<b>Brasil</b>	<b>Unidos Estados</b>
Serviços de Informação e Comunicação	14,12%	11,46%
Transportes e Correio	39,71%	20,15%
Serviços pessoais, lavanderia, lazer e hospitalidade	37,96%	49,42%
Esgoto, Coleta e Tratamento	3,77%	1,39%
Serviços técnico, profissionais e científicos	4,44%	17,53%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: LIRA (2011, p.12).

Notas: tabela construída a partir de manipulação de dados da Pesquisa Anual de Serviços do IBGE, 2011 e dos US Census Bureau, 2011; o segmento Serviços técnico-profissionais incluem pesquisa científica, publicidade, marketing, auditoria, perícia judicial, engenharia e arquitetura.

**GRAFICO 3.2 – Participação % dos diferentes grupos de produtos, segundo intensidade tecnológica, nas exportações brasileiras (2000 a 2010).**

<b>Produto / Ano</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Commodities primárias	37	39	39	40	39	38	39	41	43	49	51
Trabalho e recursos naturais	14	13	13	13	12	11	10	9	7	7	6
Baixa intensidade	8	7	8	8	10	10	8	8	9	7	6
Média intensidade	18	18	17	19	19	20	20	18	16	13	14
Alta intensidade	18	16	15	12	12	12	12	12	11	11	9
Outros	5	7	8	8	7	9	11	11	13	13	14

Fonte: Negri e Alvarenga (2011, p.8).

10 CANO, Wilson. Brasil, jun. 2011. Entrevista concedida à Brazilianas.org. Disponível em: <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/wilson-cano-fala-sobre-a-desindustrializacao>. Acesso em: 20 de setembro de 2011.

#### 4. DESINDUSTRIALIZAÇÃO E PRIMARIZAÇÃO CRESCENTE DA ECONOMIA: MEDIDAS ADOTADAS NO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DILMA

Conforme foi mostrado na seção anterior deste artigo, há evidências contundentes à respeito da ocorrência de um processo de desindustrialização na economia brasileira no período 1985-1998; não sendo possível afirmar de forma indiscutível a continuação desse processo no período posterior ao ano de 1999, dada a mudança na metodologia de cálculo do PIB, implementada pelo IBGE no primeiro trimestre de 2007. Não obstante, as análises de dados recentes aqui colocados apontam fortes sinais de que o Brasil continua enfrentando uma desindustrialização precoce e que, adicionalmente, está associada à ocorrência de uma primarização crescente (leia-se: especialização progressiva) da pauta exportadora e da sua estrutura industrial, apesar de o Brasil ainda apresentar uma estrutura industrial bastante diversificada.

Nessa perspectiva, é importante destacar que esse processo vem ocorrendo no Brasil justamente num período (décadas de 1980 e 1990) em que a política industrial – enquanto ações coordenadas e destinadas a promover a competitividade, o fortalecimento e a diversificação industrial (IEDI, 2011) – praticamente não existiu, sendo, nesse período, substituída por diversos planos de estabilidade monetária e controle da inflação. Ocorre, porém, que as políticas industriais são elementos fundamentais para o processo de desenvolvimento, embora tenhamos passado três décadas sem lançar mão de qualquer política industrial minimamente estruturada. Essa é uma constatação amplamente conhecida, mas que somente agora parece está recebendo a devida importância, uma vez que o momento exige a atenção voltada para os problemas e desafios enfrentados pela indústria brasileira.

Tendo em vista esse contexto, o governo federal lançou, no dia 02 de agosto de 2011, o intitulado “Brasil Maior”, um plano um plano de política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para o país. Seguindo o mesmo modelo da *suposta* Política industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE (2003-2007), e da *pretensa* Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP (2008-2010), além de apresentar como *slogan* a frase: “Inovar para competir. Competir para crescer.”, o plano está dividido em quatro blocos: estímulos ao investimento e a inovação, fortalecimento do comércio exterior, defesa da indústria e, por fim, defesa do mercado interno, contendo um conjunto inicial de medidas que deverão

ser complementadas ao longo do período compreendido entre os anos de 2011 e 2014.

Dentre as medidas previstas pelo programa “Brasil Maior”, é importante destacar: 1) Redução de IPI sobre bens de investimento: extensão por mais 12 meses da redução imediata de IPI sobre bens de capital, materiais de construção, caminhões e veículos comerciais leves<sup>11</sup>; 2) Desoneração da folha de pagamento para alguns setores como o têxtil, calçadista, moveleiro e de software; o pagamento será transferido para o faturamento – a medida funcionará como um projeto piloto até 2012<sup>11</sup>; 3) Ampliação em 50% dos limites de faturamento para pequenas e médias empresas exportadoras se enquadrarem no Supersimples (sistema que permite o pagamento de seis tributos em apenas um único imposto)<sup>12</sup>; 4) Relançamento do Programa BNDES Revitaliza: com orçamento de R\$ 6,7 bilhões e juro de 9% ao ano, o programa terá vigência até dezembro de 2012 e se destina a apoiar setores como o de bens de capital, têxtil e confecção, calçados, artefatos de couro, software, cerâmicas, autopeças (novo setor incluído), entre outros<sup>11</sup>; 3) “Endurecimento” dos critérios de financiamento do BNDES, fazendo com que seja dirigido a setores com amplo uso de conteúdo nacional. Deste modo, empresas que usam muitos insumos importados seriam impedidas de obter empréstimos do supracitado banco<sup>13</sup>.

Dado o ajuste fiscal para combater a inflação, cabe destacar que o governo centralizou suas medidas em setores tradicionais (como, por exemplo, o têxtil, calçadista e moveleiro) que, comparativamente aos outros segmentos da economia, empregam um grande número de pessoas, mas geram pouco valor agregado. Além disso, no que se refere ao IPI que o governo vai deixar de arrecadar com a indústria automobilística e ao subsídio do BNDES aos setores de ponta, é possível afirmar que tais medidas não vão beneficiar a “indústria brasileira”, mas sim grandes multinacionais instaladas no país. Segundo o economista Wilson Cano (2011)<sup>14</sup>, “a medida

---

11 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). *Plano Brasil Maior: inovar para competir, competir para crescer*. Ago. 2011. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/Ipdmaq/plano-brasil-maior-2011-2014-9087552>>. Acesso em: 06 de setembro de 2011. Slides.

12 FOLHA.COM. Entenda mudança no Supersimples com novo limite de faturamento. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/957379-entenda-mudanca-no-supersimples-com-novo-limite-de-faturamento.shtml>>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

13 FOLHA DE SÃO PAULO. *Política industrial do governo Dilma terá quatro blocos*. 12/07/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me12072011110.htm>>. Acesso em: 18 de julho de 2011.

14 CANO, Wilson. Brasil, ago. 2011. Entrevista concedida à revista Instituto

atende a um forte *lobby* das montadoras transnacionais que estão preocupadas com as importações dos automóveis coreanos e chineses”. De fato, a única empresa genuinamente brasileira, a *Busscar* (empresa construtora de ônibus), pediu falência em 2010 e na ocasião, nenhuma generosidade por parte do BNDES ou do governo Lula foi anunciada.

De acordo com Wilson Cano (2011)<sup>14</sup>, o Plano “Brasil Maior” constitui muito mais um projeto político do que uma política industrial. Conforme esse autor, levando em consideração o peso, em termos de salários, dos setores como o têxtil, calçadista, moveleiro e de software, a desoneração da folha de pagamentos agirá apenas em cima de 8 ou 9% da folha salarial da indústria de transformação. Veremos que isso é muito pouco, ao observarmos o assédio que o Brasil vem sofrendo dos produtos chineses, assim como a representatividade dos setores acima citados não só na pauta exportadora, mas principalmente na estrutura industrial. Além disso, vale destacar que o maior déficit comercial brasileiro se encontra nos setores de média e alta tecnologia: automóveis, eletrônicos, fármacos, produtos químicos. Cano (2011)<sup>14</sup> alerta também que ao desonerar a contribuição, entrará menos dinheiro na previdência social e quem vai pagar essa conta? “O Tesouro Nacional com o dinheiro do recolhimento de impostos ou com o aumento de dívida pública”.

Segundo o jornalista Cláudio Angelo<sup>15</sup>, outra questão diz respeito ao incentivo à inovação – pesquisa e desenvolvimento de tecnologia, já que à exceção do setor de softwares e TI, que ganhou mais do que pediu – queria gastar até 2,7% do faturamento e levou 2,5% –, as indústrias de biotecnologia, energias renováveis e espaço, foram em geral ensacados numa linha de crédito de R\$ 2 bilhões do BNDES para ampliar carteira de inovação da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), linha esta que não é nova, o recurso já tinha sido anunciado e foi quase todo disponibilizado.

Nesse sentido, ressaltamos que apesar da política industrial proposta pelo Governo Dilma ser de fundamental importância para o desenvolvimento da indústria e, conseqüentemente, da economia, a mesma ainda é muito insuficiente e “pouco ousada”, contendo apenas medidas pontuais,

---

HumanitasUnisinos (IHU) On-Line, 05 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/46021-politica-industrial-%60%60as-questoes-centrais-continuam-intocaveis%60%60-entrevista-especial-com-wilson-cano>>. Acesso em: 30 de setembro de 2011.

15 In: INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU) ON-LINE. *Conjuntura da Semana. “Brasil Maior”. Política industrial e a crise mundial*. 08 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/46063-conjuntura-da-semana-brasil-maior-politica-industrial-e-a-crise-mundial>>. Acesso em: 30 de setembro de 2011.

com efeitos de curto prazo – a exemplo das medidas de desonerações (como as apresentadas, por exemplo, para os setores têxtil e de calçados) e linhas de crédito mais caras e de difícil acesso para empresas que utilizam muitos insumos importados. É importante destacar que o problema da desindustrialização brasileira, além de estar associado às deficiências existentes na estrutura produtiva, relaciona-se também, ao menos conjuntamente, ao câmbio e à taxa de juros.

Analisando os dados da TAB. 3.3, podemos perceber que a origem do crescimento do déficit comercial da indústria de transformação não está mais concentrada na produção de alta tecnologia (na qual se destacam os segmentos de aeronáutica, informática, TV, comunicação e os farmacêuticos). A maior deterioração do saldo comercial da indústria em 2011 foi gerada, sobretudo, pelos setores de média-alta tecnologia (automóveis, produtos químicos, bens de capital mecânicos e elétricos) e pelos segmentos tradicionais de baixa tecnologia (como têxtil, vestuário e calçados), enquanto o único setor da indústria de transformação que apresentou superávit no saldo comercial de 2011 foi o de baixa intensidade tecnológica. No setor de média-alta tecnologia as exportações em 2011 cresceram 17,9%, em comparação a 2010, entretanto, as importações cresceram num ritmo acima de média, com alta de 25,9%. Já no que se refere ao setor de baixa tecnologia, as importações em 2011, na comparação com 2010, cresceram quase duas vezes mais do que as exportações. Assim, logo se percebe que, embora a demanda interna cresça em ritmo acima do PIB, parte relevante desse movimento é direcionada às importações. Com a valorização do câmbio, os produtos importados ficam relativamente mais baratos do que os nacionais, tanto para o consumo como para o investimento.

**TABELA 3.3 – Balança comercial da indústria (segundo intensidade tecnológica) no ano de 2011 – em US\$ bilhões**

Segmento	Exportação	Varição em relação à 2010 (%)	Importação	Varição em relação à 2010 (%)	Saldo	Varição em relação à 2010 (%)
Alta	9,6	2,6	39,6	11,4	-29,98	14,6
Média-alta	42,6	17,9	94,9	25,9	-52,36	33,4
Média-baixa	34,4	32,5	43,7	27,9	-93,2	13,6
Baixa	61,4	15,8	18,5	30,4	42,9	10,4
Total	148	18,9	196,8	23,5	-48,74	40,2

Fonte: IEDI (2012) *apud* WATANABE (2012).



É verdade que desde o início de 2011, o governo tem anunciado uma série de medidas para “tentar” conter a valorização do real e, assim, conseqüentemente, proteger um pouco a indústria do país da concorrência com os importados. Em um primeiro momento, o governo Dilma tentou enfraquecer o real através de compras maciças de dólares no mercado de câmbio e de um aumento do Imposto Sobre Operações de Crédito (IOF). Entretanto, pode-se dizer que tais medidas surtiram pouquíssimo (ou até mesmo nenhum) efeito sobre a taxa de câmbio no Brasil. No dia 21 de fevereiro de 2011, a taxa de câmbio (R\$ / US\$) estava cotada a R\$ 1,6659; no dia 31 de agosto do referido ano tal taxa estava cotada a R\$1,5864; no dia 12 de setembro tal taxa estava a R\$ 1,6891 e no dia 03 de novembro a R\$ 1,72 (BCB, 2011).

Além disso, mesmo após o governo ter realizado, durante o segundo semestre de 2011, três cortes consecutivos de meio ponto percentual na taxa de juros Selic – tendo tal taxa terminado o ano num patamar de 11% ao ano –, o Brasil ainda é um dos países que paga os juros reais mais altos do mundo, o que, portanto, faz com que o mesmo permaneça sendo um verdadeiro paraíso para aplicação de recursos na ciranda financeira.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base os conceitos de “desindustrialização” colocados neste artigo, concluímos que o Brasil está passando por um processo de desindustrialização precoce (supostamente iniciado em 1985) que está associado a um processo de especialização (primarização) progressiva do seu padrão de exportação e da sua estrutura industrial, apesar de ser possível afirmar que tal estrutura ainda é bastante diversificada. Assim, podemos considerar esses fatos um tanto preocupantes, uma vez que a continuidade desse processo revela um quadro de grande fragilidade sistêmica da indústria brasileira, tendo em vista que os superávits da balança comercial brasileira, verificados desde 2001, estão essencialmente relacionados a fatores externos (a elevação dos preços das *commodities* no mercado internacional e ao crescimento da economia chinesa).

Posto isto, destacamos que as medidas adotadas durante o primeiro ano do governo Dilma são muito pontuais, sendo insuficientes para reverter o atual processo de desindustrialização existente no país. Desse modo, faz-se necessária a adoção de medidas que visem eliminar não só deficiências sistêmicas existentes na estrutura produtiva do país, expressas, por exemplo, através de uma grande dependência tecnológica de outros países, mas também, medidas que estabeleçam uma relação com a adoção efetiva

de uma equação câmbio-juros favorável ao desenvolvimento industrial, seguida de uma política de Estado que estimule a criação de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e ciência e tecnologia (C&T) no interior da economia brasileira, a fim de tornar a indústria brasileira competitiva a nível internacional.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Plano Brasil Maior: inovar para competir, competir para crescer. Ago. 2011. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/Ipdmaq/plano-brasil-maior-2011-2014-9087552>>. Acesso em: 06 de setembro de 2011. Slides.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Plano Brasil Maior: inovar para competir, competir para crescer. Ago. 2011. Cartilha completa. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/>>. Acesso em: 06 de setembro de 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/>>. Acessado em: 18 de janeiro de 2012.

CANO, Wilson. Brasil, ago. 2011. In: Instituto Humanitas Unisinos (IHU) On-Line, 05 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/46021-politica-industrial-%60%60as-questoes-centrais-continuam-intocaveis%60%60-entrevista-especial-com-wilson-cano>>. Acesso em: 30 de setembro de 2011. Entrevista.

CANO, Wilson. Brasil, jun. 2011. In: Luis Nassif Online, 17 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/wilson-cano-falasobre-a-desindustrializacao>>. Acesso em: 20 de setembro de 2011. Entrevista concedida à *Brasilianas.org*.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Desindustrialização: conceito e a situação do Brasil*. Nota Técnica nº100, jun. 2011. Disponível em: <[http://www.corecon-pr.org.br/v2009/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1089:dieese-nota-tecnica-no-100&catid=120:noticias-&Itemid=377](http://www.corecon-pr.org.br/v2009/index.php?option=com_content&view=article&id=1089:dieese-nota-tecnica-no-100&catid=120:noticias-&Itemid=377)>. Acesso em: 12 de janeiro de 2012.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). *Entraves ao Desenvolvimento da Indústria Brasileira*. Setembro de 2010. Slides. Disponível em: <[http://www.fiesp.com.br/irs/cosec/pdf/transparencias\\_reuniao\\_cosec\\_13\\_09\\_2010\\_-\\_fiesp\\_entraves\\_ao\\_desenvolvimento\\_da\\_ind%C3%BAstria\\_francini\\_e\\_roriz.pdf](http://www.fiesp.com.br/irs/cosec/pdf/transparencias_reuniao_cosec_13_09_2010_-_fiesp_entraves_ao_desenvolvimento_da_ind%C3%BAstria_francini_e_roriz.pdf)>.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; CARVALHO, Paulo G. M. de. *A Evolução da Estrutura Industrial*. Setembro, 2008. Disponível em: <[http://www.iedi.org.br/admin\\_ori/pdf/20080930\\_estrutura\\_ind.pdf](http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20080930_estrutura_ind.pdf)>. Acesso em: 10 de julho de 2011.

FOLHA.COM. Entenda mudança no Supersimples com novo limite de faturamento. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/957379-entenda-mudanca-no-supersimples-com-novo-limite-de-faturamento.shtml>>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. Política industrial do governo Dilma terá quatro blocos. 12/07/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1207201110.htm>>. Acesso em: 18 de julho de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2012.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU) ON-LINE. Conjuntura da Semana: “Brasil Maior”. Política industrial e a crise mundial. 08 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/46063-conjuntura-da-semana-brasil-maior-politica-industrial-e-a-crise-mundial>>. Acesso em: 30 de setembro de 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Ipeadata. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acessado em: 28 de julho de 2011.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). *Indústria e Política Industrial no Brasil e em Outros Países*. Maio, 2011. Disponível em: <<http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4e29efc37b032090.pdf>>. Acessado em: 30 de agosto de 2011.

LACERDA, A. C. et. al. *Economia Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2000.

LIRA, Francisco Roberto F. T. de. *Desindustrialização no Brasil: Mudança Estru-*

tural ou Doença Holandesa? In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO, 2., 2011, Brasília. [*Anais eletrônicos do I Circuito de Debates Acadêmicos*]. Brasília: IPEA; Associações de Pós-graduação em Ciências Humanas, 2011. 1 CD-ROM.

MILANI, Ana Maria Rita. Questões para se pensar o desenvolvimento no Brasil: especialização regressiva e pauta exportadora no período 2003-2010. In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO, 2., 2011, Brasília. [*Anais eletrônicos do I Circuito de Debates Acadêmicos*]. Brasília: IPEA; Associações de Pós-graduação em Ciências Humanas, 2011. 1 CD-ROM.

NEGRI, Fernanda De; ALVARENGA, Gustavo V. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. *Radar: tecnologia, produção e comércio exterior, Brasília*, n. 13, p. 7-14, abril, 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/110509\\_radar13.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/110509_radar13.pdf)>. Acesso em: 30 de agosto de 2011.

OREIRO, José L.; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 2, p. 219-232, abril-jun., 2010.

WATANABE, Marta. Indústria de média-alta tecnologia puxa déficit. *Valor Econômico*, São Paulo, 16 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/1196314/industria-de-media-alta-tecnologia-puxa-deficit>>. Acessado em: 18 de janeiro de 2012.

# A POLÍTICA CAMBIAL E AS IMPLICAÇÕES DA ADOÇÃO DO CÂMBIO FLUTUANTE NO GOVERNO DILMA

## **Hebber Kennady Martins**

Discente de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e Integrante bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) /UFCG.

Email: hebber.kennady@unifesp.br

## **Danilo Santos Vasconcelos**

Discente de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e Integrante bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) /UFCG.

Email: danilo\_santos\_v@hotmail.com

## **João Marinho Neto**

Discente de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e Integrante bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) /UFCG.

Email: marinho.jneto@gmail.com

## **Gelfa de Maria Costa Aguiar**

Professora Dr<sup>a</sup>. da Unidade Acadêmica de Economia, UFCG.

Email: gelfaguiar@gmail.com

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo proporcionar reflexões acerca da política cambial adotada durante o governo Dilma no seu primeiro ano de mandato, com destaque para o câmbio flutuante que tem caracterizado o controle do governo no contexto da política econômica brasileira. O trabalho apresenta ainda, algumas considerações sobre as perspectivas da política cambial dentro do presente panorama de crise mundial.

**Palavras-chave:** Câmbio; Governo Dilma; Mercado; Desindustrialização.

## **ABSTRACT**

This work aims to provide reflections on the exchange rate policy adopted by the Government Dilma in his first year in office, in which the adoption of floating exchange rates has been a hallmark of government control within the context of Brazilian economic policy. The work presents some considerations on the prospects of exchange rate policy within the present scenario of the global crisis.

**Keywords:** exchange, government Dilma, market, de-industrialization.

# 1. INTRODUÇÃO

O governo Dilma, ao longo do ano de 2011, revelou-se como mera continuidade da política econômica iniciada pelo ex-presidente Lula, em meados de 2002. À época, a economia brasileira reitera sua condição de refém e submissa aos interesses econômicos e financeiros dos países centrais.

Nesse contexto, a política cambial praticada desde então, não podia se contrapor aos interesses dos países do “primeiro mundo”, nem tampouco das corporações multinacionais amplamente favorecidas com a adoção de medidas de controle do governo diante da valorização da moeda brasileira.

Além disto, no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, o Brasil enfrentou o seguinte dilema, dentre tantos outros: a excessiva valorização da moeda (Real), que se reflete de forma negativa sobre as indústrias domésticas obrigadas a enfrentar uma flagrante competição de produtos importados que se beneficiam das facilidades de entrada no país. O governo manteve o regime de câmbio flutuante como um dos tripés da política macroeconômica, argumentando que tal política apenas se refletiria reduzindo a volatilidade da moeda.

Para o economista Fernando Cardim<sup>16</sup>, a desvalorização da nossa moeda (o real) é essencial para promover exportações líquidas, além de contribuir para redução do ritmo de desindustrialização. Esse fenômeno atual se mostra, através de alguns indicadores importantes, dentre os quais se destaca a forte penetração de importações de manufaturas, com reflexos sobre a composição da nossa pauta de exportações. Contudo Cardim informa-nos o fato de que um eventual descontrole da desvalorização do real poderá vir a reforçar a inflação doméstica, algo pouco desejável para a economia brasileira.

## 2. POLÍTICA DO CÂMBIO FLUTUANTE NO GOVERNO DILMA

Para Prates (2007), no contexto atual de “globalização financeira”, a escolha do regime cambial – que se refere à forma de determinação da

---

16 Entrevista concedida a CEPAT – Análise de Conjuntura Econômica, publicada pela Universidade Vale dos Sinos (UNISINOS). <http://www.ihu.unisinos.br/cepat/cepat-conjuntura/500011-conjuntura-da-semana-a-politica-economica-do-governo-dilma-rousseff>

taxa de câmbio – constitui uma decisão estratégica de política econômica para os países periféricos, como o Brasil, (em desenvolvimento, ou emergentes) recém inseridos no processo de globalização financeira a partir dos anos 1990.

A autora em questão enfatiza ainda que as políticas de câmbio administrado (fixo ou bandas cambiais), predominantes, nesses países periféricos, até meados da década de 1990, tiveram o mérito de garantir à estabilidade da taxa de câmbio nominal, um dos preços-chave das economias capitalistas. No entanto, além disso, tais países revelaram-se extremamente suscetíveis à apreciação da taxa de câmbio real e a ataques especulativos, que culminaram em sucessivas crises cambiais na segunda metade daquela de 90, quando houve a crise brasileira (1988-1999) a partir da qual as políticas cambiais deram espaço ao surgimento da política do câmbio flutuante.

Assim, como se esperava, dando continuidade à política econômica iniciada pelo governo Lula, o Governo Dilma adotou desde o início de seu mandato (2011) a política cambial baseada no câmbio flutuante visando acumular reservas internacionais sob a argumentação de evitar ataques especulativos.

De acordo com a análise da conjuntura econômica do grupo de economia da Fundação de Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP), que revelou a crescente deterioração da competitividade externa da indústria Brasileira, o patamar da taxa de câmbio tornou-se uma meta adicional da política cambial para refrear a deterioração em questão, ao lado do acúmulo de reservas e da redução da volatilidade do preço da moeda estrangeira.

Evidencia-se também, dentro da política cambial do governo Dilma, que apesar do câmbio flutuante emergir como um dos tripés da política macroeconômica do governo brasileiro desde 1999 - bem como nos dois mandatos de Lula -, o papel desta “flutuação” do câmbio sempre está relacionada à meta da inflação.

A adoção do regime cambial flutuante teve como objetivo, além das metas inflacionárias, a de possibilitar um espaço propício à redução da vulnerabilidade externa e da perspectiva de melhoria da classificação do risco de crédito (*rating*) imperante, através do acúmulo de reservas internacionais.

Nas considerações publicadas pelo documento Conjuntura Econômica em Foco<sup>17</sup>, é possível apreender três importantes alterações (correlacionadas) na gestão do regime de flutuação suja, dentre as quais, a primeira

---

17 Boletim de Economia [7]. Setembro de 2011.

diz respeito à maior coordenação entre o BCB e o Ministério da Fazenda em relação aos objetivos da política macro, em geral, e da política cambial estrito senso. A segunda mudança refere-se ao leque de objetivos macroeconômicos da política cambial e, conseqüentemente, a suas respectivas metas, aos instrumentos utilizados e a estratégia de intervenção no mercado de câmbio. Já a terceira mudança consiste no arsenal de instrumentos utilizados para atingir os objetivos e metas subjacentes à política cambial.

Desse modo, consideramos analisa-se, sucintamente, que a política cambial a qual vem sendo implementada durante o governo Dilma, esteve preocupada, principalmente, com as metas inflacionárias e a acumulação de reservas internacionais. No que diz respeito à crise mundial, poucas mudanças significativas foram adotadas no tocante às medidas especiais que o governo poderia ter tomado ter tido na condução da política cambial no segundo semestre de 2011.

### **3. MERCADO EXTERNO NO GOVERNO DILMA**

O mercado externo, essencialmente, baseia-se nas exportações e importações, ou seja, na venda e compra de produtos de uma nação com outras nações. Através das exportações, as moedas estrangeiras entram, no Brasil, fazendo com que a oferta desse tipo de moeda eleve-se. De maneira inversa, as importações fazem com que haja demanda por moeda estrangeira. No momento, acontece um desequilíbrio, devido ao fato das mercadorias que vêm do exterior apresentarem-se mais baratas do que as brasileiras, bem como devido à revelia da política de cambio flutuante, adotada pelo Brasil.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), em janeiro de 2012, as exportações brasileiras alcançaram o valor de US\$ 16,142 bilhões com média diária de US\$ 733,3 milhões. Já as importações totalizaram o valor de US\$ 17,433 bilhões e média diária de US\$ 792,4 milhões, registrando, assim, um déficit de US\$ 1,291 bilhão, na balança comercial. Com uma carga tributária alta, mão de obra cara e dólar fraco, a demanda interna cresce até por produtos típicos do país. Em 2011, até mesmo o feijão passou a ser importado da China, bem como, o alumínio e o álcool registraram crescimento na pauta das importações.

Diante desse panorama, do início de 2012, as autoridades brasileiras têm motivos para preocupação: um deles é o tão polêmico processo de desindustrialização, através do qual, a economia brasileira parece vir so-



frendo a, pelo menos, duas décadas (desde 1985), conforme demonstra a literatura econômica pertinente.

À respeito da temática, Oreiro e Feijó (2010, p. 220) explicam que o conceito “clássico” de desindustrialização foi definido por Rowthorn e Ramaswany (1999) “como sendo uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total do país ou região”, tendo como causas, segundo Rowthorn e Ramaswany (Apud Oreiro e Feijó, p.222-223, 2010),

[...] fatores internos e externos a uma determinada economia. Os fatores internos seriam basicamente dois, a saber: uma mudança na relação entre a elasticidade renda da demanda por produtos manufaturados e serviços e o crescimento mais rápido da produtividade na indústria do que no setor de serviços... Os fatores externos... Estão relacionados ao grau de integração comercial e produtiva das economias, ou seja, com o estágio alcançado pelo assim processo de “globalização”. Neste contexto, os diferentes países podem se especializar na produção de manufaturados (como o caso da China e da Alemanha) [...] Ou na produção de serviços (Estados Unidos e Reino Unido).

No tocante ao processo de desindustrialização presente na economia brasileira, esse é classificado como precoce e associado a uma especialização regressiva da sua pauta exportadora e da sua estrutura industrial. Ou seja, devido a composição do saldo comercial brasileiro demonstrar, nos últimos anos, uma reversão em direção as *commodities*, autores como Bresser Pereira (2008) mostram inquietantes evidências da ocorrência da chamada “doença holandesa”<sup>18</sup> associada a essa perda de participação do emprego industrial no emprego total do país.

Diante e ciente de tal situação, afirmou a presidenta Dilma Rousseff em visita à Turquia, no início de outubro de 2012:

Somos também afetados pelas políticas de reação dos países desenvolvidos à crise, notadamente a expansão monetária

---

18 “Doença holandesa” foi o termo que passou a ser utilizado para se referir à perda de competitividade e regressão da diversificação industrial (em ramos intensivos em trabalho, capital e tecnologia) holandesa resultante da apreciação cambial trazida, na década de 1960, pelas exportações de gás natural explorado no Mar do Norte.

praticada por alguns bancos centrais, o que leva a uma espécie de guerra cambial e compromete os valores das nossas mercadorias (OREIRO, 2010)

Em decorrência disso, Tanto é que, em 24 de outubro de 2011, o Brasil impulsionou o debate sobre o controle dos câmbios e a manipulação de moedas, durante o encontro da Organização Mundial de Comércio (OMC), que aconteceu em Genebra, na Suíça<sup>19</sup>.

A literatura existente sobre o estudo do fenômeno da desindustrialização no Brasil não é conclusiva, uma vez que há divergências aparecem na abordagem teórica adotada sobre o fenômeno e também nas análises sobre seus fatores explicativos e implicações de sua ocorrência. Conceitualmente, a desindustrialização refere-se a um declínio persistente da participação da indústria (representada essencialmente pelo setor manufatureiro) na atividade econômica (medida pelo valor adicionado e/ou emprego total). Resumidamente, esse processo de desindustrialização é considerado como consequência “natural” do desenvolvimento econômico caso a perda de empregos industriais seja resultado dos ganhos de produtividade (através do progresso técnico), no setor e, como contrapartida, a geração de empregos em outros setores, a exemplo do setor de serviços.

Porém, a desindustrialização pode ocorrer também com nível de desenvolvimento econômico ainda baixo e, portanto, com base industrial insuficiente e com os demais setores incapazes de alavancar o crescimento econômico e absorver adequadamente a mão de obra dispensada do setor industrial.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Brasil, enquanto país dito “emergente”, inseriu-se no processo de globalização financeira, a partir dos anos 90, adotando um regime cambial (à exemplo do câmbio flutuante escolhido pelo Governo Dilma) que implica automaticamente, na determinação da taxa de câmbio. Portanto, as grandes mudanças ocorridas, como a liberalização econômica, as desregulamentações, as privatizações, com adoção de políticas de combate à

---

<sup>19</sup> Provavelmente, ainda neste semestre, acontecerá um seminário sobre o tema, já que todos os membros do órgão apoiaram o debate.

inflação e câmbio valorizado, podem resultar em instabilidade econômica e redução do crescimento como ocorreu na primeira metade da década de 90.

Tais transformações podem resultar na adoção, por parte das empresas, de novas práticas organizacionais e produtivas que visem, essencialmente, à redução dos custos para aumento da sua competitividade, incluindo, assim, o menor emprego de mão de obra no setor industrial (devido às novas práticas organizacionais e automação produtiva). Assim sendo, Portanto, esse processo de reestruturação produtiva também contribuiu para a desindustrialização nesse período.

Dessa maneira, podemos pode-se perceber que a política cambial implementada no Governo Dilma não adotou medidas significativas no que concerne ao provimento de “medidas especiais” na condução da política cambial. Vale ressaltar ainda, que tal governo cumpriu com seus objetivos fiscais, “ampliando assim a possibilidade de usar ferramentas monetárias que influam na economia local” (OREIRO, 2010).

Durante o primeiro ano da gestão Dilma, os resultados fiscais foram melhores do que se esperava. Assim, houve maior margem de manobra para implementar uma política monetária mais flexível, com maior arsenal contracíclico (medidas que, em um cenário de retração externa, poderiam estimular o crescimento) “para atenuar o impacto negativo de uma potencial queda na demanda externa” (OREIRO,2010).

Para a S&P (a agência de notação financeira Standard & Poor’s), a resposta do governo brasileiro às pressões inflacionárias, neste ano, representou um sinal importante sobre a flexibilidade de suas políticas e o compromisso com a estabilidade econômica. As políticas monetárias e de crédito também ficaram mais restritivas, em resposta à alta da inflação. O BC lembra a agência, subiu a taxa básica de juros em 3,75 pontos percentuais de abril de 2010 até julho de 2011. “Com isso, as perspectivas de crescimento do PIB para 2011 começaram a cair mesmo antes que os sinais de desaceleração no crescimento mundial passaram a afetar as expectativas de crescimento no Brasil.” (OREIRO 2010)

Por fim, a agência sustenta que a implementação de uma “agenda vigorosa de reformas econômicas” que impulse o investimento e a tendência de crescimento econômico, daria ao Brasil maior flexibilidade em suas políticas e reduziria as taxas de juros reais, levando a uma maior qualificação. No cenário oposto, a incapacidade para conter a inflação, em combinação com uma política fiscal menos rígida, entre outros fatores, poderia estagnar ou, eventualmente, reverter às melhoras recentes dos pilares macroeconômicos do país, levando a uma menor classificação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BALANÇA COMERCIAL.** Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/>> Acesso em Fevereiro de 2012.

BRESSER-PEREIRA, L.C; Marconi, N. **Existe doença holandesa no Brasil?** Anais do IV Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2008.

FRAGA, Armínio. **Entrevista concedida à revista Veja em 22/10/2011.** <Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/tag/cambio-flutuante/> Acessado em Janeiro de 2012.

FUNDAP. Grupo de Economia. **Regime de política macroeconômica no Governo Dilma.** BOLETIM DE ECONOMIA [7]. São Paulo, 2011.

OREIRO, José L.; FEIJÓ, Carmem A. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro.** In *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº. 2, p. 219-232, abril-junho /2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/03.pdf>>.

PRATES, Daniela Magalhães. **A gestão do regime de câmbio flutuante nos países emergentes.** Texto para Discussão. IE/UNICAMP.n. 133 set. 2007

THOMAZ, Paula. **OMC aceita debater taxa cambial.** In.: Carta Capital, Internacional (matéria jornalística do dia 25/10/2011). Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/omc-aceita-debater-taxa-cambial/>>. Acesso em Fevereiro de 2012.

# PIB E EMPREGO NO BRASIL: PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DILMA

## **Edna Porto da Silva**

Discente de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e Integrante bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) /UFCG.

Email: ednaportos@hotmail.com

## **Rita de Cássia de Vasconcelos Pedrosa**

Discente de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e Integrante bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) /UFCG.

Email: rita.economia@gmail.com

## **Gelfa de Maria Costa Aguiar**

Professora Dr<sup>a</sup>. da Unidade Acadêmica de Economia, UFCG.

Email: gelfaguiar@gmail.com

## **RESUMO**

O presente artigo trata sobre as principais questões que influenciaram o PIB e o emprego no Brasil, durante o primeiro ano do mandato da presidente Dilma Roussef (2011). No que tange ao Produto Interno Bruto (PIB) objetivou-se além de avaliar seu comportamento durante o ano supracitado, destacar os fatores que refletiram sobre este indicador econômico. Quanto à questão do emprego, a discussão centrou-se em como cada setor da economia comportou-se na geração e manutenção dos níveis de ocupação a partir dos dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Palavras chave:** câmbio, governo Dilma, mercado, desindustrialização.

## **ABSTRACT**

This work aims to provide reflections on the exchange rate policy adopted by Dilma's government in her first year in office, highlighting the floating exchange rates which have been characterizing the government control in the context of the Brazilian Economic policy. The work presents some considerations on the prospects of exchange rate policy in the present scenario of the global crisis.

**Keywords:** exchange, Dilma's government, market, deindustrialization.

# 1. INTRODUÇÃO

Considerando o cenário político-econômico no primeiro ano do governo Dilma Rouseff, o presente estudo destaca dois dos principais indicadores econômicos, a saber: o PIB e o nível de emprego da economia brasileira. É importante ressaltar que o ano 2011 inicia-se sob a tensão da crise capitalista que atinge, principalmente, a Europa, com reflexos sobre o mundo e que a nova presidente que toma posse no Brasil a partir de 1º de janeiro, o faz tendo como objetivo, dentre outros: quebrar o paradigma da “sombra” do seu antecessor, o ex-presidente Lula, sem que isto tenha se refletido na flagrante continuidade do estilo neodesenvolvimentista instalado na chamada Era Lula.

O estudo está subdividido em duas partes: a questão dos níveis de emprego alcançados nesse primeiro ano e o desempenho do PIB.

Em relação ao emprego, são mostrados e discutidos dados enfatizando as questões da suposta desindustrialização brasileira, seus reflexos sobre o mercado de trabalho e a crescente informalidade daí decorrente. O destaque vai para a observação da reduzida taxa de desemprego alcançado em 2011 (4,7%). Quanto ao PIB, face o crescimento alcançado em 2010 (7,5%) já se esperava determinado ritmo de desaceleração do crescimento para o ano subsequente, o que de fato se verificou com o fechamento do período registrando taxa de crescimento de cerca de 2,7%.

Nesse sentido, o estudo foi feito com o intuito de identificar alguns fatores condicionantes da recente desaceleração do crescimento, com destaque para: a taxa de câmbio; o acúmulo de estoque; a crise capitalista e a política de contenção monetária, que se iniciou no final de 2010.

## 2. COMPORTAMENTO DO PIB NO PRIMEIRO ANO DILMA

O início do governo de Dilma (2011) foi marcado por vários discursos, dentre eles destacam-se: a redução dos gastos do governo, contenção da inflação, o novo salário mínimo, o aumento das taxas de juros e as medidas macroprudenciais.<sup>20</sup>No que tange a redução dos gastos governamentais, o registro foi de R\$ 50 bilhões nas despesas governamentais do

---

20 Medidas ou ações macroprudenciais apareceram na literatura econômica de regulação e supervisão bancária, na década de setenta e, não sem razão, tais termos ganharam importância nas discussões pós-crise de 2007-2008. Atualmente o governo usa essas medidas para contenção de demanda por crédito. (SILVA, 2010)

orçamento federal de 2011. O valor total fragmentado e contingenciado destina-se da seguinte forma: R\$ 32 bilhões são despesas de custeio e R\$ 18 bilhões dos investimentos revistos em emendas parlamentares (MENEZES & MENDES, 2011).

Enquanto a economia brasileira apresentou um bom desempenho no ano de 2010, tendo seu PIB( Produto Interno Bruto) alcançado 7,5%, o que é satisfatório em um ambiente de crise internacional. Têm-se evidências que tal resultado foi puxado pelo consumo interno das famílias proporcionado por uma política fiscal expansionista (medida interna adotada para atenuar os efeitos da crise em 2008) e pela elevação na taxa de investimento, devido a expansão da construção civil, que alavancou a economia e a produção interna de máquinas e equipamentos. Tais fatores foram cruciais para o bom desempenho vivenciado no período supracitado.

Em 2011, o desempenho econômico não tem a mesma performance do ano anterior. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o PIB brasileiro registrou uma estatística nula na passagem do segundo para o terceiro trimestre de 2011. Desde o ano de 2009, esse resultado foi o menor que o PIB do Brasil já registrou, esse dado mostra que o país passa por um forte processo de desaceleração do crescimento. Dessa forma, a taxa de expansão média dos últimos 5 trimestres restringiu-se para 0,6%, elevando o afrente em relação ao desempenho observado no período que marcou a recuperação da economia frente a recessão técnica, em consequência da crise financeira global, quando o PIB cresceu em torno de 2,1% .

Diversos fatores podem explicar o motivo pelo qual a economia brasileira perdeu seu vigor. Um primeiro ponto é o carregamento estatístico, que os economistas chamam de *carry-over*, e que significa a ausência de qualquer expansão ou queda marginal sobre o nível do PIB fechado, no início de 2011. Em 2010, o crescimento foi marcado por uma trajetória crescente. Nesse período o produto registrou alta de 7,5%. Após o primeiro trimestre de 2011 o nível da atividade sofreu uma desaceleração, chegando a um ritmo considerado baixo no final do quarto trimestre, em uma média anual.

No primeiro trimestre de 2011, o PIB foi influenciado também pelos efeitos das políticas anticíclicas<sup>21</sup> do governo, utilizadas como forma de diminuir as reações negativas à crise financeira oriunda da economia norte-americana, que contaminava as economias globais como o Brasil em 2008. Além disso, tem-se a crise no continente europeu, a contenção

---

21 Consiste em um conjunto de ações governamentais voltadas para impedir ou minimizar os efeitos do ciclo econômico, como aconteceu em 2010.

do crédito, a apreciação do real, o aperto monetário iniciado já no final de 2010 e os programas de transferências de renda.

Os fatores da expansão econômica em 2010 influenciaram, sobremaneira, a desaceleração do crescimento do PIB em 2011, já que impulsionaram uma política fiscal contracionista, anulando os estímulos governamentais e diminuindo os investimentos. Em paralelo, houve uma elevação na taxa básica de juros e maior controle sobre o crédito. Os resultados da política macroeconômica adotada em 2011 e o agravamento da crise européia culminaram no ínfimo valor de 2,7% como taxa de crescimento do PIB brasileiro em 2011.

O índice de expansão no consumo das famílias, segundo o IBGE, ficou em 4,1% em 2011, abaixo dos 7% no ano anterior. Já a produção industrial fechou 2011 em 0,3%, bem abaixo do resultado verificado em 2010 (10,5%). No terceiro e quarto trimestres, por sua vez, o desempenho da economia sofreu redução de patamar. Nesse período, a taxa de crescimento média do produto, que era em torno de 1,9%, caiu para 0,6%, mostrando o mau desempenho do setor industrial.

O chamado “*carry over*”, ou congelamento estatístico, passou de 3,6% para 1,2%, isso significa que, assumindo a hipótese de que as taxas de crescimento trimestral dessazonalizadas em 2011 fossem iguais às observadas em 2010, o crescimento do PIB brasileiro seria de 5,1%. Por conseguinte, o efeito estatístico seria responsável por 2,4 pontos percentuais a menos na comparação com o resultado que se verificou no ano anterior.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012), a queda do nível de atividade econômica brasileira em 2011, reflete o mau desempenho industrial desde setembro de 2010 que, apesar da alta registrada no início de 2011, voltou a apresentar desaceleração nos períodos seguintes. Em relação à política de câmbio, pode-se asseverar que, ao mesmo tempo em que torna mais caros os produtos nacionais no exterior, o nível atual de câmbio<sup>22</sup> acirra a concorrência entre a produção voltada para o mercado doméstico e os similares importados, havendo, dessa forma, um desestímulo à indústria de bens de consumo duráveis no país, em contrapartida, o setor de serviço é estimulado. Além disso, o potencial do mercado interno brasileiro e a lenta recuperação da economia mundial, torna o país um dos principais alvos da entrada de produtos estrangeiros, ao tempo em que retrai a demanda externa. Vale ressaltar que neste processo

---

22 Termos de troca estabelecido entre a moeda de um país e a moeda de outro país. Exemplo: Quando um investidor norte americano pretende abrir uma empresa no Brasil, ele precisará ir ao Banco Central trocar a moeda de seu país (dólar) pela moeda doméstica (real) e vice-versa.



os empresários substituem insumos, componentes e também bens finais pelos seus concorrentes importados, o que gera um impacto negativo em setores importantes, como, por exemplo, a produção de bens intermediários.

Ao comparar a evolução do faturamento real da indústria da transformação (medido na pesquisa de indicadores industriais IPEA, 2012) e a evolução da produção física (medido na pesquisa PIM-PF-BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012) nota-se que a substituição dos insumos vem avivando-se cada vez mais. Setores importantes da indústria vêm implementando ajustes na produção, objetivando normalizar seus estoques.

No que diz respeito à política monetária, o Banco Central retirou parte das medidas macro-prudenciais adotadas em 2010 e, além disso, teve início o ciclo de redução da taxa básica de juros (SELIC). Já a política fiscal caracteriza-se pelo implemento de uma série de medidas de desoneração tributária, que vem afetando diversos setores da economia, a exemplo da indústria, do comércio varejista, da construção civil e dos consumidores em geral.

A economia brasileira continua com os mesmos fundamentos que lhe permitiu abreviar a período de recessão provocado pela crise financeira global de 2008: reservas internacionais superiores ao endividamento externo do país, trajetória equilibrada da dívida pública, menor exposição das empresas à taxa de câmbio e um fluxo positivo de entrada de capitais estrangeiros.

A desaceleração da economia que levou o PIB ao patamar 2,7% (valor aquém do esperado para 2011) pode ser explicada: pela taxa de câmbio que continuou a se apreciar no período em paralelo ao aperto monetário, à política fiscal mais conservadora em relação a 2010, à crise econômica na Europa. Todos estes fatores contribuíram negativamente para as expectativas dos agentes econômicos sobre o rumo ainda incerto que a economia terá no futuro.

### **3. EMPREGO NO BRASIL: PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DILMA**

Sendo emprego a denominação dada (SINGER 1975) a condição dos indivíduos que trabalham em caráter temporário ou fixo, em uma determinada atividade econômica e em troca recebem um salário, tem-se que desemprego é a denominação da condição dos mesmos dentro da faixa de “idade ativa”<sup>23</sup>, entre os 18 e 65 anos, que estejam por um determinado período sem realizar trabalho remunerado.

---

23 Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definida: população ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias). Disponível: <http://economiafenix.wordpress.com/tag/taxa-de-atividade/>.

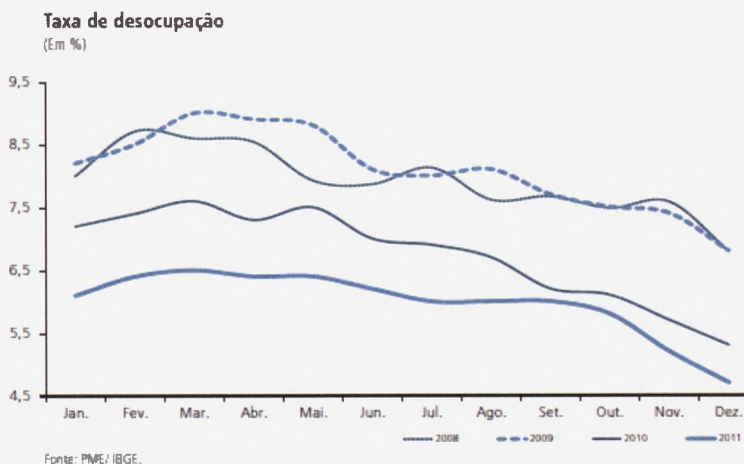
As taxas de emprego e desemprego são calculadas trimestralmente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) a partir de amostragens, sendo assim, os indivíduos entrevistados se encaixam entre empregado, desempregado, e inativo. Sendo a última denominação dada à pessoas que não mais procuram emprego, que são estudantes em tempo inteiro, aposentados, reformados, dentre outros.

Segundo o Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (IPEA), a taxa de atividade ou participação é obtida pela divisão entre a população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA). Essas taxas sofrem variação, principalmente quando há uma mudança nos processos de produção (inovação técnica), quando ocorre uma redução líquida do emprego, sendo essa a justificativa econômica, ainda que inicialmente a inovação técnica incremente o emprego.

Focando agora o estudo sobre a questão do emprego em 2011, no primeiro ano Dilma, apresentamos então uma retrospectiva do mandato anterior do ex-presidente Lula, o qual assumiu seu mandato com a taxa de desemprego de 11,7%; ao término do seu segundo mandato (2010) essa taxa caiu para 5,7%, a mais baixa desde 2002. Observa-se, portanto que a presidente Dilma assumiu seu mandato em meio a um cenário de boas perspectivas quanto ao crescimento do emprego, o que se contrapõe à desaceleração da economia, fruto principalmente das crescentes tensões devido à atual crise.

Mas, como podemos observar no Gráfico 1, mesmo com o desaquecimento da economia, a contínua queda no nível de emprego sugere “prosperidade”

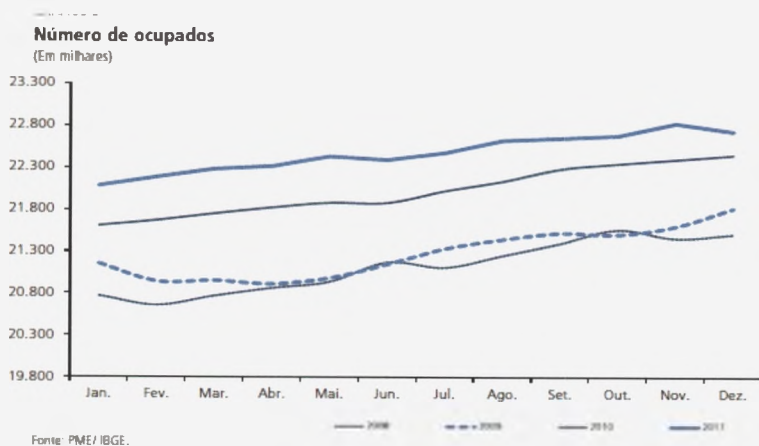
### Gráfico 1: Taxa de desocupação Brasileira no período entre 2008 à 2011 segundo o IBGE:



Como observado no Gráfico 1, houve uma queda sobre as taxas de desocupação, desde o ano 2010, chegando, ao término de 2011, a aproximadamente

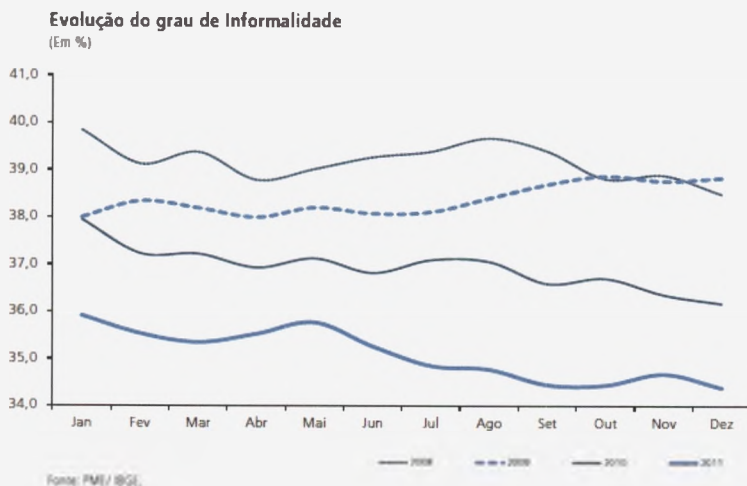
4,7%. Quanto a população ocupada, a taxa cresceu em média 2,1%, como podemos observar no Gráfico 2, observando uma desaceleração no ultimo trimestre .

**Gráfico 2: Número de ocupados no período de 2008 à 2011 segundo IBGE:**



Entretanto, uma preocupação em relação ao emprego é o nível de informalidade e rotatividade, que vem crescendo se contrapondo aos resultados entre empregados com e sem carteira assinada. O Gráfico 3, permite afirmar que o nível da informalidade média da população em 2011 ficou em 35,1% , havendo uma queda de 1,9% em relação a 2010, já o número de empregados com carteira assinada cresceu 6,2%.

**Gráfico 3: Evolução no grau de informalidade no Brasil entre 2008 e 2011:**



Essas diferenças entre os setores formais e informais tem implicações claras, principalmente, na questão salarial. É possível perceber disparidades importantes nos níveis salariais formais frente aos oriundos da informalidade, entre 2010 e 2011 o rendimento dos trabalhadores por conta própria cresceu 4,0%, e o dos empregados no setor privado 2,6%, registrou-se ainda, um aumento de 6,1% nos rendimentos dos trabalhadores sem carteira assinada, enquanto os empregados com carteira assinada tiveram um aumento de 1,4%.

Tendo em vista agora as questões sobre emprego em cada setor formal, observamos na Tabela 1 que o setor que obteve maior variação entre 2010 e 2011 foi o da construção civil, com 12,4%, seguido do comércio que variou 5,9%. Entretanto, observa-se uma variação pouco significativa do setor industrial, o qual vem diminuindo cada vez mais sua contribuição tanto na geração de empregos quanto na contribuição no PIB. Esse é um dos grandes desafios para a presidente, visto que, a indústria nacional vem perdendo seu espaço para os importados, principalmente os de origem na China. O Brasil está a cada ano deixando de produzir para importar, num processo reverso ao que se conheceu como substituição de importações. Sendo este mais um desafio para a presidente: reverter esse processo de desindustrialização brasileira.

Algum indício vem se configurando nesse sentido através da criação de cursos técnicos que visam à entrada, principalmente, no mercado de trabalho no setor industrial, como os ligados ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), que propõem a qualificação de mão de obra justamente para os setores da construção civil, informática, mecânica, turismo, entre outros. Observe-se que, à exceção do setor da construção civil, são outros sub-setores da área de serviços que estão sendo contemplados. Portanto, como fica à indústria propriamente dita? Nesse sentido, observa-se uma alta considerável do setor da construção civil, com tendência de manutenção do ritmo, visto que programas como Minha Casa Minha Vida<sup>24</sup>, e a crescente abertura de crédito para esta pasta, influenciam diretamente nesse processo de crescimento. O que também influenciou esse crescimento foram os atuais investimentos que estão em curso para a Copa do Mundo de 2014, que contam com grandes obras e reformas de infraestrutura, necessárias para a realização do evento.

---

24 Consiste na aquisição de terreno e construção de unidades habitacionais, que depois de concluídas são vendidas, às famílias que possuem renda familiar mensal até R\$1.395,00, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal.

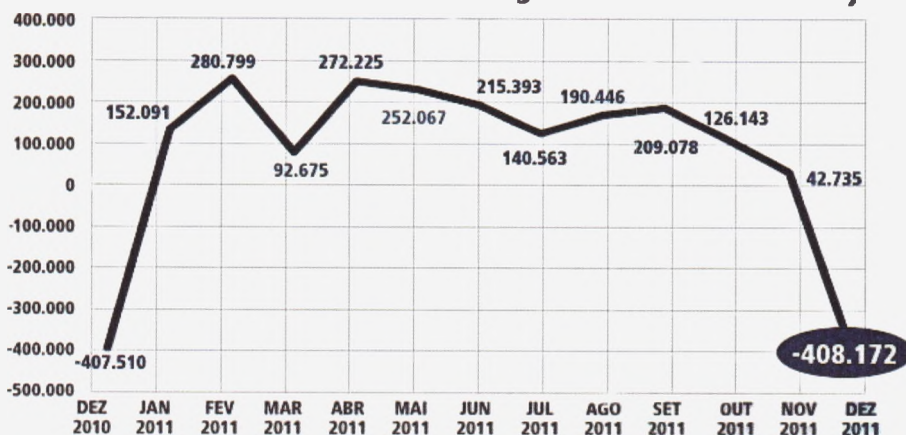
**Tabela 1: Nível de emprego formal- setores (em mil):**

	2010	2011	Var (%)
<b>Agropecuária</b>	1.583,2	1.615,1	2,0
<b>Indústria extrativa</b>	225,9	231,7	2,6
<b>Indústria de Transformação</b>	7.549,7	7.876,7	4,3
<b>SIUP</b>	431,9	443,3	2,6
<b>Construção Civil</b>	2.590,1	2.911,3	12,4
<b>Comercio</b>	8.115,7	8.596,7	5,9
<b>Serviços e Adm. Pública</b>	23.117,1	24.324,9	5,2
<b>Total</b>	<b>43.613,8</b>	<b>45.999,8</b>	<b>5,5</b>

Fonte: MTE / RAIS e CAGED, Elaboração: FIERGS/UEE.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), também se revelam bastante interessantes para análise da questão do emprego no ano de 2011. Mesmo levando em conta apenas os resultados obtidos no tocante aos empregos com carteira assinada e desemprego, o Gráfico 4 mostra uma curva do saldo líquido de postos de trabalho criados no país.

**Brasil - Comportamento do Emprego Formal no Período de Dezembro/2010 a Dezembro/2011, Segundo o CAGED - Sem Ajustes**



Fonte: CAGED- 2011.

O gráfico mostra que no Brasil, em dezembro de 2011, houve um registro negativo no saldo de empregos, o qual assumiu a ordem de -408.172 postos de trabalho forma. Quanto ao nível de informalidade, este é um tema bastante significativo quando relacionado ao desenvolvimento social e econômico do Brasil, o que tornou necessário um estudo para se analisar o impacto que algumas medidas para conter o nível de informalidade sobre o mercado, em que boa parte desses estudos consiste na análise do equilíbrio parcial. Segundo PAES & SIQUEIRA (2005) medidas para reduzir a informalidade, como redução de alíquotas tributárias e diminuição do custo de crédito têm impactos significativos no mercado.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto, é possível concluir que a desaceleração do PIB brasileiro tem como fatores principais: o nível da taxa de câmbio, a política fiscal conservadora, o aperto monetário e, por fim, reflexos da crise atual. Tais fatores pioraram as expectativas dos empresários e consumidores a respeito do comportamento da economia e as incertezas só aumentaram.

O futuro comportamento do PIB brasileiro dependerá dos desdobramentos da crise, principalmente na Europa e EUA e, conseqüentemente, do comportamento da economia mundial. Porém, deve-se notar que todas as perspectivas oficiais ou de economistas ligados ao *mainstream* são muito otimistas.

Para 2012, as expectativas para a economia brasileira são menos preocupantes, mesmo entendendo que, a chance de melhora contínua dos fundamentos macroeconômicos brasileiros e um elevado diferencial na taxa de juros continuará impondo um viés de apreciação para a taxa de câmbio. Dessa forma, a relação existente entre preços e custos permanecerá impondo restrições para a elevação da competitividade dos produtos brasileiros.

Os programas de redistribuição de renda do governo e o reajuste do salário mínimo em 2012 continuarão mantendo a potência da demanda interna. Sendo assim, segundo o IPEA, o futuro comportamento do PIB brasileiro dependerá dos desdobramentos da crise européia, do comportamento da economia mundial e das medidas que o governo adotará para fazê-lo crescer.

De forma geral, os dados expostos demonstram um bom desempenho do mercado de trabalho nesse primeiro ano do governo Dilma, atin-

gindo uma taxa de desemprego de 4,7%, entretanto, apesar do otimismo dos resultados obtidos, deve-se manter a cautela quanto a alguns fatores, como a estagnação no número de indivíduos ocupados no setor formal, o que interfere diretamente no desemprego em função de uma queda na taxa de participação. Levando em conta o fato de o emprego industrial estar demonstrando vários sinais de perda de força, indica-se ponderação na análise dos resultados aparentemente positivos em relação ao mercado de trabalho brevemente estudado neste artigo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banco Central do Brasil. **Programação Monetária**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/ftp/progmon/pm-012010p.pdf>. Acessado em: 01 de dezembro de 2012;

**Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED**. Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/caged\\_mensal/principal-4.htm#3](http://portal.mte.gov.br/caged_mensal/principal-4.htm#3). Acessado em: 08 de abril de 2012.

CARDOSO. Eliana A.(1987) **Economia Brasileira ao Alcance de Todos**. 6ª Edição. São Paulo: Editora brasiliense. Cap. 2. Pag. 36 a 61.

HERBELHA. Denis (2012) **Mercado de Trabalho: A atividade econômica e o comportamento do mercado de trabalho**. Disponível em: <http://economiafe-nix.wordpress.com/tag/taxa-de-atividade/>. Acessado em: 22 de junho de 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sala de Imprensa Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Brasil**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=2076](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2076). Acessado em: 8 de dezembro de 2012.

Instituto de Pesquisa Economia Aplicada - IPEA. **Algumas considerações sobre a desaceleração do PIB em 2011**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option...id>. Acessado em: 02 dezembro de 2012.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise nº 50**, Fevereiro de 2012. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13774&catid=114&Itemid=9](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=13774&catid=114&Itemid=9). Acessado em: 08 de abril de 2012.

MENEZES, Hudson Costa; MENDES, Saulo Correia Sobral Nogueira. **Panorama Econômico do Brasil no início de 2011: Medidas macroprudenciais do governo Dilma.** Disponível em: <http://www.nec.ufba.br/.../2011/2011.03%20->. Acessado em: 02 de dezembro de 2012.

PAES, Nelson L; SIQUEIRA Marcelo L. (2005). **Políticas de Redução da Informalidade no Brasil: Uma análise do sistema tributário e do mercado de crédito.** Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/\\_premio\\_ipea-caixa2005/mono\\_nelsonleitao.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/_premio_ipea-caixa2005/mono_nelsonleitao.pdf). Acessado em: 22 de junho de 2012.

SINGER, Paul. **Curso de Introdução à Economia Política.** 10ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense. (8ª Aula – página 117 a 131)



# **ANÁLISE MACROECONÔMICA DO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF: DESENVOLVIMENTISTA OU CONSERVADORA?**

**Kyones Costa Andrade**

Discente de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e Integrante bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) /UFCG.  
Email: kyonescosta@hotmail.com

**Thais Marculino da Silva**

Discente de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e Integrante bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) /UFCG.  
Email: thais.marculino@hotmail.com

**Gelfa de Maria Costa Aguiar**

Professora Dr<sup>a</sup>. da Unidade Acadêmica de Economia, UFCG.  
Email: gelfaguiar@gmail.com

## **RESUMO**

O presente artigo procura analisar de forma metódica a política macroeconômica adotada pela presidente Dilma Rousseff ao longo do seu primeiro ano de mandato, com base nas medidas adotadas por sua equipe de governo, bem como nos indicadores econômicos apresentados no ano de 2011. Mais que isso, a política econômica adotada pela presidente durante os 12 primeiros meses de mandato causou dualidade de opiniões entre os economistas macroeconômicos. Ortodoxa ou neo-desenvolvimentista? Como deve ser caracterizada a política macroeconômica brasileira desse período? O artigo está composto por quatro sessões incluindo a conclusão. Para sua elaboração foram utilizados livros e artigos relacionados ao tema tratado. Inicialmente, são colocadas em discussão as características mais relevantes das políticas econômicas ortodoxa e neo-desenvolvimentista, verificando-se historicamente a presença de suas matrizes no ambiente econômico brasileiro. Em seguida, parte-se para uma análise dos principais fatores e indicadores econômicos pertinentes ao período consultado, buscando propor esclarecer reflexões acerca das questões axiomáticas expostas no início do texto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política econômica, Ideologia Econômica, Governo Dilma Rousseff.

## ABSTRACT

This article seeks to analyze methodically macroeconomic policy adopted by President Dilma Rousseff during her first year in office , based on the measures taken by her government as well as economic indicators presented in 2011 . Moreover the economic policy adopted by the president during the first 12 months in office caused duality of opinions between macroeconomic economists . Orthodox or neo -developmentalist ? As it should be characterized Brazilian macroeconomic policy that period ? The article is composed of four sessions including the conclusion . For its preparation books and articles related to the theme were used . Initially , are put under discussion the most relevant characteristics of the orthodox and neo -developmentalist economic policies , verifying historically the presence of their patterns in the Brazilian economic environment . Then you move into an analysis of the main factors relevant to the period and consulted economic indicators, trying to propose clear reflections on the axiomatic issues outlined earlier in the text.

**KEYWORDS :** Economic policy , Economic Ideology , Government Dilma Rousseff .

## 1. INTRODUÇÃO

Em apenas um ano de mandato é difícil determinar quais os rumos que a política econômica de um país pode tomar. Contudo, em linhas gerais, é possível perceber algumas nuances do que se sucederá nos próximos anos. O governo de Dilma Rousseff, claro, não fugiria à regra. Mais que isso, a política econômica adotada pela presidente durante os 12 primeiros meses de mandato causou dualidade de opiniões entre os economistas macroeconômicos. Ortodoxa ou neo-desenvolvimentista? Como deve ser caracterizada a política macroeconômica brasileira desse período?

Diante disso, o presente ensaio busca definir se a atual política macroeconômica nacional compete a uma ou outra ideologia econômica, todavia, é necessário, inicialmente, compreendê-las. Nesse sentido, a primeira parte deste artigo fará uma exposição sucinta das características mais relevantes das políticas econômicas ortodoxa e neo-desenvolvimentista, como também verificará historicamente a presença de suas matrizes no ambiente econômico brasileiro.

As sessões subsequentes abordam sistematicamente os diversos aspectos da dinâmica adotada durante o período de análise, baseado num eixo tríplice de políticas econômicas as quais revelam um papel importante na avaliação econômica do país.

Consequentemente, após a exposição precisa sobre as principais características das ideologias econômicas que deram margem à dúvida dos

economistas de qual política macroeconômica está sendo empregada pelo Governo Dilma, bem como sobre as principais medidas adotadas ao longo de 2011 por sua equipe, ficando mais fácil partir para uma análise dos principais fatores e indicadores econômicos pertinentes ao período consultado e retirar as devidas conclusões quanto às questões deixadas em aberto no início do texto.

## **2. BREVE EXPOSIÇÃO DAS IDEOLOGIAS ECONÔMICAS: NEO-DESENVOLVIMENTISMO E ORTODOXIA**

O neo-desenvolvimentismo deriva do nacional desenvolvimentismo (ou simplesmente, desenvolvimentismo), ideologia econômica que prevaleceu como *mainstream*, principalmente na América Latina, entre os anos de 1940 a 1960. Tanto o nacional-desenvolvimentismo, quanto o neo-desenvolvimentismo são consideradas ideologias econômicas então teorias, pois utilizam como base teorias econômicas no sentido de elaborar uma estratégia nacional de desenvolvimento específica para cada país. Essa estratégia nacional de desenvolvimento seria, de acordo com Bresser Pereira (2006,p.13), “um conjunto de instituições e políticas orientadas para o desenvolvimento econômico”.

Os economistas desenvolvimentistas eram ligados a três correntes do pensamento econômico, as quais: a teoria econômica clássica (Adam Smith e Karl Marx, principalmente), a macroeconomia keynesiana e a teoria estruturalista latino-americana (Raúl Prebisch, Celso Furtado, entre outros) (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.6). Os ideais desenvolvimentistas objetivavam basicamente a promoção do desenvolvimento econômico a partir do conceito de Nação, isto é, a união de empresários, burocratas do Estado, classe média e trabalhadores em busca de uma maior competitividade internacional, tendo o Estado como líder. Tudo isso por meio de políticas econômicas e instituições formadas e formuladas para o interesse nacional; fortalecendo assim, o Estado frente ao mercado.

O nacional desenvolvimentismo defendia o modelo de substituição das importações que, apesar da importância patente no estabelecimento das bases industriais dos países da América Latina, levou concomitantemente as indústrias nacionais a sofrerem problemas estruturais, devido ao seu elevado nível de protecionismo.

Para fazer frente ao desenvolvimentismo, havia a ortodoxia convencional, baseada nos preceitos da teoria neoclássica, apoiada em uma estratégia de desenvolvimento diferenciada, onde os países ricos ou do

Norte recomendavam o conjunto de diagnósticos, políticas econômicas e reformas institucionais para os países em desenvolvimento do Sul (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.6).

Os ideais neoliberais estabelecidos pela teoria neoclássica começaram a ganhar espaço na política econômica mundial a partir da década de 1970 e permanecem até hoje. Os monetaristas, como eram chamados na época, defendiam o controle da oferta de moeda para brechar a alta inflação, além de propor aos países em desenvolvimento o abandono do conceito de Nação em prol do mercado, pois esse promoveria o desenvolvimento econômico. O Consenso de Washington, carta magna do neoliberalismo, elaborada e nomeada dessa forma por John Williamson, em 1989, enumerava dez reformas econômico-institucionais as quais os países em desenvolvimento deveriam adotar para se desenvolverem, dentre as quais podemos destacar: a liberalização da conta financeira e comercial, privatizações de estatais, redução dos gastos com social, entre outras. No entanto, o discurso neoliberal “não refletia as preocupações nem os interesses nacionais, mas as visões e objetivos dos países ricos” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.9).

A ortodoxia firma sua política macroeconômica no combate à inflação através do aumento sucessivo da taxa de juros, na flutuação cambial a cargo do mercado, no controle das contas públicas através da política de superávit primário, nas reformas microeconômicas e na formação de poupança externa como modo de financiar o desenvolvimento, mesmo com a possibilidade de crises no balanço de pagamentos (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.19)

Carregando algumas diferenças em relação ao nacional-desenvolvimentismo e, principalmente, divergências quanto à ortodoxia surge a ideologia econômica neo-desenvolvimentista, baseada na macroeconomia de Keynes e na teoria do desenvolvimento econômico.

Em tese, o novo desenvolvimentismo não se mostra protecionista no que refere à competição industrial como o nacional-desenvolvimentismo, pelo contrário, procura trabalhar a partir de uma política industrial moderada. Porém, não é a favor de uma abertura indiscriminada para importações. Ainda neste aspecto, o neo-desenvolvimentismo prefere basear sua pauta exportadora em produtos manufaturados ou produtos primários de alto valor agregado a produtos primários de baixo valor agregado (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.14).

O Estado também desempenha um papel de destaque no neo-desenvolvimentismo, no sentido de defender e garantir a concorrência entre as Nações. No que se refere à política macroeconômica, os principais objetivos são o controle do déficit e da despesa pública por meio da poupan-

ça interna, financiando assim os investimentos; o controle da inflação e o equilíbrio do balanço de pagamento através de taxa de juros moderadas, esforçando-se para mantê-la baixa, e taxa de câmbio competitiva (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.20-21).

Conseqüentemente, após a exposição precisa das principais características das ideologias econômicas que deram margem a dúvida dos economistas de qual política macroeconômica está sendo empregada pelo Governo Dilma, ficará fácil partirmos para uma análise dos principais fatores e indicadores econômicos pertinentes ao período consultado e retirar as devidas conclusões quanto às questões deixadas em aberto.

### **3. POLÍTICAS ECONÔMICAS**

Possuir o domínio acerca do macroambiente econômico é de fundamental importância para se analisar e compreender o encadeamento lógico entre as ações, as variáveis e os objetivos almejados pelas políticas econômicas. Conceituam-se políticas econômicas como sendo as ações tomadas pelo governo, no sentido de atingir determinados objetivos macroeconômicos. Para isso, o setor público, enquanto agente econômico de peso dentro do sistema, procura atuar sobre determinadas variáveis e através destas alcançar determinados fins tidos como positivos para a economia. (CLETO & DEZORDI, 2002, p.16).

As políticas econômicas podem ser divididas em três grupos: a política monetária, a política fiscal e a política cambial.

Nesse sentido, através da observação das políticas referidas partiremos para a avaliação consistente das atitudes econômicas adotadas pela presidente Dilma Rousseff ao longo do primeiro ano de seu mandato, bem como delinearemos o caminho seguido pela sua equipe econômica.

#### **3.1. POLÍTICA MONETÁRIA**

A lógica da política monetária consiste em controlar a oferta de moeda (liquidez) para determinar a taxa de juros de referência do mercado. Cabe destacar que, no sistema econômico, a moeda representa os meios de pagamento. Ao controlar os meios de pagamento, a política visa estabilizar o nível de preços geral da economia. Os governos que necessitam diminuir a taxa de inflação reduzem a oferta monetária e aumentam a taxa de juros. Esse mecanismo controla o nível de preço, porém se as taxas de juros permanecerem elevadas por um longo período a economia pode deixar de crescer economicamente.

Falar sobre juros, inflação e crescimento econômico é, sem sombra de dúvidas, caracterizar os primeiros desafios enfrentados durante o primeiro ano de mandato do governo atual, que apesar de não serem preocupações exclusivas, tomaram grandes dimensões devido ao cenário internacional conturbado. Além disso, as conseqüências da crise de 2008 foram quase que paralisadas por atitudes equivocadas que acabaram por protelar os efeitos da mesma por um determinado período de tempo proporcionando um estado de alívio para a economia brasileira na gestão do presidente Lula. Mas agora o que se observa, de fato, é a retomada da mesma crise com força ainda maior provocando o inesperável: o desmoronamento dos países ricos, contribuindo para uma maior preocupação por parte do governo atual e implicando em uma análise ainda mais cautelosa das medidas econômicas a serem adotadas, isso sem falar no cenário interno que vivenciava um período de tensões diante de um possível recrudescimento da inflação.

No primeiro semestre de 2011, a deterioração das expectativas inflacionárias no mercado financeiro condicionou as seguintes medidas de política monetária: a primeira diz respeito à maior restrição ao crédito, que pode ser avaliada como medida bem-sucedida, ao promover desaceleração gradual dos saldos deste último para níveis compatíveis com uma trajetória mais equilibrada do consumo na economia; a segunda foi o ciclo de alta da taxa básica de juros, que visou também à maior moderação do ritmo de crescimento da demanda agregada. E, de fato, a grande preocupação com as oscilações do processo inflacionário é válida, pois como se sabe a inflação corroe o poder de compra, o que seria inaceitável diante do modelo de consumo aderido desde a gestão anterior e que é fonte essencial para o mecanismo de políticas adotadas visando o crescimento da economia brasileira, que por sinal foi um dos fatores responsáveis pelo “pibão” alcançado em 2010.

Mas o que se observa, de fato, é que no início do governo as medidas econômicas adotadas não fugiram à regra. As sequenciais altas na taxa básica de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) como uma das principais medidas pra se conter a escalonada inflacionária podem ser entendidas como princípio de uma ideologia ortodoxa, como bem vimos no início desse ensaio.

A troca inesperada da liderança do Banco Central, conduzido anteriormente por Henrique Meireles, que seguia uma linha mais liberal e que reproduzia de forma fiel a leitura que o mercado financeiro tem da política econômica, por Alexandre Tombini, um funcionário de carreira do BC que, ao que parece, segue uma linha desenvolvimentista, não foi o bastante para mexer na lógica de continuidade das políticas econômicas adotadas

desde o governo de FHC. A surpreendente notícia de que o BC de Dilma seria formado por “novas mentes”<sup>25</sup> não foi suficiente para romper com o comportamento monetarista.

De acordo com o Relatório Trimestral de Inflação, divulgado em 29 de setembro de 2011<sup>26</sup>, o BC antecipou, corretamente, o arrefecimento da inflação a partir do último trimestre de 2011, vislumbrando, ainda, a continuidade do movimento de convergência da taxa de inflação para o centro da meta.

De forma coerente, as atas mais recentes do Copom (Comitê de Política Monetária) passaram a destacar os efeitos deflacionários da piora do cenário externo, bem como o baixo risco de um eventual descontrole inflacionário derivado de qualquer tipo de choque que pudesse comprometer a condução da política monetária na presença de uma política fiscal mais rigorosa.

Ao longo de um horizonte temporal de um ano, a queda na taxa básica de juros já era vislumbrada pelo mercado, muito provavelmente em função da celebração do acordo congressual em relação à elevação do teto da dívida pública americana. O mercado passou, assim, a projetar um período de baixo crescimento mundial com maior duração, o que acabou por desencadear o movimento de queda nas taxas futuras dos contratos mais longos. Posteriormente, a crise da dívida grega alcançou novas dimensões, contribuindo, também, para uma piora das condições macroeconômicas externas.

Com base nesse cenário, o Copom decidiu-se pelo início de um ciclo de baixa da taxa básica de juros, dosada em 50p.b. a cada reunião, para um patamar que atualmente se encontra em 9% ao ano.

Desse modo, a atual condução da política monetária parece mover-se na direção de um estado convencional de normalidade.

### 3.1.1. INFLAÇÃO E JUROS

Como observamos o início do primeiro ano do mandato do governo Dilma Rousseff foi marcado principalmente pelo medo de uma possível retomada inflacionária, alcançando inclusive patamares de conotações políticas, levando a preocupação generalizada dos agentes econômicos.

Em economia inflação é a queda do valor de mercado ou poder de compra do dinheiro. Porém, é popularmente usada para se referir ao

---

25 No sentido de não ser submisso aos ditames do capital financeiro.

26 Carta de Conjuntura do IPEA. Brasília: IPEA, n.15, dezembro de 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc15\\_economia.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc15_economia.pdf)>. Acesso em: 28Fev.2012.

aumento generalizado dos preços. Durante os anos 1980 a economia brasileira sofreu com a hiperinflação. Esse processo só foi interrompido em 1994, com a implementação do Plano Real. Atualmente a inflação é controlada pelo Banco Central através da política monetária que segue o regime de metas para a inflação.

O principal objetivo dos países que adotam o regime de metas para a inflação é alcançar e preservar uma taxa de inflação estável. Para isso, os respectivos Bancos Centrais de cada país fazem um anúncio prévio de uma meta numérica para a inflação em prazo predeterminado e se comprometem explicitamente a cumprir a meta fixada. Para alcançar a meta estabelecida, o BC deve utilizar todos os instrumentos possíveis, como a taxa de juros, o crescimento da base monetária ou a taxa de câmbio.

Os defensores do regime de metas para a inflação acreditam que ele desempenha basicamente duas funções: serve como elemento de coordenação de expectativas dos agentes econômicos e funciona como mecanismo de transparência para a condução da política monetária, auxiliando na redução das incertezas.

A grande polêmica acerca da questão dos juros é que a mesma intensidade e eficácia em solucionar o problema inflacionário estão voltadas a beneficiar uma pequena parcela dos agentes econômicos. Como sabemos, a elevação da SELIC como taxa referencial tem o poder instantâneo de favorecer a classe apoiada no capital financeiro; a consequência também imediata dessa medida é o aumento nos gastos do Tesouro Nacional. Desse modo, as sequenciais elevações da taxa básica de juros como uma das alternativas para impor uma maior moderação no ritmo de crescimento da demanda agregada, como se sabe em quase nada contribui para o grande problema em questão, uma vez que a inflação brasileira não é de demanda. Sabemos que o problema inflacionário brasileiro é de cunho estrutural e que, pelo contrário, o aumento dos juros proporciona uma série de outras tendências como à apreciação ao câmbio e que, por consequência, desequilibram ainda mais as contas externas, e o que se observa de fato são os ganhos financeiros em crescente escala pela classe minoritária que rege a dinâmica econômica brasileira.

Para diversos economistas a forma como o governo vem tratando as questões de cunho inflacionário não se limitam apenas ao modelo ortodoxo, muitos afirmam que o governo está fazendo uma combinação com políticas heterodoxas. Diferentemente de outros governos, o BC não está só utilizando o aumento da SELIC como fator imprescindível para o arrefecimento da inflação, mas utilizando também medidas alternativas como o arrocho ao crédito e políticas fiscais.



Nesse sentido o balanço final do primeiro ano da gestão do governo Dilma Rousseff apresentou uma relativa tranquilidade em relação ao tema abordado, tendo em vista o cumprimento das metas inflacionárias pré-estabelecidas, bem como um decrescimento, ainda que meio tímido, da taxa básica de juros. As conduções das medidas supracitadas em seu primeiro ano de governo contribuem para a formação de um posicionamento dualista, no qual se observa a predominância das influências ortodoxas, mantendo assim a política econômica assumida por governos anteriores.

### 3.2. POLÍTICA FISCAL

A política monetária, discutida anteriormente, tem profunda ligação com a política fiscal. As decisões sobre ambas norteiam a economia de um país, seja na busca da estabilidade, seja na busca de desenvolvimento ou crescimento econômico sustentado. A política fiscal, em tese, preocupa-se com a elaboração e organização do orçamento federal, resultado da subtração das receitas arrecadadas e despesas realizadas pelo governo. A área fiscal também é responsável pela administração do déficit e da dívida pública. Nesse sentido, para definir se a política fiscal adotada pelo governo é de cunho expansionista ou contracionista faz-se necessária uma avaliação dos tópicos que a compõe.

A análise da política fiscal aplicada no primeiro ano do Governo Dilma revela que, grosso modo, não houve mudanças significativas em relação ao governo Lula. O comunicado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>27</sup> caracterizou a política fiscal empregada como conservadora. O principal motivo para esse comportamento foi o risco inflacionário sofrido pela economia brasileira logo no início do mandato, induzindo o governo a tomar medidas austeras.

Dados recentemente divulgados pela Receita Federal do Brasil<sup>28</sup> mostram que a arrecadação federal de 2011 foi a maior da história, superando em termos percentuais apenas a do ano anterior, com um aumento real de 10,1% -abaixo dos 11,5% esperados pelo Fisco. Os impostos, contribuições e outras receitas do governo, abatendo-se a inflação, somaram R\$969 bilhões em 2011, ante R\$829 bilhões em 2010. Esse aumento concentrou-se, sobretudo, nos primeiros meses do ano correspondente ao período de pagamento de tributos do ano anterior. Nos últimos meses o crescimento da arrecadação perdeu forças, motivado, principalmente, pela

27 COMUNIDADE DO IPEA. Brasília: IPEA, n.130, 13 de janeiro de 2012. Disponível em:<<http://bit.ly/wQ94T8>>. Acesso em: 28Fev.2012.

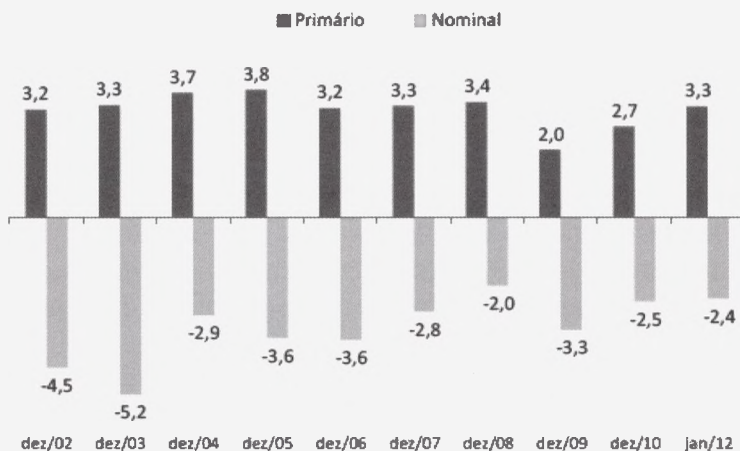
28 Fonte: G1. Disponível em:<<http://migre.me/86pDN>>. Acesso em: 28 Fev.2012.

alta taxa de juros e pela a crise financeira internacional, que causou retração na confiança das empresas e dos consumidores. Também é importante destacar o aumento da carga tributária neste período, estimado em 36,2% do PIB, superando 2010, segundo estudo dos economistas José Roberto Afonso, Kleber Castro e Márcia Matos<sup>29</sup>.

As despesas governamentais indicaram um aumento de 10,19% em 2011, segundo dados fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN)<sup>30</sup>. Os gastos com consumo, as transferências, subsídios e investimentos efetuados pelo governo somaram R\$724 bilhões, equivalente a 17,52% do PIB. No primeiro mês da gestão foi anunciado um corte no orçamento de R\$50 bilhões objetivando o cumprimento da meta de superávit primário para o ano, a redução da taxa SELIC e a preservação dos investimentos. Posteriormente, mais precisamente quando a crise econômica internacional começou a dar sinais exasperados (agosto de 2011), o governo adicionou R\$10 bilhões a esse montante.

A meta de superávit primário para 2011 era de R\$127,9 bilhões, de acordo com nota a imprensa emitida pelo Banco Central<sup>31</sup> e como previa na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Contudo, superando a meta, o superávit primário acumulado do setor público foi de R\$128,7 bilhões, que equivale a 3,1% do PIB, como podemos verificar no Gráfico 01.

**GRÁFICO 01-Resultado fiscal do setor público em 12 meses (% PIB)**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

29 Fonte: Ministério de Planejamento. Disponível em:<<http://migre.me/86pMP>>. Acesso em 29 Fev.2012.

30 Fonte: G1. Disponível em:<<http://migre.me/86q1m>>. Acesso em 28 Fev.2012.

31 Fonte:BCB.Disponível em:<<http://migre.me/86qac>>. Acesso em:27Fev.2012

Não há mistério quanto ao destino deste superávit primário, se não ao pagamento dos juros e serviços da dívida pública. Logo, percebe-se, como bem assinala Paulo Kliass (2012) em artigo ao jornal Correio do Brasil, que o governo de Dilma persiste na política de transferência de renda da sociedade para os setores que almejam o lucro pela aplicação de capitais.

Conforme dados divulgados pela STN, a dívida pública federal encerrou o ano em R\$1,86trilhão, um aumento de 10,17% em relação a 2010. Essa dívida deriva do somatório das dívidas interna e externa, correspondendo respectivamente a 95,5% e 4,5% do total. A dívida interna contabilizou R\$1,78 trilhão, enquanto isso a dívida externa acumulou R\$83,29 bilhões. Na concepção de Luciana Cobucci, um dos agentes causadores do endividamento federal é a emissão de títulos públicos para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)<sup>32</sup>.

No que se refere aos investimentos públicos federais, os mesmos obtiveram crescimento estável quando comparados ao ano de 2010, segundo dados da STN<sup>33</sup>; foram 47,5 bilhões em 2011 perante R\$47,1 bilhões registrados em 2010, aumento de 0,8%. Os investimentos direcionados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ao contrário, apresentaram aumento significativo - R\$ 28 bilhões em 2011, contra R\$22,1 bilhões de 2010. Todavia, esses números estão inflados pelas despesas como programa Minha Casa Minha Vida (R\$7,7 bilhões), que não faz parte do rol de investimentos governamentais por apenas subsidiar financiamentos para compra da casa própria com juros modestos.

Além do corte orçamentário de R\$ 60 bilhões, da manutenção e cumprimento da meta de superávit primário, o não reajuste no valor do salário mínimo é, também, um grande exemplo do contingenciamento fiscal adotado pelo governo em 2011, conforme análise da revista IHU On-Line<sup>34</sup>. Economistas como José Luís Oreiro, David Kupfer, Luiz Gonzaga Belluzzo e Fernando Cardim, entrevistados por esta publicação, avaliam tais medidas como prudentes.

Para eles, tanto o ajuste fiscal, quanto o não reajuste salarial foram favoráveis para a boa condução da política econômica; o primeiro devido à exacerbação de demandas da sociedade pelo governo anterior, o segundo pode ser atribuído ao receio de aumento das pressões inflacionárias e, conseqüentemente, aumento na taxa de juros. O economista Reinaldo

---

32 Fonte: Terra. Disponível em: <<http://migre.me/86reO>>. Acesso em: 28Fev.2012

33 Fonte: Terra. Disponível em: <<http://migre.me/86qU4>>. Acesso em: 28Fev.2012.

34 Fonte: IHU. Disponível em: <<http://migre.me/86r6Q>>. Acesso em: 07 Fev. 2012.

Gonçalves e o sociólogo Francisco Oliveira, ambos também entrevistados pela publicação, mostram-se contrários aos demais; Reinaldo classifica o arrocho fiscal como oportunismo eleitoral, já Francisco afirma que as primeiras ações fiscais do governo Dilma seguem as mesmas linhas econômicas estabelecidas há 12 anos.

Em suma, no campo fiscal esse primeiro ano da gestão presidencial de Dilma Rousseff não foi marcado por mudanças, muito menos que viessem conduzir o país a obter um crescimento econômico sustentado. O arrocho fiscal nada mais foi do que uma medida preventiva após exageros na demanda cometidos pelo governo Lula. Pragmatismo foi palavra de ordem, não só nesta política. Contudo, Dilma esqueceu-se de inovar.

### 3.3. POLÍTICA CAMBIAL

Intrinsecamente dependente da política monetária, a política cambial é caracterizada por ações governamentais que influenciam no comportamento do mercado de câmbio e, conseqüentemente, na taxa de câmbio. O mecanismo de compra e a venda de moeda estrangeira neste mercado definem o preço da moeda nacional, denominado de taxa de câmbio. De modo simplificado, quando o câmbio de um país encontra-se desvalorizado há um estímulo maior para as exportações, sendo isso positivo tanto para a balança comercial, quanto para indústria; no caso de câmbio valorizado o estímulo é maior para as importações, refletindo em déficits na balança comercial e diminuição da produção industrial.

Segundo Cleto e Dezordi (2005), o regime cambial pode apresentar-se de três maneiras: fixo, flutuante e forma híbrida de flutuação. No regime cambial fixo, a interferência do governo na taxa de câmbio é habitual, seja regendo o excesso de demanda por moeda estrangeira, seja regendo o excesso de oferta da mesma. Ao contrário do regime cambial fixo, no flutuante o governo não tem passe livre para intervir na taxa de câmbio, a compra e a venda de moeda estrangeira é administrada pelo mercado. A forma híbrida de câmbio, adotada pelo Brasil desde 1999, mescla os dois regimes anteriormente descritos, adotando o sistema de bandas cambiais ou flutuação cambial suja (*dirtyboard*), com interferência, sempre que necessária, do governo.

Desde sua adesão à política monetária baseada no regime de metas para a inflação e a flutuação cambial suja, o Brasil vem sofrendo com a sobrevalorização cambial. Pois, sendo a taxa de juros o elo entre tais políticas e, possuindo o Brasil a maior taxa real de juros do mundo, os

capitais especulativos invadem constantemente o país, pressionando a taxa de câmbio, na necessidade de serem convertidos em reais para poderem operar (KLIASS, 2012). Isso representou uma evolução no que se refere à flexibilidade da política cambial, especialmente em um cenário internacional de aumento da volatilidade determinada pela globalização financeira.

No entanto, a partir de 2004, o processo de valorização contínua do real diante das demais moedas tem representado consequências negativas para a estrutura produtiva brasileira. O Brasil tem incorrido no erro da sobrevalorização cambial, diferentemente do que vem ocorrendo com a maioria das economias com quem concorre diretamente, como: Rússia, Índia e China.

Uma das respostas possíveis para este problema está na forte entrada de capital especulativo, geralmente em dólar. Essa pressão pela entrada do capital financeiro pressiona a taxa de câmbio para baixo, gerando distorções. A consequência imediata é o encarecimento de nossas mercadorias, principalmente dos produtos manufaturados, diminuindo assim as vendas no exterior. Para se ter uma ideia, em 1980, 60% de nossa pauta de exportações eram de bens manufaturados. Atualmente, esse número caiu para 18%, ou seja, houve uma perda de competitividade internacional da indústria brasileira, com efeitos negativos na produção e no emprego.

Dessa forma, a valorização cambial torna as importações mais baratas, isto é, são necessários menos reais para adquirir os dólares com os quais se compram os produtos estrangeiros. Se a valorização cambial deixa as importações mais baratas, as exportações ficam logicamente mais caras. Se o país passa a importar mais do que exporta, consequentemente incorrerá num déficit comercial. Este déficit deverá ser coberto para que as contas externas do país, descritas no Balanço de Pagamentos, sejam fechadas. O financiamento do déficit pode ser feito por meio de utilização de reservas cambiais (se disponíveis), empréstimos junto aos bancos privados internacionais, investimentos externos diretos (de risco) ou investimentos em *portfólio*: no mercado financeiro (títulos públicos ou privados) e de capitais (ações na bolsa de valores), geralmente especulativos e de curto prazo. Outra possibilidade é vender ativos públicos ou, se necessário, recorrer ao FMI.

Além disso, grande parcela da dívida pública é indexada ao câmbio. Isto é, o correspondente em reais da dívida aumenta ou diminui de acordo com sua variação. Como a dívida pública é referida em reais, quando o dólar se valoriza, a parte da dívida indexada à variação cambial aumenta, aumentando a dívida como um todo.

Como sabemos o câmbio não é um problema de fácil solução e o comportamento do mesmo nos últimos anos tem batido de frente com a política industrial. Não há dúvidas de que esse é o setor que mais agrega valor, amplia a massa salarial, melhora a balança comercial, estimula a pesquisa e torna a economia competitiva. Logo, uma política industrial agressiva seria desejável.

Em entrevista à revista IHU On-Line, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo afirma que há um grande risco de o país continuar a ser mero exportador de *commodities*. Segundo ele, “o Brasil não pode, de modo algum, se apoiar exclusivamente na exportação de *commodities*, virar exportador de matérias-primas e abandonar outros setores”. Ainda a esse respeito, Belluzzo assevera que não existe nenhum empecilho ao país em aperfeiçoar a cadeia de exportação de *commodities*, atribuindo-lhe maior valor agregado. Outro que tem reafirmado os riscos de retorno a uma economia primária exportadora é o engenheiro civil e político brasileiro José Reinaldo<sup>35</sup>. Em sua opinião, o Brasil está regredindo “e comprometendo sua capacidade de desenvolvimento dinâmico e sustentável no longo prazo”, afirmou ele em entrevista à revista IHU On-Line.

Deste modo, uma política econômica baseada na desvalorização do câmbio é essencial para promover as exportações, e sem dúvida é um dos caminhos cruciais para tentar frear a desindustrialização.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste ensaio, buscamos mais que relatar o comportamento e os principais fatores e fatos econômicos ocorridos no primeiro ano do Governo Dilma Rousseff, investigamos um possível delineamento das orientações teóricas que compõe a base ideológica do seu governo. Nesse sentido, podemos retomar a reflexão das questões axiomáticas expostas no início do texto.

O que se observa, de fato, é um misto de políticas ortodoxas e neo-desenvolvimentistas, sobretudo, com uma presença mais latente de políticas ortodoxas. O pragmatismo quanto às decisões econômicas é notório, diferentemente do que se observou nos anos Lula, porém, a manutenção dos mesmos mecanismos de política macroeconômica empregados por seu antecessor não diferenciam os governos.

Continuamos, em 2011, sendo o país com a maior taxa de juros do mundo, persistimos na empreitada de atingir a meta de superávit primário,

---

35 Engenheiro civil e político brasileiro, filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

o regime de metas de inflação ainda é o protagonista de nossa política monetária, o câmbio prosseguiu desvalorizando e o crescimento de 2,7% do PIB fala por si só. No entanto, explorou-se uma taxa de juros menor, o que já é um grande passo, houve a criação de uma política de assistência a indústria, mesmo que modesta, e vem lutando-se para obter um crescimento econômico sustentado.

É bem verdade que boa parte da base econômica do governo, inclusive a própria presidente Dilma Rousseff, segue uma linha desenvolvimentista. Também é de conhecimento geral que a presidente tem grande conhecimento da área econômica e, conseqüentemente, é ciente dos caminhos favoráveis ao bom andamento da economia brasileira. Contudo, não é uma tarefa fácil mudar o que foi estabelecido em 12 anos em apenas 12 meses, ou seja, desvencilhar-se de uma trajetória econômica impregnada de conceitos e instrumentos não correspondentes ao perfil econômico brasileiro, que favorecem uma minoria e que não compartilham da idéia de crescimento econômico sustentado, para estabelecer uma política mais coerente com as características nacionais, preconizando uma maior presença do Estado, defensora da indústria nacional, que investe em longo prazo e mostra-se mais justa socialmente é no mínimo desafiador.

Apenas um ano à frente da 5ª maior economia do mundo é insuficiente para diagnosticar os possíveis rumos econômicos, sociais e políticos da economia brasileira, bem como a ideologia econômica mais condizente com política macroeconômica brasileira, nos resta apenas esperar os próximos capítulos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n.3, p.5-24, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>;<<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 17 Jan. 2012.

CLETO, C.; DEZORDI, L. L. *Políticas Econômicas*. In: MENDES, J.T.G.(Org.) *Economia Empresaria I/ Fae Business School*. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 2002, cap 2, p.15-26. Disponível em: <<http://bit.ly/GIPaES>>. Acesso em: 04 Jan. 2012.

KLIASS, P. *Política econômica conservadora: medo ou prudência?*. Correio do Brasil. Rio de Janeiro. 16 Fev. 2012. Disponível em: <<http://migre.me/86qEr>>. Acesso em: 17 Fev. 2012.

# MEDIDAS ANTICÍCLICAS NO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF: ORTODOXIA X HETERODOXIA

**Thayse Andrezza Oliveira Do Bú**

Discente de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e Integrante bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) /UFCG.

Email: *thayseandrezza@hotmail.com*

**Adolfo Matias**

Discente de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e Integrante bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) /UFCG.

Email: *adolfomatias@yahoo.com.br*

**Águida Cristina Santos Almeida**

Professora Ms. da Unidade Acadêmica de Economia, UFCG.

Email: *aguidacristina@hotmail.com*

## RESUMO

O ano de 2011 pode ser marcado na história, devido aos seus diversos e expressivos acontecimentos, tanto no âmbito internacional (dentre outras, a Primavera Árabe, forte crise fiscal na Zona do Euro, manifestações no Chile e em Wall Street), como no âmbito nacional. Mais especificamente neste âmbito, se encerrou o primeiro ano de mandato da primeira presidenta da República Federativa do Brasil. Neste ano que se passou, Dilma Rousseff enfrentou diversos percalços, não só relacionados com a sua equipe (foram sete os ministros que “deixaram” o poder), mas principalmente relacionados à política econômica, que surpreendeu a muitos, devido ao uso de medidas de cunho ortodoxo e heterodoxo. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo, promover um estudo sobre as medidas anticíclicas postas em prática em 2011, pelo governo Dilma. Nesse contexto, concluiu-se que o aumento da taxa básica de juros (Selic) só beneficia o capital financeiro, sendo inútil para resolver a problemática que é utilizada para justificar a sua implementação, ou seja, a inflação. Ademais, verifica-se que mesmo com a redução da Selic em agosto do ano passado, os efeitos da flexibilização da política monetária só serão sentidos no primeiro semestre de 2012. Isso se explica pelo fato dos mecanismos de transmissão, pelos quais a alteração da taxa básica de juros afetam o setor real da economia, levarem em média entre seis e nove meses para exercer seus efeitos plenamente.

**Palavras - Chave:** Política econômica. Mercado interno. Selic.



## ABSTRACT

The year 2011 can be marked in history , due to its diverse and significant events , both internationally (among others , the Arab Spring , strong fiscal crisis in the Eurozone, manifestations in Chile and on Wall Street ) as under national . More specifically in this context, ended the first year of office of the first female President of the Federative Republic of Brazil . This past year , Dilma Rousseff faced many difficulties, not only related to their staff (there were seven ministers who “ left “ the power ) , but mostly related to economic policy, which surprised many , due to the use of measures of orthodox and heterodox nature. In this context, this article aims to promote a study of the countercyclical measures implemented in 2011 , the Dilma government. In this context , it was concluded that increasing the basic interest rate ( Selic ) only benefits the financial capital , being useless to solve the problem that is used to justify its implementation , ie , inflation . Moreover , it appears that even with the reduction of the Selic in August last year , the effects of monetary policy easing will only be felt in the first half of 2012 . This is explained by the fact of the transmission mechanism , by which the rate change Basic interest rates affect the real sector , take on average between six and nine months to fully exert its effects .

**Keywords :** Economic Policy . Internal market . Selic .

## 1. INTRODUÇÃO

O ano de 2011 pode ser marcado na história, pois foi um ano de diversos e expressivos acontecimentos, tanto no âmbito nacional como internacional. No cenário internacional, o mundo presenciou vários movimentos, desde a Primavera Árabe, onde alguns ditadores, já há décadas no poder, foram depostos pelo povo em efeito dominó; presenciou o escândalo do então diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI) Dominique Strauss-Khan, que deu lugar a primeira mulher a assumir o cargo, a francesa Christine Lagarde; além disso, vivenciou várias manifestações de massas de jovens e desempregados, tanto no Chile (em busca de uma educação pública de qualidade), como no Wall Street (no movimento contra o mercado financeiro dos EUA) e não esqueçamos dos movimentos nos países da Zona do Euro, que neste ano que se passou, enfrentaram uma forte crise fiscal e financeira, que semelhante ao efeito dominó produzido no Oriente Médio, gerou em cadeia a “quebra” da economia de diversos países, como é o caso de Portugal, Grécia, Itália e Espanha (os chamados PIGS).

Já no cenário nacional, no primeiro ano de mandato de Dilma Rousseff (a primeira presidenta da história do Brasil) também se pode observar um ano de muitas alterações e “surpresas”. Dentre estas, pode-se destacar

a “queda” de sete ministros do governo. O primeiro foi Antonio Palocci (devido às denúncias de rápido enriquecimento, tendo sido acusado de multiplicar o próprio patrimônio por 20 num período de quatro anos). Na sequência vieram: Alfredo Nascimento (Transportes), Nelson Jobim (Defesa), Wagner Rossi (Agricultura), Pedro Novais (Turismo), Orlando Silva (Esportes) e Carlos Luppi (Trabalho).

Na área econômica, também se pode observar medidas polêmicas, tais como a redução da Selic em 0,5%; após esta ter sido elevada cinco vezes consecutivas em menos de seis meses.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão sobre as medidas anticíclicas adotadas internamente pelo governo em resposta a tal âmbito. Para isto, o estudo se divide em cinco seções. A primeira corresponde a uma introdução sobre a temática. A segunda expõe uma breve síntese teórica sobre o papel do Estado na economia, à terceira seção aborda a distinção entre política fiscal e monetária, a quarta explana sobre as políticas econômicas adotadas no governo Dilma no ano de 2011 e a quinta traz as considerações finais sobre o tema proposto.

## **2. O PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA AO LONGO DA HISTÓRIA ECONÔMICA**

Não é de hoje que o Estado intervém na economia e que se debate constantemente sobre como e se deve intervir, isso surgiu na idade moderna com o mercantilismo<sup>36</sup> que tinha como principais pontos referenciais a balança de comércio favorável, o metalismo, a formação de monopólios e a intervenção estatal. Esta intervenção estatal, no geral, correspondia a incentivar a proteção manufatureira nacional, criar tarifas alfandegárias, controlar o aumento ou não populacional para baratear a mão-de-obra e ainda ter o controle de salários, preços e a qualidade dos produtos. Sendo assim, esta intervenção tinha como objetivo fortalecer a economia nacional.

Já na visão clássica do pensamento econômico, conforme ANDRADE (2004) destaca, o Estado deveria interferir somente em setores considerados estratégicos, prevalecendo a ideia do liberalismo econômico e a filosofia do *laissez-faire*, segundo a qual uma “mão invisível”, espécie de mecanismo natural, entraria em ação frente às ações exercidas pelo merca-

---

36 Conjunto de doutrinas postas em prática na Idade Moderna na Europa Ocidental, que segundo Hunt (2005) compreendeu o período desde o fim da Idade Média até o início de século XVIII, onde, quase todas as grandes cidades da Inglaterra, França, Espanha, Bélgica e Holanda; já possuíam prósperas economias capitalistas e os mercadores controlavam o comércio e grande parte da indústria nascente.

do, mantendo-o em equilíbrio. Em outras palavras, a intervenção mínima do Estado justificaria um mínimo de tributação para atender a um orçamento público reduzido, no qual esta deveria se dar de forma indireta, a fim de não comprometer a riqueza gerada pela sociedade que seria a principal fonte de recursos para novos investimentos e, deste modo, fomentar o crescimento da economia.

Para os neoclássicos, o Estado era visto como um ente estranho ao sistema, tendo apenas o papel de assegurar a ordem e a segurança interna e externa e a produção de alguns bens públicos que não fossem produzidos pelo mercado, pois defendiam o *laissez-faire*, onde a economia era dominada por estruturas de mercado concorrenciais com mecanismos que corrigem automaticamente os desequilíbrios de mercado (ANDRADE, 2004).

Os neoclássicos defendiam a Lei de Say, que parte do pressuposto de que a oferta dos produtos em um determinado período gera sua própria demanda, tudo que era produzido acabava sendo consumido e, deste modo, não haveria o entesouramento da moeda, nem a superprodução dentro do sistema capitalista, já que a demanda acompanhava a oferta. Portanto, para estes, a economia operava no pleno emprego e o desemprego só ocorria em raros momentos, ocasionado pelas restrições institucionais ao livre funcionamento das forças do mercado, por meio da intervenção estatal e a associação dos trabalhadores aos sindicatos (ANDRADE, 2004).

Tal pensamento, defendido pelos neoclássicos, perdurou até o “crash” na bolsa de Nova York, em 1929, fazendo a economia mundial enfrentar um período de forte recessão. Nesta realidade, não havia mais espaço para o postulado clássico que enfatizava que o livre funcionamento do mercado conduziria a economia ao pleno emprego do trabalho e demais fatores de produção.

Nesse contexto, em contraposição ao postulado clássico, surge a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, elaborada por Keynes, onde se defende que é a demanda que determina a oferta, sendo as crises no sistema capitalista geradas pela insuficiência da demanda efetiva, e apontando a instabilidade como característica inerente ao capitalismo, o que torna o mercado incapaz de promover o bem-estar global (ANDRADE, 2004).

Seguindo o princípio da demanda efetiva de Keynes, o pleno emprego depende da demanda agregada, logo, se pode concluir que o desemprego provém da insuficiência da demanda efetiva. Para resolver tal problema, Keynes afirma que é imprescindível a participação do Estado na economia, incentivando o aumento da demanda até alcançar o pleno emprego que aconteceria a partir de uma política fiscal fundamentada no

aumento dos gastos do governo em obras públicas, que só se torna possível a partir da arrecadação de impostos (ANDRADE, 2004).

Não deixando o objetivo principal de fortalecer a economia nacional, hoje o Estado possui instrumentos para intervir na economia. Nesse sentido, os instrumentos de política econômica mais importantes, utilizados pelo Estado, se dividem em: política fiscal e política monetária. Logo, é de extrema importância o entendimento de tais políticas para uma posterior observação destas no cenário nacional brasileiro no ano que se passou.

### **3. A POLÍTICA ECONÔMICA: POLÍTICA FISCAL X POLÍTICA MONETÁRIA**

Quando se fala em arrecadação de impostos e na gestão dos gastos do governo<sup>37</sup>, refere-se à política fiscal, assim, o governo se utiliza de um sistema tributário alterando as despesas do setor privado. Nesse sentido, modificando a carga tributária dos consumidores por meio de políticas fiscais, o governo pode influenciar na renda disponível e, por consequência, na demanda agregada que corresponde ao consumo mais os investimentos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

Ademais, ainda conforme o Banco Central do Brasil, o governo pode atuar com os seus instrumentos fiscais para poder controlar o seu mercado interno. Quando se utiliza do aumento de impostos e/ou redução de gastos públicos, está-se praticando a chamada política fiscal contractionista. Com isso ele tem como objetivo, ter um superávit na sua economia, e este superávit pode ser canalizado para pagar as dívidas do Estado e se possível ainda criar fundo de reservas para seus “momentos difíceis”, sejam estes oriundos da dinâmica econômica ou de catástrofes naturais.

Já se o governo utiliza uma política expansionista, há uma redução de impostos podendo também aumentar os gastos públicos, desta forma, há um incremento na atividade econômica, afetando diretamente as variáveis reais da economia, como o produto e o emprego e, por consequência, a renda.

Por outro lado, conforme define o Banco Central do Brasil, a política monetária (PM) é a forma que o Estado atua no controle de circulação

---

37 Conforme ressalta o IPEA (2011), pela ótica macroeconômica das contas nacionais, os gastos do governo se dividem em: despesas primárias (ou não financeiras), que se traduz na identificação de dois blocos, a saber: I) os gastos diretos formados pelo consumo do governo e as despesas de capital fixo, que incluem os investimentos, e II) as transferências subdivididas em intergovernamentais, às famílias e às instituições privadas; e as despesas financeiras que, por sua vez, compreende os gastos com os juros, amortizações da dívida e inversões financeiras.

da moeda, da taxa de juros e do crédito. De acordo com CARVALHO *et al* (2008), o Brasil adota o regime de metas inflacionárias, aqui implantado em 1999, pouco tempo depois do país ter adotado um regime de câmbio flutuante após um período de grande pressão especulativa sobre o real<sup>38</sup>.

Conforme o autor supramencionado, no Brasil, as metas para a inflação são propostas pelo Ministro da Fazenda e anunciadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)<sup>39</sup>. O centro da meta é expresso pela variação do índice de preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o qual é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ademais, cabe lembrar, que o CMN determina o intervalo de tolerância adotado acima e abaixo da meta central, de modo, a conferir algum grau de flexibilidade à PM. Entretanto, a responsabilidade pelo cumprimento das metas de inflação é delegada ao BCB, enquanto, o Comitê de Política Monetária (COPOM) é responsável pela determinação da taxa de juros básica (no Brasil a conhecida Selic), que por sua vez, se reúne a cada 45 dias para tanto.

Segundo expõe CARVALHO *op cit.* (2008), a PM, tem como objetivos finais garantir a estabilidade dos preços (controlar a inflação), nível de atividade econômica, a taxa de desemprego e a estabilidade do sistema financeiro. E possui instrumentos, isto é, métodos e meios que são usados na implementação desta, a saber: o recolhimento compulsório<sup>40</sup>, assistência financeira de liquidez (redesconto)<sup>41</sup> e operações de mercado aberto (Open Market)<sup>42</sup>. Porém, no Brasil, a única obrigação do BC é controlar a inflação.

Diferentemente da política fiscal, a política monetária somente pode agir de forma indireta sobre o produto e o emprego (variáveis reais

---

38 Conforme explica Carvalho (2008), o regime de metas de inflação, foi implementado em vários países depois de 1990 e tendo como característica o reconhecimento explícito de que o principal objetivo da política monetária é a manutenção de uma taxa de inflação baixa e estável, consiste na fixação de uma meta numérica para a inflação a ser alcançada dentro de um determinado horizonte de tempo, que pode ser um ano ou até mais. Nesse regime, a meta para a inflação é anunciada com base em algum índice de preços e a taxa de juros de curto prazo atua como principal instrumento de PM que deve ser calibrada para fazer com que a inflação tenda a convergir para a meta estabelecida.

39 O qual é constituído pelo Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento e pelo Presidente do Banco Central do Brasil (BCB).

40 É uma forma de controlar a moeda escritural, ou seja, a moeda que fica nos bancos.

41 É um empréstimo feito pelo Banco Central a bancos comerciais para cobrir seus problemas de liquidez.

42 Corresponde a compra e venda de títulos pelo Banco Central para aumentar ou diminuir a moeda em circulação e o volume de crédito do país. Entretanto, cabe destacar que, nem sempre, este instrumento, é utilizado para fins de política monetária.

da economia). Por exemplo, quando o COPOM diminui a Selic visando incentivar os agentes a investirem em bens de capital, pode-se presumir que talvez os agentes irão adotar tal atitude, porém não com toda certeza, pois como Keynes e os pós-Keynesianos preconizam, a eficácia da política monetária não depende apenas da utilização dos seus instrumentos, mas é função das avaliações dos agentes econômicos sobre contextos futuros e das decisões daí resultantes (CARVALHO *op cit*; 2008).

Logo, partindo desse pressuposto que a PM só induz os agentes a tomarem certa decisão e, sabendo que entre o momento da decisão da PM e a consecução ou não dos seus objetivos finais decorre certo período de tempo em que o BC não tem certeza sobre o impacto efetivo de suas ações; são estabelecidas por este, as metas intermediárias, justamente com o objetivo de que as mesmas sirvam de “sinais de estrada” para informá-lo se a PM está a caminho ou não de fazer efeito. As metas intermediária normalmente são duas: a taxa de juros de longo prazo e os agregados monetários (várias medidas relacionadas ou ao volume de moeda ou de crédito bancário) (CARVALHO *op cit*.; 2008).

Para alcançar as metas intermediárias desejadas, CARVALHO *op cit*. (2008) destaca que o BC estabelece as metas operacionais, as quais se referem justamente àquelas variáveis que são resultado direto da operacionalização de um instrumento de política monetária. Posto isto, as metas operacionais podem ser de dois tipos, a saber: determinação da taxa de juros básica de curto prazo (a qual quando sofre variação, dadas as mudanças nas expectativas dos agentes, leva a uma variação de todas as demais taxas de juros existentes) ou o controle das reservas bancárias agregadas<sup>43</sup>.

Conforme ressalta o Banco Central do Brasil, a PM pode ser expansionista ou restritiva. A política monetária expansionista aumenta a quantidade de moeda em circulação e reduz a taxa de juros; dessa maneira, a demanda é estimulada, funcionando como um incentivo para o crescimento econômico. Já a política monetária restritiva, diminui a quantidade de moeda em circulação e eleva a taxa de juros, desse modo, acontece um desaquecimento na economia contendo assim uma inflação de demanda, por exemplo.

Por fim, como destaca CARVALHO *op cit*. (2008) a política monetária possui três mecanismos de transmissão<sup>44</sup>:

---

43 Vale destacar, que o governo não pode controlar simultaneamente as duas variáveis; ou controla a taxa de juros de curto prazo ou as reservas bancárias.

44 Segundo o IPEA (2011), os mecanismos de transmissão pelos quais a elevação da taxa básica de juros afeta o setor real da economia levam, em média, entre seis e nove meses para exercer seus efeitos plenamente.

I. Por meio do valor de ativos: Em primeiro lugar, cabe ressaltar que tal mecanismo só terá repercussão se for empregado numa economia onde a bolsa de valores é dinâmica e volumosa em movimentação e número de agentes envolvidos. Dada tal condição, cabe também mencionar que existe uma relação inversa entre as taxas de juros e os preços dos ativos. Isto porque uma variação da taxa de juros de curto prazo, ao provocar deslocamentos na curva de rendimentos<sup>45</sup>, acabaria levando os agentes a alterarem as suas carteiras de ativos e assim logo provocaria mudanças nos preços dos ativos financeiros. Mudanças estas, que podem gerar variações na riqueza dos agentes (efeito-riqueza positivo ou negativo). Nessa perspectiva, estando os detentores de ativos financeiros mais pobres (efeito-riqueza negativo) ou mais ricos (efeito-riqueza positivo), esses agentes tenderiam a modificar (para menos ou para mais) o seu nível de consumo em bens e serviços. Já o impacto sobre os investimentos seria dado justamente pela alteração da atratividade relativa entre a taxa de lucro esperada sobre os investimentos reais e a taxa de juros sobre ativos financeiros de longo prazo. Dito isto, vale destacar que, por meio deste canal, a PM só poderá atingir a inflação se a mesma for de demanda.

II. Por meio do canal de crédito: Sabendo que é por meio do gerenciamento da liquidez de reservas livres à disposição dos bancos, que o BC pode afetar o nível da taxa básica de juros (fazendo isto frequentemente por meio das operações de compra e venda de títulos no mercado aberto e das operações de redesconto) e, dado que para a realização de empréstimos ao público não-bancário o setor bancário depende da quantidade de reservas livres, percebe-se que no caso do canal do crédito, o mecanismo de transmissão da PM consiste justamente no fato de que variações na taxa de juros de curto prazo pelo BC, ao alterar o custo do crédito que os bancos comerciais podem obter junto àquele, acabam por estimular também uma alteração no custo de crédito ofertado ao público não-bancário, já que a redução ou expansão na oferta de crédito logo impactaria na demanda de bens de capital, bens de consumo durável e etc., por parte do público não-bancário mais dependentes de crédito. Dito isto, vale destacar que, por meio deste canal, a PM só poderá atingir a inflação se a mesma for de demanda.

III. Por meio da taxa de câmbio: Em princípio, cabe ressaltar que este canal só pode ser utilizado numa economia onde a sua conta de capital seja liberalizada e adote um regime de taxa de câmbio flutuante. Logo, dada

---

45 A qual relaciona as maturidades de contratos financeiros às taxas de juros anualizadas pagas por cada um.

uma variação na taxa básica de juros pelo BC, o mecanismo de transmissão da PM através desse canal se dá justamente por meio da variação do preço da moeda doméstica em relação à moeda estrangeira (taxa de câmbio). Isto porque tal variação na taxa de juros doméstica, ao estimular ou desestimular os investimentos financeiros no país e assim, a entrada ou saída de capitais no país, leva a mudanças na demanda por moeda doméstica, e a uma variação no valor desta em relação às moedas estrangeiras, o que por sua vez, pode tornar os bens importados mais caros ou mais baratos, e deste modo, estimular ou desestimular a atividade da economia doméstica. Contudo, por meio deste canal, uma constante valorização da moeda nacional, contribui no controle da inflação já que expõe a indústria nacional à concorrência externa. O revés da estabilidade de preços por este meio é que a competitividade da indústria nacional pode ser fortemente abalada, quanto maior for o peso do câmbio nesta.

Segundo destaca CARVALHO *op cit.* (2008), no Brasil, dado o fato de que apesar de existir uma das maiores bolsas de valores do mundo, o número de agentes que atuam na mesma ainda é reduzido e dado o fato de que o horizonte temporal relevante para as decisões econômicas é muito curto, tendo o país, portanto, uma curva de rendimentos extremamente limitada em termos de duração de contratos, já seria de se esperar que o canal de ativos não operasse no Brasil.

O canal de crédito também opera com reduzida eficácia no país; sendo tal fato em grande parte explicado pela presença de décadas de inflação (o que acabou “acostumando” o setor bancário a exigir taxas de juros excessivamente elevadas, afastando assim o setor privado); e pelo fato de que a acumulação de desequilíbrios fiscais acabou dando ao setor bancário um cliente pouco exigente em relação às taxas de juros que paga: o Tesouro Nacional, deste modo, atrofiando-se o crédito ao setor privado (CARVALHO *op cit.*, 2008).

E por fim, dada a utilização de um regime de câmbio flutuante e a liberalização da conta de capitais promovida no Brasil na década de 1990, o único canal que opera de forma expressiva no país é o canal da taxa de câmbio. A manutenção de taxas de juros extraordinariamente elevadas por parte do BC tem funcionado como grande atrativo permanente de capitais estrangeiros para o país, o que, por sua vez, acaba provocando uma valorização do real como instrumento de barateamento das importações, o que tem levado ao desestímulo da atividade econômica industrial brasileira (CARVALHO *op cit.*; 2008).

Expostos estes conceitos, cabe a partir de então, abordar sobre as medidas anticíclicas adotadas no governo Dilma em 2011.



## 4. A POLÍTICA ECONÔMICA DO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DILMA; UM ANO DE OSCILAÇÕES ENTRE MEDIDAS DE CARÁTER ORTODOXO E HETERODOXO

Tendo como objetivo central desaquecer a economia que se encontrava em forte expansão e sinalizar para a sociedade que o “novo” governo iria manter o rigor à perseguição das metas fiscais; logo no primeiro mês de mandato, a primeira grande medida de impacto do governo Dilma na área econômica foi de caráter ortodoxo: o aumento da taxa de juros promovida pelo Banco Central de 10,75% para 11,25%. Posteriormente, no mês de fevereiro, mais uma expressiva medida de caráter ortodoxo: o anúncio do corte de R\$ 50 bilhões no orçamento geral da União (política fiscal contracionista), que conforme destaca o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) tinha como intuito cumprir a meta cheia do superávit primário<sup>46</sup> de R\$ 135,5 bilhões de reais.

Inclusive, como ressalta o Estado de São Paulo (2011), os Ministérios sujeitos a algum aperto orçamentário cortaram essencialmente o investimento, não o custeio (segundo comprova trabalho do economista Mansueto Almeida, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA). E acrescenta que, entre janeiro a outubro de 2011, os Ministérios das Cidades, Defesa, Educação, Turismo, Transportes e Integração Nacional investiram R\$ 25,3 bilhões, cerca de 9% menos que no ano de 2010, enquanto suas despesas de custeio cresceram 27%.

Tal fato é explicado porque, quando há alguma tentativa de controle das finanças públicas, os cortes se concentram no investimento, pois as despesas de custeio são pouco flexíveis. É muito difícil comprimir o valor corrente da folha de salários e benefícios do funcionalismo. Logo, geralmente o governo só consegue “economizar” na folha, quando a inflação corrói o valor real dos salários.

Diante de tais medidas na área econômica, surge uma forte polêmica sobre o caráter do governo Dilma. Ficou evidente que a preocupação central do governo nos primeiros meses foi em controlar a tão temida inflação, além da problemática envolvendo o forte processo de valorização do real. Inclusive, no primeiro semestre de 2011, a revista britânica *The Economist* criou a expressão “cavalos selvagens” para identificar esses dois grandes problemas (inflação e valorização do real) a serem “domados” pelo governo Dilma Rousseff.

---

46 Corresponde a diferença entre o que o governo arrecada e o que ele gasta em outras coisas que não o pagamento dos juros, é a economia de recursos, destinada ao pagamento de juros da dívida pública.

Entretanto, apesar de as medidas de ajuste fiscal no primeiro semestre de 2011 terem surpreendido a muitos e terem causado muita polêmica e especulação em relação ao futuro, sabe-se que em anos imediatamente seguintes às eleições presidenciais e de governadores há uma tendência de ajustes fiscais. Partindo do fato de que geralmente a maior parte desses ajustes se encontra no âmbito das despesas primárias do governo, mais especificamente nos investimentos, o IPEA (2011) acrescenta que há:

[...] um padrão segundo o qual a execução do investimento se acelera nos anos eleitorais e desacelera nos anos não eleitorais. Esse ciclo fica mais evidente quando se analisa a execução dos investimentos no “orçamento de restos a pagar”, sobretudo no âmbito do governo municipal. Visto por outro ângulo, os governos tendem a realizar reservas orçamentárias (empenhos de recursos) nos anos não eleitorais que somente serão de fato executadas ou ao menos terão sua execução acelerada nos anos eleitorais (Idem, p.7).

Deste modo, o IPEA (2011) conclui a partir de evidências empíricas<sup>47</sup> que há uma relação entre os ciclos eleitorais (e os ajustes fiscais) e a execução dos investimentos. Porém, com relação à queda do investimento público no primeiro semestre do ano de 2011, surge uma dúvida: será que se trata de efeitos cíclicos ou estaríamos diante de uma evolução atípica e relacionada a uma interrupção da tendência de expansão da taxa de investimento que se verificou de 2004 até 2010<sup>48</sup>?

Para responder a tal questionamento, o IPEA (2011) mostra que:

Uma maneira de avaliar essas hipóteses é por meio da comparação entre as projeções do investimento “dois trimestres

---

47 Compreendendo um período entre 1995 e 2011, para uma análise das evidências empíricas do supracitado estudo do IPEA, ver em *Comunicados do Ipea, N 126*, intitulado: *Como anda o investimento público no Brasil?*: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/111228\\_comunicadodoipea126.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/111228_comunicadodoipea126.pdf)>. Acessado em: 13 de fevereiro de 2012.

48 Nesse período, segundo o IPEA (2011), o investimento público saltou de aproximadamente 1,65% do PIB em 2004 para 2,9% do PIB em 2010. Nesse contexto, sendo uma exceção a tendência de quedas muito fortes da taxa de investimento público, em anos subsequentes às eleições presidenciais e dos governadores estaduais relacionadas a programas de ajustes fiscais, cabe ressaltar que, no ano de 2007 houve uma retração pequena do investimento público (indo de 2,0% em 2006 - ano eleitoral - para 1,8% em 2007) se comparada à retração que ocorreu de 2002 (ano eleitoral) a 2003 (2,2% para 1,5%).

à frente”, obtidas a partir do “modelo estrutural” [...] e as estimativas prévias dos valores realizados do investimento público nos dois primeiros trimestres do ano de 2011. Se os valores realizados dos investimentos estiverem fora do intervalo de previsão do modelo, pode-se concluir pela existência de indícios de que a evolução do investimento no ano de 2011 possui um caráter atípico (Idem, p.10).

Logo, utilizando-se de tal metodologia, o IPEA (2011) analisa que:

A projeção da taxa anualizada de investimento para o primeiro semestre de 2011 pelo modelo foi de 2,60% do PIB, uma redução em relação ao pico atingido no final de 2010 de 2,85% do PIB, que está relacionada tanto com a desaceleração da taxa de crescimento do PIB quanto com o ciclo eleitoral/ajuste fiscal. Os limites do intervalo de previsão são de 2,50% e 2,71% do PIB, respectivamente. Em contrapartida, as estimativas prévias dos valores realizados de investimento, calculados pela CFP/DIMAC, indicam que a taxa de investimento no primeiro semestre de 2011 alcançou 2,52%, menor do que o valor projetado pelo modelo de 2,60% mas dentro do seu intervalo de previsão, ainda que muito próximo ao limite inferior de 2,50% (Idem, p. 11).

Deste modo, o supramencionado Instituto conclui que apesar de a maior parte dessa redução no investimento público ser explicável pela influência do ciclo eleitoral e dos ajustes fiscais, não é possível rejeitar a hipótese de que a evolução do investimento no ano de 2011 não está sendo atípica, mesmo que existam fortes indícios de desaceleração.

Com o recrudescimento da crise internacional e especialmente a instabilidade econômica e financeira da Europa, no segundo semestre de 2011, o governo passou a adotar medidas que se contrapuseram as que até então estavam sendo utilizadas, ou seja, se antes foram utilizadas medidas de caráter anticíclico, mas no sentido de conter a expansão, a partir deste momento passou-se a serem adotadas medidas de caráter anticíclico, mas para aquecer a economia. Desse modo, conforme ressalta Passarinho (2011):

Depois de elevar a taxa básica de juros ao longo de todo o primeiro semestre, ao final de agosto o Banco Central se

vê obrigado a inverter a mão e dar início a um processo de paulatina redução da taxa Selic. De janeiro a julho, a taxa de juros básica foi elevada por cinco consecutivas vezes, chegando a 12,5% ao ano (em dezembro de 2010, a taxa Selic era de 10,75%)<sup>49</sup>. (Idem, p.2).

Em outras palavras, até julho de 2011 o governo Dilma adotou predominantemente medidas de cunho contracionista. Porém, se até então a palavra de ordem do novo governo era de desacelerar o crescimento econômico, a partir de então, medidas voltadas à retomada e aquecimento da economia foram implementadas, tais como: o anúncio de investimentos em infraestrutura, a retomada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2, a implementação do Programa Brasil Maior<sup>50</sup>, desonerações tributárias<sup>51</sup> e a redução da taxa básica de juros (Selic) em 0,5%.

Entretanto, mesmo em meio a um cenário internacional instável, o governo não reduziu a vigilância fiscal. Tal fato fica evidenciado com a decisão em agosto, do aumento do superávit primário em R\$10 bilhões. Conforme destaca o IPEA (2011), entre janeiro a dezembro de 2011, o

49 Ou seja, usando como pretexto a ameaça da inflação, o Banco Central, brandiu sucessivas vezes, os juros elevando a taxa básica Selic, deste modo, fazendo-a ultrapassar o patamar de 12% ao ano. Levando o Brasil a consolidar o seu incontestável posto de campeão mundial com uma taxa de juros real (juros menos inflação) de 6,2% ao ano. Os conservadores (os grandes defensores destas medidas) só esquecem-se de dizer que tal elevação só surtiria efeito se a inflação fosse de demanda e conforme Nelson Rosas (2011) ressalta, Dilma já declarou no primeiro semestre de 2011, que a inflação atual não é de demanda, sendo, fruto de um desequilíbrio entre alguns setores, tais como o de *commodities* e dos preços administrados, logo, percebe-se uma inconsistência nos argumentos empregados para a aplicação de tal medida.

50 Que visa incentivar a indústria nacional que nos últimos 30 anos, conforme demonstra a literatura econômica, vem enfrentando um processo de encolhimento da participação da indústria junto ao PIB brasileiro (*desindustrialização*), em concomitância com o crescimento na pauta de exportações brasileira, sobretudo, de produtos básicos, de *commodities* e mercadorias de baixo teor tecnológico, e, com o crescimento da pauta de importação de bens manufaturados (*reprimarização da economia*). Ademais, vale destacar, que o Plano foi anunciado, sobretudo, pelo efeito devastador do câmbio junto à pauta de exportações/importações do setor industrial.

51 Segundo expõe o IPEA (2011) afetando diversos setores da economia, como a indústria, o comércio varejista, a construção civil, as empresas com ações negociadas em bolsas e os consumidores em geral. Dentre elas, devem ser destacadas: a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 3,0% para 2,5% no crédito direcionado à pessoa física; os incentivos fiscais na forma de desonerações nos setores ligados à produção de bens duráveis; e a retirada do IOF para aplicações no mercado de ações, por estrangeiros, para oferta pública inicial de ações (IPO) e para títulos de renda fixa (Idem, p.9).

superávit alcançou R\$ 133,6 bilhões (3,33% do PIB) e os juros nominais apropriados totalizaram R\$ 235,8 bilhões (5,87% do PIB), tendo o déficit nominal atingido 102,2 bilhões (2,54% do PIB) <sup>52</sup>. Nesse cenário, a expansão da Dívida Pública Federal (DPF) chegou a R\$ 161,6 bilhões em 2011. Inclusive, vale destacar que a expansão da DPF financia também a expansão de ativos financeiros do governo, notadamente os créditos a instituições financeiras oficiais e as reservas internacionais.

A propósito, sobre a evolução do mercado de crédito do país, apesar das medidas de política monetária adotadas no primeiro semestre de 2011, a lembrar: maior restrição ao crédito<sup>53</sup> e o ciclo de alta da taxa básica de juros, a pronta redução das taxas de juros em agosto gerou um efeito compensatório positivo, de expansão sobre a trajetória dos empréstimos (entre janeiro e outubro de 2011, houve expansão de 16,5%) <sup>54</sup>.

Ainda no âmbito da política monetária, foi mencionado que o governo Dilma iniciou seu mandato tendo que “domar” os “cavalos selvagens” da inflação e da valorização do real, sobre este último, sabe-se que com a redução em 0,5% da taxa Selic pelo Copom, em agosto de 2011, levou a uma alteração na cotação do câmbio, com a valorização do dólar de 1,60 para 1,90<sup>55</sup>. Mas qual seria a relação existente entre a taxa de juros e a de câmbio?

O nível dos juros afeta a demanda por empréstimos de forma inversa, ou seja, quanto mais elevados os juros, menor é o estímulo à produção e ao consumo (e vice-versa). Quanto à taxa de câmbio, pelo fato do Brasil adotar a liberdade de movimento de capitais e o regime de câmbio flutuante, quando a demanda por dólar aumenta e a oferta não acompanha, sobe o preço da moeda (ocorre a desvalorização do real). Nesse sentido, com temor de sucessivas reduções na Selic, os capitais estrangeiros que vieram

---

52 Para ter mais informações sobre esse estudo, ver em: *Carta de conjuntura/ dezembro de 2011*. <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc15\\_completa5\\_final2.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc15_completa5_final2.pdf)>. Acessado em: 13 de fevereiro de 2012.

53 Segundo o IPEA (2011) tal medida foi bem-sucedida ao promover uma desaceleração gradual dos saldos deste último para níveis mais compatíveis com uma trajetória mais equilibrada do consumo na economia.

54 O saldo total das operações de crédito atingiu em outubro o montante de R\$ 1,932 bilhão, o que corresponde a 48,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Tal número representou uma aceleração de 0,6% em relação a setembro de 2011(IPEA, 2011).

55 Conforme a Folha de São Paulo (2011), o dólar atingiu em setembro do citado ano, patamares recordes com forte alta de 2,35%. Essa cotação foi praticada pela última vez em fevereiro de 2010. Ademais, cabe destacar que o aprofundamento da crise européia também influenciou tal recorde. Pois, como acontece nos momentos de crise aguda, a cotação do dólar sobe, justamente porque os agentes econômicos ficam receosos perante cenários de grande incerteza e se refugiam no dólar (a moeda internacionalizada).

para o Brasil em busca de lucrar com diferença de juros (se beneficiando com a taxa de juros mais alta do mundo), passaram a reconverter reais em dólares, visando o seu retorno. Por outro lado, conforme destaca Nelson Rosas (2011):

[...] os agentes econômicos, que jogavam com a valorização do real, diante da iminente desvalorização, correram para passar das posições vendidas (operações em que se vendem dólares para entrega futura), para as posições compradas (quando se compra agora para recebimento futuro) [...] Inesperadamente, a mudança da política do Banco Central trouxe o medo da valorização da moeda estrangeira o que levou todos, em manada, a tentarem comprar o máximo, antes que a cotação subisse, passando às posições compradas. Acrescente-se a isto o aumento da demanda para remessa de lucros e dividendos das empresas estrangeiras, pressionadas pela necessidade de liquidez em suas matrizes, e a antecipação de compras por todos os que tinham compromissos em dólares, ou pretendiam viajar para o exterior, e estará completo o quadro que vem provocando a valorização absurda da moeda americana.

Por fim, diante do exposto, pode-se frisar que o impacto das medidas de flexibilização da política monetária só foi sentido apenas no primeiro semestre de 2012. E foi em meio a todo esse contexto que se encerrou o primeiro ano de mandato da primeira mulher a assumir a presidência do Brasil, tendo o primeiro ano do seu mandato sido marcado por mudança na condução da política econômica, passando da ortodoxia à heterodoxia, mais uma vez ensejada por mudanças no contexto internacional.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme foi mostrado no presente artigo, 2011 foi um ano de muitos acontecimentos, tanto no cenário internacional, como nacional. No país, pôde-se verificar diversas medidas anticíclicas. Porém, o que se observou é que enquanto no primeiro semestre de 2011 foram adotadas medidas anticíclicas para conter a expansão da economia (tais como a elevação por cinco vezes consecutivas da taxa básica de juros até esta alcançar 12,5% ao ano - política monetária contracionista), no segundo semestre passou-se a adotar medidas anticíclicas para “aquecer” a economia.

Tal elevação foi sempre defendida pelo Banco Central para que se possa controlar a problemática da inflação. Entretanto, o que se verifica, a partir do entendimento do funcionamento dos mecanismos de transmissão da política monetária, é que tal medida só poderia surtir efeito se a inflação do Brasil fosse de demanda e conforme já exposto, Dilma já reconheceu que a inflação atual não é de demanda, sendo fruto de um desequilíbrio entre alguns setores, tais como o de *commodities* (que são determinados fora do país, não sendo controlados pela política econômica interna) e dos preços administrados (dependem de decisões do governo, tais como serviços públicos, saúde, combustíveis, energia). Deste modo, o controle da inflação é dado pelo câmbio, já que as altas na Selic valorizam a moeda nacional e eliminam as possibilidades da indústria nacional de repassar aumentos de custos para os preços.

Porém, os juros altos diminuem os investimentos, e, portanto, o produto, logo a oferta jamais crescerá, perpetuando-se o desequilíbrio. E quanto mais altos estes forem, pior será para o outro problema enfrentado pelo Brasil, que é o da valorização do real, pois como foi explanado, os juros altos atraem mais capital especulativo para o país, de modo a valorizar a moeda nacional, encarecendo as exportações e reduzindo o preço das importações (favorecendo outras economias, como, por exemplo, a chinesa) e, por conseguinte, desestimulando a indústria nacional, que sofre pelo acirramento da concorrência internacional, impedindo-a de elevar o preço de seus produtos.

No âmbito fiscal, logo no início de seu mandato, Dilma anunciou mais uma expressiva medida de caráter ortodoxo: o corte de R\$ 50 bilhões no orçamento geral da União (política fiscal contracionista). Redução esta que apesar da maior parte ser explicável pela influência do ciclo eleitoral e dos ajustes fiscais, não impossibilita a hipótese de que a evolução do investimento no ano de 2011 não foi atípica.

Nesse contexto, foi visto que em contraposição as medidas que até então estavam sendo colocadas em prática e em meio a um quadro mundial catastrófico, em agosto de 2011 foi anunciada a notícia “inesperada” pelo mercado: a redução da Selic em 0,5%. Logo, o mercado entrou em “pânico” e imediatamente começou a haver uma fuga de capital estrangeiro e especulativo, de modo a valorizar o dólar e, por conseguinte, desvalorizar o real. Contudo, é importante destacar que apesar de tal medida ter sido favorável para a indústria nacional (a principal prejudicada com medidas de elevação da Selic), sabendo que os mecanismos de transmissão, pelos quais a elevação da taxa básica de juros afeta o setor real da economia, levam em

média entre seis e nove meses para exercer seus efeitos plenamente, conforme mostra o Ipea, os impactos recessivos do ciclo de aperto monetário implementado no primeiro semestre do ano atingiram seu pico em setembro para outubro de 2011. No ano de 2012 o governo ainda baixou mais a taxa de juros chegando à taxa mais baixa durante o período de 30 anos por devido o governo ter confiado em seu desempenho econômico, no entanto, o ano de 2013 segue com expectativas de aumento na taxa de juros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Tabira. *A demanda Efetiva em Kalecki e Keynes*. Campina Grande, Dez, 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Política Fiscal*. In: Spert. Disponível em: <[http://www.spert.com.br/Artigos/Brasil/Economia/Pol%C3%ADtica\\_Econ%C3%B4mica/Pol%C3%ADtica\\_Fiscal/](http://www.spert.com.br/Artigos/Brasil/Economia/Pol%C3%ADtica_Econ%C3%B4mica/Pol%C3%ADtica_Fiscal/)>. Acesso em: 25 de janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_. *Política Monetária*. In: Spert. Disponível em: <[http://www.spert.com.br/Artigos/Brasil/Economia/Pol%C3%ADtica\\_Econ%C3%B4mica/Pol%C3%ADtica\\_Monet%C3%A1ria/](http://www.spert.com.br/Artigos/Brasil/Economia/Pol%C3%ADtica_Econ%C3%B4mica/Pol%C3%ADtica_Monet%C3%A1ria/)>. Acesso em: 25 de janeiro de 2012.

CARVALHO, Fernanda J. Cardim de.; et al. *Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política*. Elsevier, 2007- 4º reimpressão.

ESTADO DE SÃO PAULO. *Cortes no investimento*. In: Portal do IPEA. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12366&catid=159&Itemid=75](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12366&catid=159&Itemid=75)>. Acessado em: 13 de março de 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Bovespa segue nervosismo mundial e cai 3,1%; dólar bate R\$1,90*. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/979148-bovespa-segue-nervosismo-mundial-e-cai-31-dolar-bate-r-190.shtml>>. Acessado em: 12 de março de 2012.

HUNT, E.K., *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*/ E.K. Hunt, Howard J. Sherman; tradução de José Ricardo Brandão Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 - 5º reimpressão.



INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Carta de Conjuntura/ dez 2011*. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc15\\_completa5\\_final2.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc15_completa5_final2.pdf)>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2012.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. *Balanço de um ano do governo Dilma Rousseff*. In: *Conjuntura da Semana*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/505269-conjuntura-da-semana-balanco-de-um-ano-do-governo-dilma-rousseff>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2012.

\_\_\_\_\_. *Governo gastador ou transferidor? - um macrodiagnóstico das despesas federais (2001-2011)*. In: *Comunicados do Ipea*. N 122. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/111202\\_comunicadoipea122.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/111202_comunicadoipea122.pdf)>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2012.

\_\_\_\_\_. *Como anda o investimento público no Brasil?*. In: *Comunicados do Ipea*. N 126. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/111228\\_comunicadodoipea126.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/111228_comunicadodoipea126.pdf)>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2012.

PASSARINHO, Paulo. *2011, o primeiro ano de Dilma*. Disponível em: <<http://www.socialismo.org.br/portal/economia-e-infra-estrutura/101-artigo/2346-2011-o-primeiro-ano-de-dilma>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2012.

RIBEIRO, Nelson Rosas. *A odisséia brasileira*. 23/03/2011. In: PROGEB. Disponível em: <<http://progeb.blogspot.com/2011/03/odisseia-brasileira.html>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2012.

\_\_\_\_\_. *Os “cavalos selvagens” do governo Dilma*. 28/04/2011. In: PROGEB. Disponível em: <<http://progeb.blogspot.com/2011/04/os-cavalos-selvagens-do-governo-dilma.html>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2012.

\_\_\_\_\_. *Dólar sobe, real desce*. 08/10/2011. In: PROGEB. Disponível em: <<http://progeb.blogspot.com/2011/10/dolar-sobe-real-desce.html>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2012.

# 2012 E AS GREVES: O QUE ESTA POR TRÁS DA GREVE DOS DOCENTES DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR?

## **Jéssica Lôbo Sobreira**

Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (CNPq/UFCG).  
Email: [jessicasobreira.ufcg@gmail.com](mailto:jessicasobreira.ufcg@gmail.com)

## **Thayse Andrezza Oliveira do Bú**

Discente de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e Integrante bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) /UFCG.  
Email: [thayseandrezza@hotmail.com](mailto:thayseandrezza@hotmail.com)

## **José Bezerra de Araújo**

Professor Dr. da Unidade Acadêmica de Economia, UFCG.  
Email: [jbaraujo223@gmail.com](mailto:jbaraujo223@gmail.com)

## **RESUMO**

Diante do efeito em cadeia de paralisações e movimentos grevistas de diversas categorias do funcionalismo público brasileiro na busca de redução da precarização do trabalho público, o ano de 2012 foi um período especial da conjuntura recente, que merece análise mais detalhada, principalmente uma análise focada na ação do recém-estabelecido Governo Dilma. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo a compreensão do que esta por trás das reivindicações destes grevistas (ou seja, dos docentes) para um verdadeiro entendimento do comportamento do Governo Dilma Rouseff, em se negar a estabelecer negociações com os docentes, tornando essa, a maior greve da história do país no âmbito da educação. Para tanto, o estudo teve sua gênese a partir de uma revisão bibliográfica na literatura pertinente (desde artigos e livros, até monografias e dissertações), além da seleção e acompanhamento de jornais e consulta a sítios do governo. Conclui-se que, apesar do discurso do governo Dilma, sobre as não possibilidades de negociação para os servidores públicos, reafirmando sempre o argumento que se é destinado grande parcela ao serviço público, verificou-se que os gastos com o pessoal mal acompanham o crescimento vegetativo da folha de pagamentos decorrente de novas contratações e reposicionamento por promoções. Logo, colocamos que as greves eclodidas recentemente no setor público brasileiro são fruto e consequência direta dessa precarização do trabalho que vem ocorrendo sistematicamente, refletindo assim, uma “expansão” da precarização que já havia

acontecido no setor privado, desconstruindo assim, a tão almejada estabilidade do setor público, difundida pela mídia e que vem cada dia mais sofrendo um processo inverso, dando margem a uma crescente precarização do trabalho docente.

**Palavras-Chave:** Greves. Precarização. Dívida Pública. Ação governamental.

## **ABSTRACT:**

Given the effect of stoppages and strike movements of various categories of Brazilian civil service in the pursuit of reducing the precariousness of public work string , the year 2012 was a special period of recent events , it deserves further analysis , especially in a focused analysis action of the newly established Dilma Government . Thus, this study aims to understand what 's behind the claims of these strikers ( teachers ) to a true understanding of the behavior of the government Dilma Rousseff , in refusing to enter into negotiations with the teachers , making this , the largest strike in the country's history in education . The study had its genesis from a literature review on the relevant literature (from articles and books , monographs and dissertations up ) , and the selection and monitoring of newspapers and consultation to government sites . It was concluded that despite the discourse of the Dilma government, on non- trading opportunities for public servants , always reaffirming the argument that large portion is destined to public service ; it was found that personnel expenses evil accompanying the vegetative growth of payroll due to new hires and promotions for repositioning . So put that strikes newly hatched in Brazilian public sector are a direct consequence of this fruit and precariousness of work that has been happening systematically , thus reflecting an “ expansion “ of insecurity that had happened in the private sector , thus deconstructing the much desired stability public sector and the media so pervasive , that comes increasingly suffering a reverse process , giving rise to an increasing casualization of teaching .

**Keywords:** Strikes. Precariousness. Public Debt. Governmental action.

## **1. INTRODUÇÃO**

O segundo ano de mandato do governo Dilma, ou seja, 2012 foi um ano de extrema importância para a sociedade brasileira. O país presenciou um período expressivo, a “parada” quase que completa do funcionalismo público brasileiro, onde os servidores de autarquias, órgãos públicos e até os docentes das instituições federais de ensino superior deflagraram greves. De modo geral, todos buscavam melhores condições de trabalho, abertura de mais concursos públicos e reestruturação no plano de carreiras e cargos, que em todos os casos já estavam levando a precarização. Foi

uma onda de greve em que os docentes federais foram os primeiros a entrar<sup>56</sup> e os últimos a saírem.

Dentro desse contexto, verificou-se que a mídia convencional não deixou a população a par do que estava por trás de todas estas greves, mas sim, transmitiu aquela antiga ideia estereotipada de que os funcionários públicos, “aqueles que não fazem quase nada e usufruem de estabilidade e bons salários” ainda anseiam aumentar seus vencimentos e quem arca com o ônus é a sociedade, que além de arcar financeiramente com suas remunerações ( por meio dos tributos) ainda é prejudicada pela falta dos serviços prestados.

O exemplo mais nítido da utilização de tal argumentação foi o destinado às universidades e institutos federais de ensino superior. Quem não se recorda que nas vezes que a mídia mencionou sobre o assunto (a greve), basicamente era para informar o número de dias que os estudantes estavam sem aula e como estavam sendo prejudicados, e isso não deixa de ser verdade, pois todos os universitários terão que estudar até -abril de 2013 para terminar o ano acadêmico de 2012, isto significa que, todos se prejudicaram, principalmente aqueles que estavam em fase de conclusão de curso já haviam passado em algum concurso ou seleção de emprego e só estavam esperando o certificado de conclusão de seu curso.

Vale destacar também que especialmente quando se trata da greve dos docentes das universidades públicas, é necessário ter uma compreensão aprofundada de todos os aspectos que a envolvem, por situar-se no âmbito educacional, de extrema importância para a sociedade, uma vez que está vinculado a formação cidadã e profissional. Logo, diante dessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo a compreensão do que esta por trás das reivindicações destes grevistas visando à construção de um verdadeiro entendimento do comportamento do governo em se negar estabelecer negociações com os docentes, tornando essa a maior greve na história da educação em nosso país.

Para tanto, o estudo teve sua gênese a partir de uma revisão bibliográfica na literatura pertinente (desde artigos e livros até monografias e dissertações) além da seleção e acompanhamento de jornais e consulta a sítios do governo. Assim, para melhor compreensão da temática, se faz importante iniciar com uma contextualização do crescimento da dívida pública do Brasil, de maneira a verificar sua relação com a política econômica recente e, por conseguinte, com a precarização do trabalho docente que culminou na recente greve presenciada no governo Dilma.

---

56 No dia 17 de maio de 2012.

## 2. A DÍVIDA BRASILEIRA: A GÊNESE DA EXPLICAÇÃO DE TODA A RECENTE POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA

Nos anos 1980, a economia brasileira foi marcada por graves desequilíbrios externos e internos. Sabe-se que no início da década, o Brasil enfrentou a sua mais grave recessão desde o período da Grande Depressão (1929-1933). Mas, para que se possa entender o contexto da década de 1980 e as alterações que a partir de então se “desenrolaram” no país, é de extrema necessidade que se observe alguns fatos que ocorreram na década de 1960 e 1970, fatos estes, que são preponderantes para a explicação da chamada crise da dívida.

Em 1969, conforme ressalta Lacerda *et al.* (2000) a dívida do Brasil ultrapassou US\$ 4 bilhões, após permanecer pouco acima dos US\$ 3 bilhões durante toda a década. Sendo sua estrutura alterada profundamente a partir desse período, onde a participação na dívida pública sobre o total cresceu de 26,9% para 64,1%. O autor supracitado ainda acrescenta que:

No período 1974/1977, a dívida cresceu aceleradamente [...] A dívida líquida saltou de US\$ 6,2 bilhões em 1973 para US\$ 31,6 bilhões em 1978, crescendo à taxa de 38,7% ao ano [...] O peso da participação estatal no endividamento subiu de 51,7% em 1973 para 63,3% em 1978 (LACERDA, 2000, p.141).

De modo geral, tal fato é explicado pelo incentivo que, neste período, os países em desenvolvimento (como o Brasil) tiveram para se endividar; como oferta de empréstimos a taxas de juros extremamente baixas (porém flutuantes). Tudo isso, graças à necessidade dos credores de emprestar em um momento de abundância dos capitais nos mercados financeiros internacionais, que se encontram com um grande volume de petrodólares. Em outros termos, na década de 1970, os países em desenvolvimento serviram de *válvula de escape*) para os bancos internacionais que necessitavam de um destino para o acúmulo de moeda decorrente do aumento dos preços do petróleo.

Ao final da década de 1970, como resultado de uma decisão unilateral dos Estados Unidos, destinada a resolver seus problemas financeiros e

cobrir seus prejuízos internos, há uma elevação das taxas de juros internacionais, que conforme mostra Carneiro (2007) saltaram de 4% para 20%, fazendo com que esse fluxo de capitais começasse a se reverter, agora em direção aos EUA. Carneiro (2007, p.144) acrescenta que só “a dívida externa saltou de US\$ 8,28 bilhões em 1971 para US\$ 55,8 bilhões em 1979, como resultado de uma política deliberada de endividamento, estimulada pelos emprestadores e pelo FMI”.

Ademais, como Lacerda *et al.* (2000) destaca, cabe lembrar que o aumento acelerado do endividamento do Brasil nessa época, se deu pela decisão de implantar o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), financiando os déficits da balança comercial e de serviços com recursos externos. E como ressalta o autor: “O aumento da dívida bruta, a taxas de juros cada vez mais altas, tornou o endividamento externo um processo auto-alimentado e, em 1977/1978, o pagamento de juros já representava quase 50% do déficit em conta corrente” (Idem, p.142).

Em 1979, a situação das contas externas se transformou em um sério problema para o Brasil, devido ao novo choque do petróleo e ao choque dos juros externos. Já em 1982, o país, em um momento de demasiada agitação internacional (causada pela moratória da dívida externa do México) e nacional dada à queda do PIB brasileiro e a grande inflação, recorre formalmente ao Fundo Monetário Internacional (FMI), para renegociar suas dívidas.

As negociações entre o país e o FMI foram bastante complexas, pois, de acordo com Lacerda *et al.* (2000), havia um conflito de interesses: de um lado, o Brasil tinha como objetivo reescalonar as amortizações, mas do outro lado, havia o FMI, que junto com o governo dos Estados Unidos e com outros organismos financeiros multilaterais (como o Banco Mundial) tinham alvo de diminuir a exposição dos grandes bancos americanos e europeus nos seus empréstimos com os países da América Latina.

Em outros termos, a grande preocupação do FMI era com o equilíbrio do balanço de pagamentos, isto é, o seu principal alvo era garantir que o Brasil pagaria os seus compromissos externos e foi para o exterior que se destinaram os elevados superávits comerciais que o país passou a apresentar a partir de 1983. Contudo, após alguns percalços as negociações resultaram na assinatura de sete cartas de intenções em 24 meses. Estas cartas expressam um acordo que mudará o rumo da política econômica brasileira, nelas estão presentes uma série de condições que o FMI impôs como o “preço” de sua “ajuda”; que basicamente se resumem há a adoção

de políticas econômicas restritivas e para tal, há metas e “recomendações” que o país deve seguir.

Assim, conforme menciona Lacerda *et al.*, (2000), o país passou a adotar o controle de despesas públicas e dos gastos das empresas estatais, em paralelo com o aumento da arrecadação de impostos, como a elevação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Operações Financeira (IOF) nas operações de câmbio para importação e contração da liquidez e do crédito, a exceção da agricultura (onde o crédito foi expandido).

Em síntese a década de 1980 caracterizou-se pela queda nos investimentos e no crescimento do PIB, inclusive este último que apresentou um crescimento médio de 7% entre 1947 e 1980, caiu para 2% entre 1981 e 1990 (Lacerda *et al.*, 2000). Tais fatos se deram devido a três motivos: aumento do déficit público pelo crescimento das dívidas externa e interna e pela ascensão inflacionária (que em 1989 se transformou em uma hiperinflação - saindo de 110,2% em 1980 até atingir 1782,9% ao ano em 1989).

Nessa perspectiva, como acrescenta Lacerda *et al.* (2000, p.185):

Nos anos de 1980, a política econômica brasileira caracterizara-se pelo ajuste determinado pela crise de endividamento externo, intensificada no começo da década. Assim, a política de comércio exterior estivera fortemente voltada para a obtenção de superávits comerciais, por meio de contenção de importações e incentivos às exportações.

Logo, em 1988, o Brasil iniciou sua reforma comercial com a eliminação dos controles quantitativos e administrativos sobre as suas importações e uma proposta de redução tarifária. Porém só a partir de 1990, é que a abertura da economia brasileira intensificou-se, de modo, que o governo reduziu as medidas de protecionismo sobre as importações.

Desse modo, como mostra a Auditoria Cidadã da Dívida (2008), os produtos baratos de empresas transnacionais produzidos nos países ricos (como os países do Leste Europeu) entraram maciçamente no Brasil, fazendo com que muitas empresas nacionais falissem. Nessa perspectiva, as importações superaram as exportações, de maneira a deteriorar a situação das contas externas.

Para dispor de dólares para financiar esta enxurrada de importações, o governo brasileiro teve que atrair investimentos estrangeiros ao país e

para isso, sendo necessário o aumento das taxas de juros domésticas, que ao reduzirem a dívida externa líquida, na medida em que o Banco Central (BC) formava reservas, provocava uma expansão da dívida interna, devido os juros pagos pelos títulos lançados para promover a esterilização da oferta adicional de moeda nacional usada na aquisição de moeda estrangeira pelo BC.

Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida (2008), outro efeito do aumento das taxas de juros internas do país foi o estímulo à chamada “dívida externa privada”<sup>57</sup>, ou seja, o governo do Brasil induziu as empresas e bancos nacionais a tomarem dinheiro no exterior (a juros mais baixos) para emprestar ao governo nacional, possibilitando que tais instituições se beneficiassem com a maior taxa de juros do mundo.

Nesse contexto, se faz necessário destacar que apesar da dívida externa privada ser oriunda de empresas e bancos nacionais, ela também é paga pela população. Isso se dá justamente porque boa parte desta dívida externa “privada” foi tomada pelos bancos e empresas, não para fazerem investimentos produtivos no país, mas para emprestarem ao governo brasileiro e como contrapartida se beneficiarem com as extraordinárias taxas de juros do país. Ou seja, usando-se das palavras da Auditoria Cidadã da Dívida (2008): “a empresa/banco nacional é apenas um intermediário de uma típica operação de dívida externa pública, uma vez que, no final das contas, é o governo brasileiro tomando emprestado do banco estrangeiro” (Idem, p. 16).

Além disso, sabe-se que quando o devedor privado nacional paga a sua dívida externa em reais para o Banco Central, este se encarrega de fornecer dólares para o credor estrangeiro. Em outros termos, os dólares enviados para o exterior são os dólares do governo brasileiro, adquiridos por meio das exportações e das altas taxas de juros internas - que são o grande atrativo da vinda do capital externo para o país (Auditoria Cidadã da Dívida, 2008).

Por outro lado, os dólares que entravam no país através destes empréstimos ficavam no Banco Central, que em troca fornecia reais aos agentes, para que estes comprassem títulos da dívida interna, levando à explosão. Acrescenta Carneiro (2007, p.149) que:

Sem o controle de capitais, as altíssimas taxas de juros fizeram a dívida interna explodir: passou de R\$ 62 bilhões em

---

57 Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida (2008): a Dívida Externa Privada passou de menos de 10 bilhões de dólares em 1990 para 116 bilhões de dólares em 1998.



1995 para mais de R\$ 1 trilhão ao fim de 2005, apesar do pagamento de quase R\$ 400 bilhões a título de juros no período. Em seu primeiro mandato, Lula pagou nada menos do que R\$ 717 bilhões de juros e amortizações das dívidas externa e interna, enquanto gastou apenas R\$ 63 bilhões com educação, R\$ 137 bilhões com saúde e R\$ 12 bilhões com reforma agrária. [Grifo nosso]<sup>58</sup>.

Do entendimento do que até então foi exposto é que se compreende o porquê da literatura econômica se fala que a partir da deterioração das contas externas do país, avançou também a deterioração das contas internas, configurando o que James O'Connor *apud* Lacerda *et al.* (2000) chamou de *crise fiscal do Estado*, onde, a dívida externa foi quase toda estatizada na década de 1990 e os seus volumosos encargos geraram um desequilíbrio estrutural profundo no setor público brasileiro até os dias atuais.

Diante desse contexto, pode-se afirmar que:

O gerenciamento da dívida pública condiciona a política econômica desde 1999, quando os prejuízos do setor privado com a crise cambial foram absorvidos pelo governo, o que gerou o grande salto da dívida. Para impedir que a dívida entrasse em trajetória de aumento contínuo e, ao mesmo tempo, viabilizar a manutenção dos juros reais muito altos (que aumentam a dívida), a opção foi gerar superávits primários expressivos e elevar a carga tributária, tudo para pagar os custos do endividamento. Carvalho (2007, p.100) [Grifo nosso].

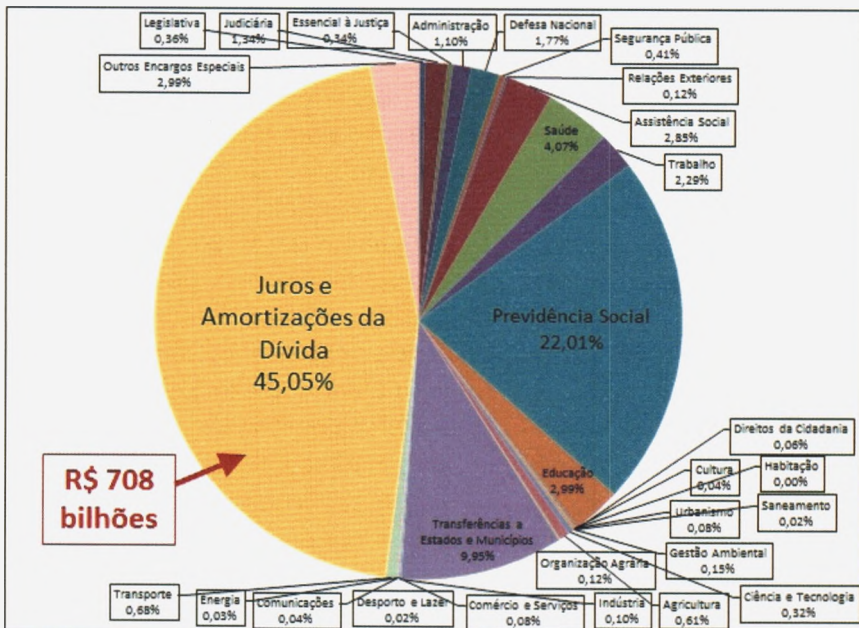
Em outras palavras, após 1999 todas as políticas econômicas dos diferentes governos se resumem a busca de superávits primários expressivos, aumento de carga tributária e manutenção de altas taxas de juros (que alimentam a dívida),

---

58 E vale acrescentar que tal explosão da dívida interna se deu, apesar das privatizações, com as quais se deu o desmonte de empresas públicas sob o argumento de resolver o problema da Dívida. Os sucessivos governos seguem repetindo que não têm recursos para investir em estradas, energia, telefonia, etc, e por isso privatizam estes setores. Porém, sabe-se que é a dívida que impede o governo de realizar os investimentos necessários. Os governos também dizem que a venda das estatais proporcionaria recursos para saldar a dívida. Contudo, como se verifica, a dívida explodiu, apesar das privatizações (Auditoria Cidadã da Dívida, 2008).

com um único objetivo: o pagamento dos encargos (juros e amortizações) da dívida, seguindo as metas e orientações estabelecidas pelo o FMI e pelo Banco Mundial, como “preço” de suas “ajudas” para solucionar o desequilíbrio externo presente no país desde a década de 1980. Prejudicando todas as áreas sociais. Tal afirmação é mais perceptível quando se observa o orçamento executado da União de 2011 exposto a seguir no Gráfico 1.

**Gráfico 1**  
**ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO Executado em 2011.**  
**Total: R\$ 1, 571 trilhão**



Fonte: SIAFI - Banco de Dados Access p/ download (execução do Orçamento da União) – Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2010mdb.EXE>.  
 Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

Observa-se, ao longo dos anos, que a situação não é diferente, muito pelo contrário, como se pode constatar na tabela 1, a parcela, que nos últimos anos do Orçamento Geral da União tem sido destinada para o pagamento dos encargos da dívida, além de estar crescendo substancialmente, é extremamente expressiva e, quando comparada as ínfimas parcelas que têm sido destinadas para a educação, percebe-se a tamanha disparidade e quanto a dívida tem sido prioridade para os governos atuais.

**Tabela 1****Comparação dos gastos com juros e amortizações e gastos com educação – 2006-2011**

Anos	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos com juros e amortizações da dívida	40%	30,59%	30,57%	35,57%	44,93%	45,05%
Gastos com educação	1,96%	2,58%	2,57%	2,88%	2,89%	2,99%

Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida. (Elaboração Própria)

Ademais, cabe aqui ressaltar que, além de ser destinada uma parcela tão irrisória para educação (em comparação com o Orçamento Geral executado); a partir de 1994, com a entrada em vigor do Plano Real, o governo passou a desvincular os recursos que deveriam financiar a seguridade social<sup>59</sup> para outra finalidade: o financiamento do desequilíbrio financeiro que se instaurou nas contas públicas, produzido pela política monetária graças à utilização da taxa básica de juros como principal indexador para a remuneração dos títulos públicos federais (Passarinho, 2007).

Destarte, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), surgiu o Fundo Social de Emergência, transformado posteriormente em Fundo de Estabilização Fiscal e na atualidade conhecido como DRU (Desvinculação de Receitas da União) que possibilita ao governo retirar de forma legal, 20% dos recursos de qualquer área do Orçamento. Segundo Passarinho (2007): “é justamente nos recursos da seguridade social que a DRU atual encontra a sua principal fonte de recursos” (Idem, p. 39). Em outras palavras, o governo tem respaldo para legal desvincular cerca de 20% do que é destinada para a previdência social, a saúde e a educação.

Diante da compreensão dessa dependência do país com a dívida, passa-se então a ser tratado um dos efeitos do cumprimento das “recomendações” do FMI: a precarização do trabalho e, em especial, o trabalho docente.

### **3. A EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL**

Antes de tratarmos os efeitos da política de endividamento do país sobre o setor de trabalho docente; é importante fazer um breve rebusca-

59

Que compreende: previdência social, saúde e educação.

mento histórico acerca do processo de aquisição de direitos por parte dos trabalhadores do setor privado, tentando entender a lógica por trás de tais “aquisições”.

### 3.1. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO PRIVADO

O Estado procurou entre o período de 1930 – 1945, estabelecer as condições necessárias para a expansão do capitalismo no Brasil, exercendo assim o controle dos sindicatos por intermédio do seu reconhecimento como órgão de representação, apesar da constituição de 1934 estabelecer sua autonomia e pluralismo. É legitimada através de leis que visam à proteção dos direitos dos trabalhadores, funcionando assim como uma espécie de “moeda de troca”.

Seguindo esse raciocínio, a partir de 1937, com o golpe militar, a atuação dos sindicatos passa a ser controlada e administrada pelo Estado. Essa posição unilateral do Estado frente ao controle dos sindicatos foi de certa forma aceita pelos trabalhadores tendo em vista a implantação da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) que garantia uma série de reivindicações da classe trabalhadora<sup>60</sup>. Então, por intermédio da CLT, o Estado, através da justiça do trabalho, passou a ser a instância reguladora dos conflitos de classe, contudo os casos omissos à legislação ficavam sobre a outorga do patrão. A efetiva implementação da CLT veio somente com o desenvolvimento da industrialização no país<sup>61</sup> (COSTA, 2005).

O regime do governo pós-1964 cassou partidos políticos de esquerda, interveio direta e extensivamente nos sindicatos combativos, perseguiu, banuiu, torturou ou assassinou seus

---

60 Ela consolidava um conjunto de leis arbitrando o uso do trabalho na indústria nascente e restringindo a liberdade de contratação das empresas: limitação da jornada de trabalho em 48 horas, proibição do trabalho de menores de 14 anos, regulamentação do trabalho feminino, remuneração obrigatória da hora extra, descanso e férias remuneradas, condições de salubridade e proteção contra acidentes de trabalho, elevada indenização por dispensa imotivada, o que regulava a estabilidade do emprego para indivíduos com mais de dez anos de trabalho, entre outros.

61 Na concepção de COSTA, 2005 a massificação do assalariamento e dos direitos a ele pertinentes só veio a acontecer entre o final dos anos de 1950 e início da década seguinte, quando a economia se dinamiza com a produção e o emprego gerado pela indústria de base, de bens de consumo duráveis e de bens de capital, com forte presença da atividade produtiva estatal e do capital multinacional.

líderes e operários mais militantes. Os movimentos sociais e as greves foram violentamente reprimidos e a intervenção estatal fez restringir a ação sindical às atividades burocráticas e assistencialistas (COSTA, 2005, pág. 116).

Assim, o Estado voltava a garantir a intensificação da acumulação capitalista mediante a ação predatória do capital sob a força do trabalho através da criação do FGTS (Fundo da Garantia por Tempo de Serviço), mecanismo esse que ampliava as ações de demissão das empresas derrubando a lei que determinava a estabilidade do emprego para empregados com mais de dez anos. Esse fato ocasionou uma “insatisfação da classe operária” entre os anos 1978 – 1980, fazendo com que os metalúrgicos do ABC paulista liderassem um “surto de greves” apoiado por vários segmentos sociais, à exemplo dos movimentos sociais da igreja católica e da militância dos partidos políticos de esquerda.

O novo sindicalismo não foi capaz de mudar a face extremamente fragmentada da representação sindical no país. O impulso inicial dos sindicatos mais fortes de expandir conquistas trabalhistas para diversas outras categorias representados por sindicatos pequenos e fracamente organizados, especialmente no tocante à defesa de reajustes salariais centralizados, foi perdendo o fôlego à medida que as empresas recompunham suas políticas de produção e gestão do trabalho e que a economia entrava em trajetória declinante, em relação às acentuadas taxas de crescimento do período do *milagre econômico* (COSTA, 2005, pág. 118 - 119, grifo do autor).

Por fim, com a abertura comercial da década de 90, intensificou-se o mercado interno e as empresas passaram por um processo de reestruturação produtiva, contemplando o fechamento de fábricas, renovação tecnológica, terceirização, subcontratação, reorganização dos processos produtivos, com vistas a racionalizar os custos, principalmente os trabalhistas. Assim, em meados de 2003, devido ao forte apelo pela reformulação da CLT, criou-se o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), que propôs alterações nos direitos dos trabalhadores e apresentou um projeto de reforma sindical no qual dotaria os sindicatos de uma maior autonomia nas negociações trabalhistas.

### 3.2. DÍVIDA + FMI = PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Nesse tópico, pretende-se discutir brevemente sobre a precarização do trabalho docente no Brasil e a sua relação com a dívida pública, considerando dessa forma os problemas ligados a essa precarização que cercam as condições de formação e de trabalho dos professores.

Sabemos que nas últimas décadas do século XX, a crise estrutural do capital exigiu dos países de economia periférica do capitalismo, como os da América Latina, intensas mudanças na organização dos seus sistemas nacionais de educação. Os regimes neoliberais de governo, para atender às necessidades de recuperação das taxas de lucro, montaram uma série de estratégias para as políticas públicas educacionais sob o comando do Banco Mundial, que hoje assume o papel de Ministério Mundial da Educação.

Nessa concepção, Gentili (2001) sintetiza essas medidas comuns em todos os países latino-americanos: a) redução do investimento público, destinado a financiar a prestação de serviços educacionais, com a consequente avaria nos investimentos em infraestrutura, redução dos gastos com docentes e pessoal técnico-administrativo; b) aprovação de leis gerais de educação; e c) redefinição do papel do Estado – abandono do Estado educador por um Estado avaliador (o ensino superior público atende cada vez menos a população e, cabe, ao Estado o papel de fiscalizar ou autorizar o “papel educativo” das Instituições de Ensino Superiores x Privadas).

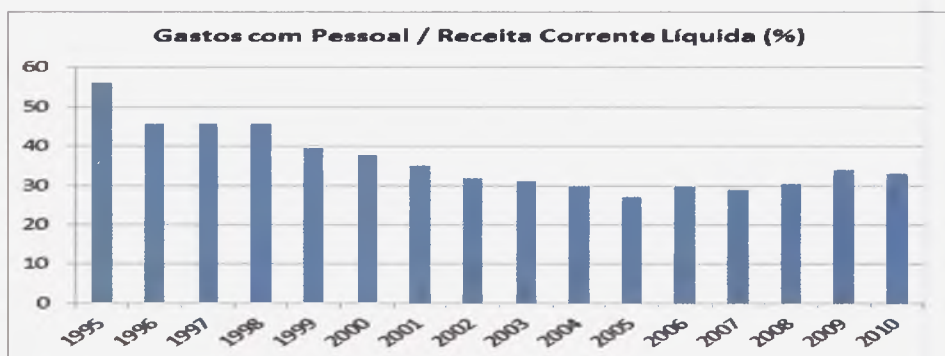
Assim, no Brasil, sabe-se que há recursos disponíveis para o setor financeiro canalizados por meio do “Sistema da Dívida”. Dessa maneira, cresce-se a riqueza nacional, porém a remuneração dos servidores não acompanha esse crescimento.

Os servidores públicos têm sido continuamente prejudicados com a negativa de reajustes salariais, condições de trabalho aviltantes, direitos trabalhistas usurpados, previdência pública sendo privatizada e transformada em fundos de pensão justamente quando estes estão quebrando no mundo todo, enfim, os trabalhadores que possuem a responsabilidade de prestar um bom serviço ao público que paga elevados tributos em nosso país não podem se conformar com esse injusto quadro (FATORELLI, 2012, pág. 5).

Ainda seguindo o raciocínio de Fatorelli (2012), em determinado momento, o salário fica tão defasado e as condições tão aviltantes, que os trabalhadores precisam se organizar para reivindicar seus direitos. As negociações administrativas raramente avançam, pois todas as limitações legais são jogadas na mesa e barram todo e qualquer pleito e reivindicação. Os dados refletem a situação de arrocho em que se encontram os trabalhadores do setor público desde o Plano Real, a exemplo dos gráficos antes demonstrados, relativos ao setor federal. Esgotadas as possibilidades de negociação, não resta outra saída senão a greve – direito consagrado aos trabalhadores.

Então, para entender a situação remuneratória dos trabalhadores do setor público no Brasil, deve perceber que desde o “Plano Real”, a participação dos “Gastos com o Pessoal” na Receita Corrente Líquida da União vem caindo. Comparando os dados com o PIB, chega-se a seguinte conclusão ilustrada no gráfico 2, a seguir:

**Gráfico 2: Gastos Federais com Pessoal/ Receita Corrente Líquida (%)**



Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal divulgado pelo MPOG / 2010.

**Gráfico 3: Gastos com Pessoal/ PIB (%)**  
**Gasto com Pessoal / PIB (%)**



Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal divulgado pelo MPOG / 2010.

Observa-se nos gráficos acima, que ao contrário do que alega o governo e a grande imprensa, houve uma grande perda da participação dos servidores públicos em relação ao PIB, ou seja, na distribuição da riqueza nacional, a parcela destinada aos servidores públicos em 2010 é inferior à que lhes era dada em 1995. Assim, podemos considerar que o governo e a grande mídia costumam se referir ao gasto com a dívida pública e ao tamanho do “superávit primário”, comparando-os ao PIB, e, isso é plenamente justificável, já que as entidades representativas dos servidores públicos utilizam essa medida comparativa para expressar o encolhimento dos gastos com pessoal em relação ao PIB (FATORELLI, 2012).

Então, a precariedade do trabalho docente nas instituições públicas está também relacionada ao crescimento das IES privadas. A saída encontrada pelos docentes das IES públicas, para recompor seus salários que perderam o poder de consumo ao longo das últimas décadas do século XX e mais intensamente no período vigente, levou ao crescimento do espaço privado dentro das universidades públicas, agora preparadas para atender a demanda por educação superior pública com a captação de recursos diretos dos alunos (taxas, inscrições, matrículas, mensalidades etc.). Nesse contexto, a universidade brasileira está deixando de alimentada pelos cofres públicos, passando a ser nutrida pelo suor dos trabalhadores que contribuem duplamente com a instituição (pagamento de impostos e pagamentos diretos ao caixa universitário).

#### **4. GREVE X DÍVIDA: DESMISTIFICANDO O ARGUMENTO DO GOVERNO DILMA ROUSEFF**

Sabe-se que a mais longa greve da supracitada categoria foi suspensa no mês de setembro de 2012, após quatro meses de uma tentativa em dialogar com o governo Dilma. Como mostra o relatório de avaliação do ANDES - SN<sup>62</sup> (2012), as insatisfações dos docentes podem ser sintetizadas em dois pontos: a ausência de uma carreira estruturada com remuneração digna e as precárias condições de trabalho e de infraestrutura que hoje ocorrem no interior das instituições federais de educação.

Entretanto, vale relembrar que a greve que os docentes do Brasil deflagraram no mês de maio de 2012 não foi o início de uma luta da categoria, mas sim uma consequência da persistente postura do governo em não se pronunciar acerca da deterioração das suas condições de trabalho.

---

62 Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.



Em outros termos, desde 2010 esse debate vem se desenrolando efetivamente em decorrência da determinação do Ministro Paulo Bernardo, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MP) entregou para o ANDES-SN uma minuta de projeto de Lei sobre estruturação da carreira dos docentes federais do magistério superior. E como acrescenta o boletim de avaliação do ANDES-SN (2012)<sup>63</sup>:

Foi à primeira vez, desde a década de 80, que o governo materializava uma posição sobre o tema (em todos os momentos anteriores, surgiam alternativas para aliviar a pressão advinda do congelamento salarial, que incidiam transversalmente em pontos da carreira)<sup>64</sup>. Depois de algumas reuniões com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) durante o segundo semestre de 2010 para tratar do tema, dois documentos do ANDES-SN demarcaram as divergências entre as propostas: a carta 385/10 [...] com críticas ponto a ponto à proposta do governo e a carta 400/10 [...] com proposta de fundamentos para reestruturar a carreira, para ser colocado no memorial de transição para o novo governo (ANDES-SN, 2012).

Ainda como mostra o relatório do ANDES-SN (2012), no início de 2011, o 30º Congresso do ANDES-SN aprovou, em forma de projeto de lei, a proposta do movimento docente para reestruturação da carreira de docente federal, que logo foi protocolada no Ministério da Educação (MEC) e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Entretanto, o que se verifica após esse fato, foi uma adiação por parte do governo Dilma das negociações com todos servidores públicos e quando o governo se manifestou em meados de 2011, foi assumindo uma posição intransigente argumentando que não haveria qualquer índice linear de correção das perdas (zero em 2011 e zero em 2012) e que a margem de recursos disponível daria apenas para corrigir certas distorções em algumas carreiras.

---

63 GREVE DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO: Avaliação Política da Diretoria do ANDES-SN. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-992337327.pdf>> . Acessado em: 10/10/2012.

64 Grifo meu.

Entretanto, no segundo semestre de 2011, um acordo foi assinado<sup>65</sup>, acordo este que recuperava alguns poucos direitos<sup>66</sup> relativos a princípios ordenadores da proposta de carreira elaborada pelo ANDES-SN. Por outro lado, devido ao falecimento em janeiro de 2012, do Secretário das Relações do Trabalho (SRT): Duvanier Paiva e com a justificativa de que o governo estava tendo problemas políticos para realizar a sua sucessão, nos três meses iniciais de 2012, as reuniões para a continuação das negociações da reestruturação das carreiras, foram canceladas.

Terminado esse período, o governo Dilma repete o discurso propagado no ano anterior para todos os servidores públicos alegando que não haveria possibilidades negociar o índice de reposição de perdas e que só era viável a negociação de algumas distorções em determinadas carreiras. E é nesse contexto de descaso e relutância do governo em negociar com os servidores públicos e, diante de uma série de perdas na carreira, nas condições de trabalho e com salários que não são reajustados nem na margem da inflação, que os docentes das instituições de Ensino Superior deflagraram a greve em 17 de maio de 2012, com 33 universidades, aderindo nos dias subsequentes mais 23 instituições, totalizando 56 universidades federais, das 57 existentes no país (apenas a Universidade Federal do Rio Grande do Norte não aderiu), além dos Institutos Federais (IEF), cujos docentes incorporaram posteriormente.

Cerca de quatro meses de greve e uma não efetiva negociação do governo Dilma<sup>67</sup> com os grevistas, sob o argumento que não há recursos para as exigências dos docentes, exigências estas, que segundo os representantes do governo, comprometeria o Orçamento da União, em meio a uma conjuntura internacional de crise dos países desenvolvidos; a greve foi suspensa.

---

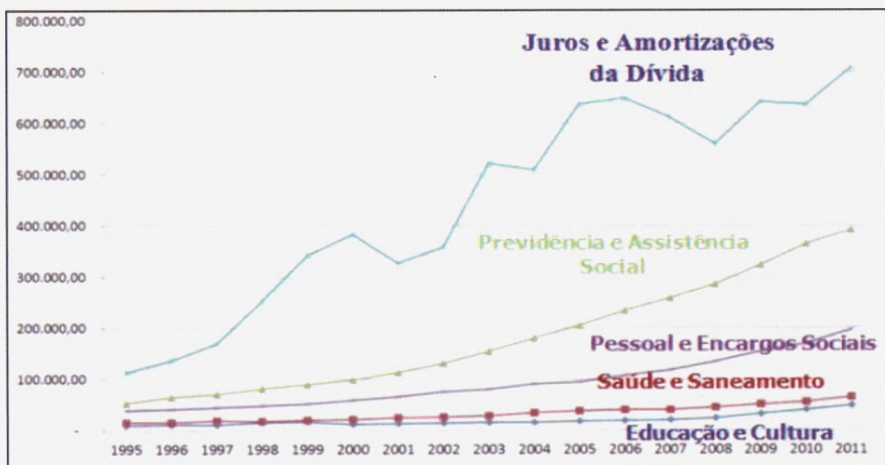
65 Vale a ressalva que esse acordo só foi assinado pelos servidores, porque eles se virão obrigados, uma vez que, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) fixa a data limite de 31 de agosto para projetos de lei com reajustes de servidores públicos e também alterações de carreira, com vigência para o ano seguinte, sejam enviados ao Congresso Nacional.

66 Como a incorporação de gratificações de cunho produtivista ao vencimento básico e uma pequena correção geral da tabela, remetendo-se a sequência da negociação sobre a reestruturação da carreira para um Grupo de Trabalho formalmente constituído (ANDES-SN, 2012, p.3).

67 Pode-se dizer que não houve uma efetiva negociação, uma vez que, depois da greve ter sido deflagrada, só no 57º dia é que o governo se ver obrigado a “negociar”, mas foi uma negociação que se baseou em propostas que não alteravam sequer as perdas dos salários pela inflação e quando os docentes alteram suas propostas para ser mais viável economicamente, o governo arbitrariamente sai de cima e acaba com as negociações.

A partir dessa argumentação do Governo, a ideia que transmite é que já muito é destinado para o pagamento dos servidores, fato que não procede, quando se observa o Gráfico 3, que mostra a evolução desde 1995, de gastos selecionados do Governo.

**Gráfico 3: Orçamento Geral da União- Gastos selecionados (R\$ milhões)**



**Fonte:** Secretaria do Tesouro Nacional –SIAFI. Inclui o refinanciamento da Dívida.

Nesse gráfico pode-se constatar numa visão mais panorâmica, a partir da análise de 16 anos dos gastos do Governo, que não só a maior parcela do Orçamento da União tem sido destinada ao pagamento dos encargos da dívida, mas também que esta parcela tem crescido substancialmente ao longo dos anos, demonstrando uma trajetória expressivamente ascendente, enquanto que o gasto com pessoal é quase linear até 2004, apresentando uma leve ascendência a partir de 2005, mas não se compara com a curva dos encargos da dívida (isto é, juros e amortizações da dívida). E como acrescenta Fatorelli (2012): “Os gastos com pessoal mal acompanharam o crescimento vegetativo da folha de pagamentos decorrente de novas contratações e reposicionamento por promoções” (Idem, p.5).

Por fim, quando se observa, a curva dos gastos com a educação e cultura (se inclui os investimentos destinados a manutenção da infra-estrutura - leia-se condições de trabalho - dos ambientes educacionais, nos três níveis) vê-se que há praticamente uma linearidade ao longo da maior parte dos anos.

Enfim, diante do que até então foi explanado: o fato é que há recursos sim, e que pouco tem sido “gasto” com os servidores públicos (cain-

do por terra o argumento de imenso peso do funcionalismo público). A verdade é que o capital financeiro é que tem se beneficiado, como atesta Fatorelli (2012):

O Brasil é de fato uma potência. Recursos existem, e estão sobrando para o setor financeiro, canalizados por meio do “Sistema da Dívida”. Ao mesmo tempo, Direitos Humanos são aviltados, transformando o Brasil em um dos países mais injustos do mundo. As privatizações continuam a todo vapor. Os servidores públicos têm sido continuamente prejudicados com a negativa de reajustes salariais, condições de trabalho aviltantes, direitos trabalhistas usurpados, previdência pública sendo privatizada e transformada em fundos de pensão justamente quando estes estão quebrando no mundo todo, enfim, os trabalhadores que possuem a responsabilidade de prestar um bom serviço ao público que paga elevados tributos em nosso país não podem se conformar com esse injusto quadro (idem, p.5).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso intuito, neste artigo foi fazer uma breve explanação à cerca do funcionalismo público brasileiro, fazendo um panorama sintético sobre os motivos que culminaram na deflagração da greve das instituições federais de ensino superior brasileira. Assim, verificou-se durante todo o período de greve, a veiculação de estereótipos negativos na mídia, acerca do funcionário público, ocultando para a população “leiga” brasileira os reais motivos das greves.

Desse modo, ocultou-se a ligação da greve com a dívida pública externa do país. Nos últimos anos (desde meados a década de 1980), o rumo da política econômica brasileira foi alterado para um excessivo controle das despesas públicas acrescentando-se a isso o aumento da arrecadação de impostos, caracterizando-se assim a queda dos investimentos e do próprio crescimento do PIB.

Pensando isso, a partir do Orçamento Geral da União, verifica-se as irrisórias parcelas destinadas a educação que se aproximam dos 3%, enquanto os gastos com a dívida pública ultrapassam a margem dos 40%.

Então essa “dependência” do país, com a dívida, passa-se a partir de então a ser tratado sobre um dos efeitos do cumprimento das “recomendações” do FMI, adentrando assim, em especial, a precarização do trabalhador docente.

Diante desse fatos, propaga-se o discurso do governo Dilma, sobre as não-possibilidades de negociação para os servidores públicos, reafirmando sempre o argumento que se é destinado grande parcela ao serviço público. Porém, sabe-se que “os gastos com pessoal mal acompanham o crescimento vegetativo da folha de pagamentos decorrente de novas contratações e reposicionamento por promoções” (Fatorelli, 2012).

Então, diante desse contexto, colocamos que as greves eclodidas recentemente no setor público brasileiro são frutos e consequência direta dessa precarização do trabalho que vem ocorrendo sistematicamente, refletindo assim, uma “expansão” da precarização que já havia acontecendo no setor privado, desconstruindo assim a tão almejada estabilidade do setor público tão difundida pela mídia e, que vem cada dia mais sofrendo um processo inverso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **ABC da dívida**: sabe quanto você está pagando?. Disponível em: <<http://www.divida-auditoriacidada.org.br/>>. Acesso em: 16 de março de 2012.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANDES-SN. **Greve dos Docentes das Instituições Federais de Ensino**: Avaliação Política da Diretoria do ANDES-SN. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-992337327.pdf>>. Acesso em: 10/10/2012.

CARNEIRO, Maria Lucia Fattorelli. **O manejo da dívida pública**. In: **Arrecadação, de onde vem? Gastos Públicos, para onde vão?**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2007, p.143-154.

\_\_\_\_\_. **Corrupto não faz greve**. Disponível em: <<http://www.assufrgs.org.br/>>

wp-content/uploads/2012/05/Corrupto-nao-faz-greve.pdf>. Acesso em: outubro/2012.

CARVALHO, Carlos Eduardo. **Dívida pública: politizar o problema para derrotar a dominação dos credores.** In: **Arrecadação, de onde vem? Gastos Públicos, para onde vão?**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 99-110.

COSTA, Márcia da Silva. **O sistema de relação de trabalho no Brasil: alguns traços históricos de sua precarização atual.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttex&pid=S102-69092005000300008&lng=pt&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S102-69092005000300008&lng=pt&nrm=isso)>. Acesso em: outubro/2012.

GENTILI, Pablo. **A complexidade do óbvio: A privatização e seus significados no campo educacional.** In: SILVA, Luiz Heron da (org). **A escola cidadã no contexto da globalização.** 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 320-339.

LACERDA, Antônio Corrêa de. *et al.* **Choques externos e desestruturação interna: a recessão 1981-1983.** In: **Economia Brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2000. p. 131-138.

\_\_\_\_\_. **A crise da dívida externa e a crise fiscal do Estado.** In: **Economia Brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2000. p.139-151.

\_\_\_\_\_. **Abertura comercial e o governo Collor.** In: **Economia Brasileira.** São Paulo: Saraiva: 2000. p.181-188.

PASSARINHO, Paulo. **Previdência Social Pública: um serviço universal ao cidadão brasileiro.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2007, p.37-50.

IMPRESSO POR: GLOBALPRINT

FORMATO *16x23 cm*

TIPOLOGIA *Arial*

PAPEL *Offset 80 g/m<sup>2</sup>*

Nº DE PÁG. *106*

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE- EDUFCG

